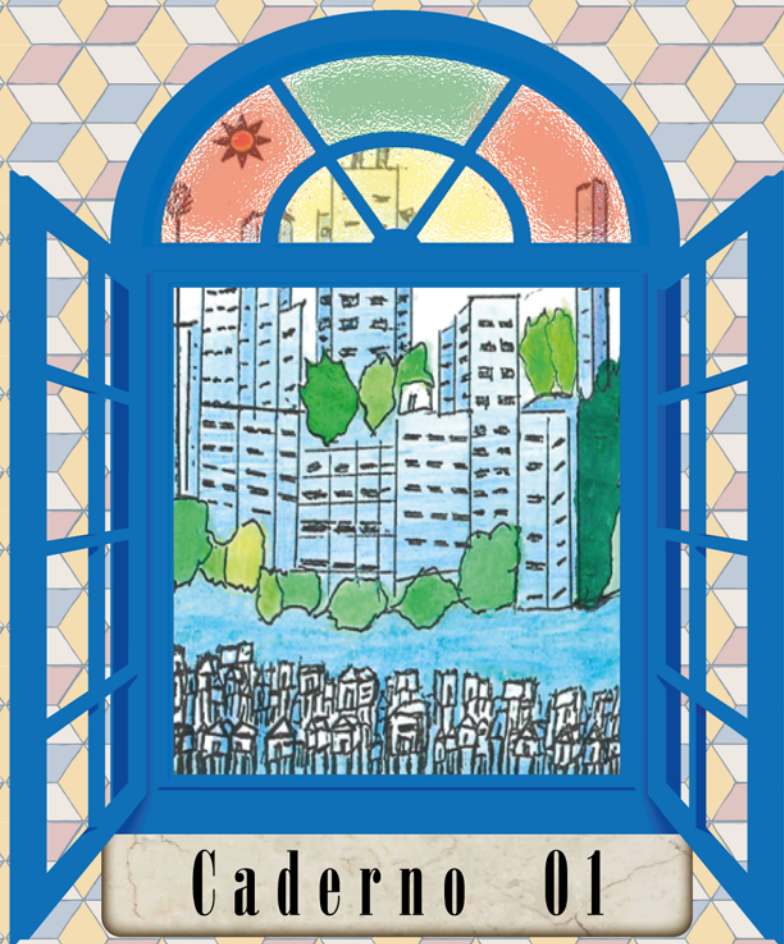


ZULENE MUNIZ BARBOSA  
Organizadora



# CADERNOS DO OBSERVATÓRIO de Desenvolvimento Regional



Eduema



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento  
Socioespacial e Regional (PPDSR)



CADERNOS DO OBSERVATÓRIO  
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL



CADERNO 01



Apoio FAPEMA via EDITAL Nº38/2022 - “Integração dos Programas de Pós-Graduação Acadêmicos da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA com Estado visando o fortalecimento, formação de recursos humanos e desenvolvimento econômico e social” - PARCERIAS ESTRATÉGICAS NOS ESTADOS III (CAPES – FAP).

[Apoio presente também na versão impressa dos Cadernos de Desenvolvimento Regional]

São Luís/MA  
2024



### **Reitor**

Walter Canales Santana

### **Vice-Reitor**

Paulo Henrique Aragão Catunda

### **Pró-Reitores**

Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves

Pró-Reitora de Graduação – PROG

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG

Profa. Dra. Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis – PROEXAE

Prof. Dr. José Rômulo Travassos da Silva

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas – PROGEP

Prof. Dr. Thiago Cardoso Ferreira

Pró-Reitor de Planejamento e Administração – PROPLAD

Profa. Dra. Maria Teresinha de Medeiros Coelho

Pró-Reitora de Infraestrutura – PROINFRA

**Coordenador:**

Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

**Vice coordenador:**

Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

**Secretária:**

Elizete Silva

**Bolsista técnica em nível superior:**

Lara Serra de Alencar

**Comissão Financeira:**

Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

Dr. Rafael Godoi

Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

**Comissão de Bolsas:**

Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

Dr<sup>a</sup>. Grete Soares Pflueger

Dr. Alex Oliveira de Souza

**Comissão de Eventos:**

Dr<sup>a</sup>. Rosirene Martins Lima

Dr<sup>a</sup>. Zulene Muniz Barbosa

Dr. Rafael Godoi

**1) Linha de Pesquisa Estado, Trabalho e Globalização****Professores Permanentes:**

Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

Prof. Dr. Magno Vasconcelos Pereira Junior

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo Almeida

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Prof. Dr. Rafael Godoi

Pro<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karina Biondi

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zulene Muniz Barbosa

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sabrina Miranda Areco

**2) Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Território e Planejamento****Professores Permanentes:**

Prof. Dr. Ademir Terra

Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Grete Soares Pflueger

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

Prof. Dr. José Sampaio Mattos Júnior

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marivânia Leonor Souza Furtado

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosirene Martins Lima

**Professores Colaboradores:**

Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro

Prof. Dr. David Junior de Souza Silva



**Organização:**

Zulene Muniz Barbosa

**Comitê Editorial:**

Célia Maria da Motta

Danielle Cristine Ribeiro

David Junior de Souza Silva

Josenilde Cidreira Vieira

Rosirene Lima Martins

**Periodicidade:** Semestral

**E-Book:** Gratuito

**Capa:** Célia Motta / Artêmio Macedo Costa

**Diagramação:** Artêmio Macedo Costa

© copyright 2024 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que  
citada a fonte.  
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

## Cadernos do Observatório de Desenvolvimento Regional Caderno 01

Chefe da Divisão de Editoração  
**Prof.<sup>a</sup> Jeanne Ferreira de Sousa da Silva**

Secretário  
**Paul Philippe**

Suporte Técnico LIVRARIA EDUEMA  
**Elaine da Silva Moraes**

### CONSELHO EDITORIAL

Presidente do Conselho:  
**Prof.<sup>a</sup> Jeanne Ferreira de Sousa da Silva**

Vice-presidente:  
**Prof.<sup>a</sup> José Sampaio de Mattos Júnior**

Conselheiros:  
PROFESSOR (A)  
DEPARTAMENTO

**Ana Lucia Abreu Silva**  
Patologia

**Ana Lúcia Cunha Duarte**  
Educação e Filosofia

**Eduardo Aurélio Barros Aguiar**  
Expr. Gráf. e Transporte

**Fabiola Hesketh Oliveira**  
Arquitetura e Urbanismo

**Helciane de Fátima Abreu Araújo**  
Ciências Sociais

**Jackson Ronnie Sá da Silva**  
Química e Biologia

**José Roberto Pereira de Sousa**  
Química e Biologia CESI

**José Sampaio de Mattos Jr**  
História e Geografia

**Luiz Carlos Araújo dos Santos**  
História e Geografia CESI

**Maria Medianeira de Souza**  
Letras

**Maria Claudene Barros**  
Química e Biologia CESC

**Emanuel Cesar Pires de Assis**  
Letras

**Rosa Elizabeth Acevedo Marin**  
Ciências Sociais

Diagramação: *Artêmio Macedo Costa*  
Capa: *Artêmio Macedo Costa / Célia Motta*

---

B238c Barbosa, Zulene Muniz (Org.).

Cadernos do observatório de desenvolvimento regional Caderno 1.  
[recurso eletrônico] / Zulene Muniz Barbosa (Org.). - São Luís, MA: EDUEMA,  
2024.

176p. :il. color

ISBN: 978-85-8227-467-5

1. Desenvolvimento. 2. Território. 3. Capitalismo dependente. I. Barbosa,  
Zulene Muniz. II. Título.

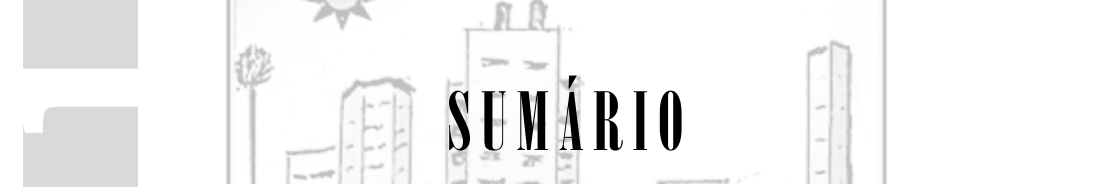
CDU: 332.146.2

---

**Elaborado por Luciana de Araújo- CRB 13/445**

EDITORA UEMA  
Cidade Universitária Paulo VI - CP 09 Tirirical - CEP - 65055-970 São Luís-MA  
[www.editorauema.uema.br](http://www.editorauema.uema.br) - [editora@uema.br](mailto:editora@uema.br)





# SUMÁRIO

|                                                                                                                                            |                           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Apresentação                                                                                                                               | <a href="#"><u>9</u></a>  |
| Prefácio: <b>Carlos Brandão</b>                                                                                                            | <a href="#"><u>11</u></a> |
| ARTIGOS :                                                                                                                                  |                           |
| 1. <b>Lucio Flavio Rodrigues de Almeida</b> : A tutela militar e seus limites.                                                             | <a href="#"><u>18</u></a> |
| 2. <b>Valerio Arcary</b> : 25 de janeiro de 1984, quarenta anos das Diretas Já.                                                            | <a href="#"><u>30</u></a> |
| DOSSIÊ: As contradições do desenvolvimentismo no Maranhão                                                                                  |                           |
| 3. <b>Diogo Diniz Ribeiro Cabral</b> : O lugar do Maranhão no contexto da globalização neoliberal.                                         | <a href="#"><u>40</u></a> |
| 4. <b>Elgonzales Magalhaes Almeida</b> : A cidade, o direito à cidade e a gestão pública: reflexões sobre o modus operandi da vida urbana. | <a href="#"><u>59</u></a> |
| 5. <b>Emanuele Banni</b> : A palavra e o poder na produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: o caso da Vila Progresso.             | <a href="#"><u>73</u></a> |
| 6. <b>Marina Azevedo Feitosa</b> : Desenvolvimento global na rota de cajueiro (São Luís-MA) e Marudá (Alcântara-MA).                       | <a href="#"><u>93</u></a> |



# SUMÁRIO

7. **Bruna Caroline dos Santos Gomes:** Empreendimentos solidários em Itapecuru Mirim: desenvolvimento sustentável e emancipação social. [107](#)

8. **Artêmio Macedo Costa:** “Pelourinho Tecnológico”: a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no contexto do Novo Imperialismo. [124](#)

9. **Milena Barros de Miranda Sales:** Movimentos de ocupação e crescimento urbano em São Luís (MA): o caso da Vila Isabel Cafeteira. [139](#)

10. **Thiers Fabricio Santos Tiers:** A gentrificação e a segregação em meio à especulação imobiliária: uma análise no bairro Ponta d’Areia, São Luís-Maranhão. [157](#)

## LIVROS & RESENHAS

11. As paixões e os interesses: argumento em favor do capitalismo antes do seu triunfo. De Albert O. Hirschman. Por **Gabrielle de Oliveira**. [169](#)

12. A Assim Chamada Acumulação primitiva - O capital livro I São Paulo: Boitempo (Cap 24). Por **Roberto Gonçalves Brito**. [172](#)

# APRESENTAÇÃO



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) iniciou suas atividades em agosto de 2010, com o objetivo de formar mestres em desenvolvimento regional, capazes de compreender, interpretar e intervir na realidade social do Estado do Maranhão, com suas singulares particularidades socioeconômicas e ambientais.

Próximo de completar seus 15 anos, o programa publica um conjunto de artigos de egressos e discentes por meio dos Cadernos do Observatório. Conhecimento teórico e práticas investigativas sobre as questões regionais e políticas territoriais implantadas a partir de determinados modelos de “desenvolvimento” regional e local no âmbito da Amazônia brasileira. É importante sublinhar que a questão regional ultrapassa o Brasil e já está posta, mas não resolvida. Sobre isso, é bom lembrar de Chico de Oliveira que, em um dos seus clássicos trabalhos, “Elegia para uma Re(li)gião”, propôs uma economia política do planejamento a partir do Nordeste brasileiro. Do mesmo modo, Tania Bacelar, referência obrigatória sobre a questão regional, fala das heranças de um país com as permanências de um passado colonial, mas também com seus biomas e especificidades regionais. Autores Clássicos, como Antônio Gramsci em “A Questão Meridional”, dá muitas lições a partir da Itália (Norte desenvolvido e Sul subdesenvolvido).

O debate sobre o desenvolvimento regional no Maranhão tão presente nas dissertações dos nossos egressos, articulam-se aos processos globais mediados pelas questões estruturais, especificidades locais e a dimensão socioespacial do desenvolvimento capitalista (dependente) brasileiro. Consequentemente, a emergência de novas concepções de desenvolvimento e propostas de modelos alternativos tem exigido a busca de novos conhecimentos em meio a esse verdadeiro turbilhão social, intrinsecamente associado ao movimento de transnacionalização do capitalismo.

Com a publicação de textos sínteses de relevantes pesquisas, os Cadernos do Observatório terão como desafio a árdua tarefa de produzir e oferecer reflexões teóricas e dados concretos sobre a atual configuração da realidade regional do Maranhão, considerando as determinações políticas econômicas nacionais e transnacionais. Ao adotar uma periodicidade semestral, o Observatório de Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento socioespacial e regional, pretende disseminar esses conhecimentos produzidos cumprindo seu papel de conjugar a pesquisa acadêmica, articulando o global, o regional e o local como realidades intrinsicamente relacionadas.

***Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zulene Muniz Barbosa***

Organizadora  
dos Cadernos do  
Observatório de Desenvolvimento Regional

# PREFÁCIO

**É** um grande prazer prefaciар esta publicação que expõe resultados de pesquisas de discentes e egressos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), justamente na ocasião em que se aproximam as comemorações de 15 anos de sua profícua existência. Pelo que tive o prazer de conhecer de perto, em várias ocasiões, desde o início desta rica experiência, o programa é voltado à formação cidadã de recursos humanos bem qualificados, de pesquisadoras e pesquisadores críticos e comprometidos com a transformação social. Destaco seu compromisso social com os destituídos e com os territórios mais frágeis e desiguais e com as populações marginalizadas pelo chamado processo de desenvolvimento. Nesse contexto, o PPDSR/UEMA propôs (e alcançou) uma capacitação científica ampla e rigorosa e orientada para a mudança sociopolítica e a defesa da democracia, desde a sua criação em 2010, no sentido do alargamento dos horizontes de possibilidades, em geral, do Brasil e, particularmente, do Estado do Maranhão.

Me chamou a atenção na leitura dos instigantes textos que veem a seguir a importância de aprendermos a conciliar, através de diversas bases teóricas e metodológicas, uma leitura com uma perspectiva abrangente dos espaços-tempos conjunturais e estruturais. São pesquisas que lograram a cultivar um prisma analítico particular, através das temporalidades mais curtas -aquelas que se processam na

cotidianidade dos modos de vida concretos, ficando atento ao momento presente, em que há a confluência de formas e forças sociais contraditórias em disputa em cada espaço- porém, simultaneamente, conseguindo apreender os movimentos históricos macroestruturais de maior duração. Ao longo dos artigos, sob variados arcabouços teóricos, metodológicos e analíticos são apresentadas dimensões importantes, como a urbano-rural-regional e ambiental, investigando seus agentes, sujeitos e atores sociopolíticos e econômicos e os dilemas e os desafios do processo de desenvolvimento maranhense.

Realizo na sequência alguns comentários esparsos e despretensiosos, sem hierarquizar ou privilegiar alguma importância de temática dos textos a seguir, todos são dignos de leitura atenta, mas apenas para pinçar alguns pontos para convidar a leitora e o leitor para aproveitarem esta importante publicação.

O primeiro e o segundo artigos dos Cadernos do Observatório aqui publicados, desenvolvem argumentos precisos sobre esta perspectiva histórico-estrutural-conjuntural. No primeiro, o debate sobre os riscos da tutela militar sempre presentes ao longo da trajetória histórica brasileira, destacando dois momentos decisivos (1946-1964 e o pós-1988), demonstrando que a lógica tutelar pode se revestir de formatos variados em cada conjuntura histórica, nesta América Latina ferida pelos golpes e pelas ditaduras. No segundo, se analisa o movimento das “Diretas Já”, quando esse completa 40 anos, discutindo como a transição de momentos ditatoriais a momentos democráticos podem se apresentar na forma histórica de transições concertadas ou de revoluções políticas.

Em seguida são discutidos processos fundamentais do processo híbrido de neoliberalização, marcado por extrativismos, expropriação de formas de vida e os decorrentes conflitos agrários e socioambientais no Brasil e no Maranhão. Neste momento da leitura me lembrei dos riscos, apontados por Celso Furtado do Brasil em 1964, de o país vir a se transformar em um “imenso fazendão”, o que atualizando seria um “imenso sojal” ou de enclaves extrativos com pouco ou nenhum impacto positivo em seus territórios.

Também encontramos na publicação importantes contribuições para o debate sério da cidade, das lutas sociopolíticas pelo direito à cidade e a premência por uma política urbana e as disputas por um planejamento e uma gestão pública voltados à substancialidade da vida humana e não-humana e não para os negócios privados especulativos e imobiliários.

Dimensões essenciais, como o poder das narrativas, são bem tratadas nesse número do Cadernos do Observatório. Demonstra-se como o uso de determinadas palavras como exercício continuado de poder no processo de produção do espaço urbano acaba realizando verdadeiras expropriações, por parte de uma elite estigmatizadora, das narrativas dos agentes subalternizados. Legitima-se dessa forma, discursivamente, a segregação socioespacial na cidade de São Luís, silenciando e solapando as lutas populares pelo bem viver.

Explorando as disputas territoriais, são analisados os embates entre a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e a comunidade de Marudá, bem como a implantação do Porto São Luís versus a região de Cajueiro. Nessas lutas, comunidades locais são desapropriadas

compulsoriamente, mesmo quando já certificadas pelo próprio Estado.

Outro artigo, destaca alguns empreendimentos solidários liderados por mulheres na produção de derivados do babaçu na região de Itapecuru Mirim. Argumenta-se que essas cruciais iniciativas promovem o desenvolvimento sustentável e a emancipação social.

O projeto de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) insere-se no contexto das relações interestatais de poder mundial, refletindo interesses externos ao Programa Espacial Brasileiro (PEB), especialmente dos EUA são abordados a seguir. São apresentadas nuances de como esse projeto aprofunda os conflitos territoriais locais. Destaca-se a resistência das comunidades quilombolas e a atuação estatal.

Examina-se em seguida a ocupação do bairro Vila Isabel Cafeteira, buscando apreender as relações entre aspectos socioeconômicos dos moradores (como renda familiar, escolaridade e trajetória ocupacional) e suas motivações para ocupar essa localidade. Uma rica pesquisa empírica, por meio de entrevistas com os moradores e observação direta da realidade pesquisada, é descrita, além de dados secundários e uma base teórico-metodológica sólida do processo de urbanização brasileira e maranhense.

Considerando características marcantes da urbanização brasileira nas últimas décadas, como a desigualdade de acesso ao espaço e à moradia, evidenciou-se o processo de segregação social intrínseco ao crescimento das cidades. Buscou-se explicar como a produção do espaço urbano em São Luís, a partir desse bairro, reproduz esses aspectos mais amplos. Essa pesquisa baseou-se em dados primários obtidos.

Também as problemáticas da gentrificação e da segregação socioespacial em meio à especulação imobiliária em São Luís são investigadas a partir de uma visão do desenvolvimento geográfico desigual da oferta de infraestrutura urbana e os agentes sociais em disputa que atuam na produção desse espaço urbano-regional.

Este número dos Cadernos tem ao seu final duas resenhas de dois textos fundamentais. A primeira, importante por sintetizar um dos textos mais criativos do pensamento social, o livro escrito originalmente em 1977 por Albert O. Hirschman, que discute os primórdios discursivos originados antes do capitalismo, isto é, dos argumentos políticos e das justificativas discursivas a favor desse sistema social da “preparação do terreno” das narrativas, que cumpriram o papel de preparar abrir espaço cultural e político para sua expansão por todo o planeta. A segunda resenha ajuda a entender como histórica e permanentemente funciona o capitalismo, destacando também uma outra espécie de “preparação do terreno”, através de processos coercitivos e violentos, para o avanço expropriativo e de disciplinamento de massas populacionais para os processos de exploração da força de trabalho.

Em suma, como fica claro na leitura dos textos, estes são amparados rigorosamente por pesquisas, ora mais teóricas, ora mais empíricas, inclusive as marcadas pela observação direta da realidade pesquisada, mas todas com alta qualidade e orientadas criticamente.

A iniciativa desta publicação, resultante do dedicado trabalho de pesquisa de discentes e egressos nos Cadernos do Observatório, deve ser saldada. É assim (também) que se

faz ciência com e para a transformação social, neste país das injustiças socioespaciais e das destituições de direitos e dos frequentes riscos à soberania nacional e à democracia.

**Carlos Brandão - Prof. Titular IPPUR/UFRJ**

[www.carlosbrandao.org](http://www.carlosbrandao.org)

[www.espacoepoder.org](http://www.espacoepoder.org)



# A TUTELA MILITAR E SEUS LIMITES

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida\*

## RESUMO:

O objetivo deste pequeno artigo é contribuir para um maior esclarecimento do que, no Brasil, é chamado de tutela militar. Buscamos, por um lado, delimitar, na formação social brasileira, a periodicidade da tutela militar e, por outro, sinalizar particularidades das relações sociopolíticas nos dois períodos em que ela ocorreu (1946-1964) e ocorre (pós-1988). Enfim, apresentamos uma hipótese sobre o atual risco de mutação da tutela militar.

**Palavras-chave:** golpes de Estado; ditaduras; tutela militar.

## ABSTRACT

The objective of this short article is to contribute to greater clarification of what, in Brazil, is called military guardianship. We seek, on the one hand, to delimit, in Brazilian social formation, the periodicity of military tutelage and, on the other, to signal particularities of sociopolitical relations in the two periods in which it occurred (1946-1964) and occurs (post-1988). Finally, we present a hypothesis about the current risk of mutation of military guardianship.

**Keywords:** coups d'état; dictatorships; military tutelage.

---

\* Professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; coordenador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS); e editor da revista Lutas Sociais, desde 1996.

## 1. Introdução:

Dois aspectos adquirem enorme importância na atual crise política brasileira: uma forte expansão do neofascismo que até deixa saudades de quando, uns cinco anos atrás, discutíamos sobre a existência de uma onda conservadora no Brasil; o debate sobre a tutela militar quase cai na boca do povo.

Inevitável não é, mas, pelo que temos visto e vivido, é bastante provável que, especialmente no caso de uma intensificação das contradições internas à formação social brasileira e um aprofundamento da crise mundial em um jogo geoestratégico complicadíssimo, este país constitua um cenário bastante favorável ao crescente entrelaçamento -e mesmo à fusão- da forte presença política dos militares com o avanço do neofascismo.

Neste artigo, longe de abordar a questão em toda a sua complexidade, o que implicaria levar em conta, por exemplo, dimensões corporativas específicas das Forças Armadas, centro o foco, de modo ainda bastante genérico, nas relações, ao longo do desenvolvimento capitalista brasileiro, entre tutela militar e as classes populares em democracias liberais restritas.

## 2. Passado e presente da tutela militar

Segundo diversos estudiosos, a tutela militar se constituiu com a formação do Estado independente a partir de 1822-24 e jamais se foi. Até porque, apesar do debate, não temos um conceito suficientemente claro de tutela militar,

deixo, neste momento, de discuti-la no interior de formações sociais pré-capitalistas e apenas registro uma dúvida teórica que, no Brasil atual, tem imediatas implicações políticas: a distinção qualitativa entre o Estado escravista moderno e o Estado burguês não deveria ser mais considerada ao falarmos de uma bicentenária tutela militar?

Creio que, se traçarmos esta linha de continuidade muito direta, corremos o risco de legitimar posições que, de um modo ou de outro, justificam a proeminência militar na política contemporânea com a referência a um passado mítico de um povo apático, inclusive em razão de determinações raciais e, portanto, incapaz de se conduzir. Centro o foco no período marcado pela presença de um Estado nacional brasileiro cuja existência coincidiu com a da forma de governo republicana ao longo de 135 anos de História.

Mesmo assim, assinalo um problema: a questão da tutela militar no Brasil se escancara a céu aberto quando se trata de democracias liberais de massas, pois, em se tratando de ditaduras (especialmente a militar), corre-se o sério risco (não a inevitabilidade) de ficar a meio caminho do truísmo e da analogia. O que, ironicamente, não impede que, nas constituições ditatoriais brasileiras, artigos mais diretamente relacionados com o papel das Forças Armadas lhes atribuam um papel mais subalterno ao Executivo. Já as Cartas Magnas das duas democracias liberais de massas neste país, 1945-1964 e desde 1989, trazem o registro da tutela militar: artigos nº 177 e 142 das Constituições de 1946 e 1988, respectivamente.

Estranho país no qual a simples aceitação da democracia é acompanhada do aviso constitucional de que as Forças Armadas estão de olho e prontas para agir. Neste texto, centro

o foco em alguns aspectos das relações entre o ramo militar da burocracia do Estado brasileiro e a Presidência da República frente às lutas das classes populares.

### **3. Transição de capitalismo e lutas político-ideológicas**

No período 1945-1964, militares atuavam em todas as frentes de disputa a respeito da política de Estado. O principal eixo da discórdia girava em torno da implementação de políticas necessárias ao desenvolvimento nacional brasileiro, o que, de tão genérico, beirava o consensual. Em termos objetivos, estava em disputa a continuidade da política de desenvolvimento capitalista industrial (dependente) implementada durante a Era Vargas (1930-45). Em torno desta é que se manifestavam interesses e variantes ideológicas contraditórias no interior da classe dominante, entre camadas da classe média e segmentos do aparelho estatal em um período marcado, do início ao fim, pela ascensão política das classes populares.

Comparados aos atuais 38 anos do regime em vigor, os 19 daquela democracia foram de prender o fôlego.

As contendas não se limitaram aos debates orais e escritos dentro e fora dos partidos políticos, no parlamento, na imprensa e, ao longo dos anos 1950, na intelectualizadíssima Revista do Clube Militar. Beiraram as vias de fato quando, na undécima hora, o general Lott liderou o famoso “golpe da legalidade” (11/11/1955) que assegurou a posse da dupla Kubitschek e Goulart, legitimamente eleita, mas contestada pelos adversários civis (principalmente udenistas) e militares adeptos do candidato derrotado, general Távora.

Questionamento da vitória eleitoral, longe de invenção

tucana, foi fortíssimo em relação a dois importantíssimos presidentes brasileiros: Vargas, em 1950, e o mencionado Kubitschek em 1955, sem falar no risco de confronto armado produzido pelo veto dos três ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart na esteira da renúncia de Jânio Quadros em 25/08/1961. Enfim, em todas as eleições presidenciais do período, houve, no mínimo, um militar entre os candidatos mais votados. Em 1945, dois, um general e um brigadeiro.

Nestes breves 19 anos de vida, ocorreu formidável ascensão das lutas operárias e também, a partir de 1955, o ingresso promissor das ligas camponesas na luta política. E, no frígido dos ovos, esta ebulição sociopolítica desembocou na montagem de um capitalismo industrial dependente que, por um longo tempo, deixou para trás o debate sobre a vocação agrária da economia brasileira.

Neste processo, os conflitos no interior do ramo militar da burocracia de Estado foram decisivos. Basta mencionar, por exemplo, a política em relação ao petróleo, ao envio ou não de militares para a Guerra da Coreia, ao aumento do salário-mínimo, ao reatamento de relações com a URSS (rompidas em 1947), às organizações dos trabalhadores e dos estudantes.

E, enfim, o próprio golpe de 1964. O que justifica o recurso à noção de tutela militar e, ao mesmo tempo, a necessidade de não a confundir com regime ditatorial-militar.

#### **4. Tutela militar e democracia nos anos dourados**

Um segundo aspecto que ainda aguarda a devida atenção é que a tutela militar no Brasil se revestiu de diferentes

aspectos ao longo dos dois períodos de democracia liberal de massas restrita: o curto verão da democracia populista dos anos 1946-64; e os atuais 36 que se seguiram à promulgação do texto constitucional em vigor. Por mais simples que sejam as análises desses dois períodos, é preciso levar em conta os vínculos entre tutela militar e as relações internas à formação social brasileira, bem como a inserção desta no sistema imperialista.

O segundo quinquênio dos anos 1950, foi, paradoxal e contraditoriamente, o período mais virtuoso da democracia liberal restrita no período 1946-1964, no bojo de um acelerado processo de consolidação do capitalismo industrial dependente; grande afirmação cultural, do esporte à música popular, teatro, cinema, artes plásticas, arquitetura e urbanismo; e expansão da participação política popular (mesmo de excluídos dos direitos de cidadania política) esteve longe de contar com o apoio unânime das frações burguesas, das camadas médias; e também de militares fortemente divididos em torno da política interna e internacional (Almeida, 2006). E estes “anos dourados” teriam sido mero devaneio na ausência uma correlação de forças bastante favorável ao nacional-desenvolvimentismo no interior das Forças Armadas.

Ao longo do quinquênio -especialmente nos dois primeiros anos- o conjunto da grande imprensa tradicional brasileira, cujo discurso se pautava em figurino liberal fortemente elitista, combateu o governo Kubitschek, a política de industrialização, a existência de empresas estatais de grande importância estratégica e as mobilizações populares. Por exemplo, o jornal O Estado de S. Paulo, o mais influente do país, ao combater a escolha do “despreparado” parlamentar

mineiro José Maria Alckmin para futuro Ministro da Fazenda chegou a (des)qualificar Juscelino Kubitschek, em editorial de 10/01/1956, ou seja, vinte e um dias antes da posse deste, como “aquele que se diz presidente da República e não deveria ser levado a sério”. E explicou o motivo: “(...) as causas que nos (sic) impeliram àquelas duas intervenções das Forças Armadas<sup>1</sup> atuam, de norte a sul do País, extraordinariamente agravadas pela inércia governamental”. O jornal também nutria forte rejeição ao mencionado general Lott, ministro da Guerra, principal sustentáculo militar da Presidência da República e, portanto, adversário da ala estreitamente ligada às forças antipopulistas e envolvidas com a tentativa de golpes de Estado.

O general Lott era incansável participante de eventos e processos decisórios relacionados com diversas áreas de atividade. Por exemplo, foi paraninfo da Turma Getúlio Vargas da Escola Brasileira de Administração Pública; durante a celeuma produzida por órgãos de imprensa e entidades patronais contrárias à elevação do salário-mínimo a partir de 01 de agosto de 1956, o assunto foi parar no Supremo Tribunal Federal, o que levou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) a enviar memoriais ao presidente JK, ao Ministro do Trabalho e -por que não?- ao ministro da Guerra com a solicitação de que se tomassem “providências para o cumprimento do decreto do salário-mínimo e salientando que os patrões ameaçavam não cumprir a lei” (O ESTADO DE S. PAULO, 02/08/1956).

---

1 Referência às duas deposições de Vargas (1945 e 1954).

Além de inúmeras outras atividades, o general também foi solicitado a intervir na política cafeeira. Ao longo do governo JK, ocorreram diversas tentativas de se realizar, desde o Paraná e/ou São Paulo, a “Marcha da Produção” contra o chamado confisco cambial. Em agosto de 1958, o governador de São Paulo, Jânio Quadros, fez um relato da situação ao general Lott, que teria ficado bastante impressionado. Isso levou o presidente do Instituto Brasileiro do Café a enviar um empresário do setor para explicar com detalhes a situação. Lott ouviu atentamente, fez perguntas, mas terminou por aprovar a política implementada pelo Ministério da Fazenda. E pronto, no dia seguinte o ministro da Fazenda comunicou à imprensa que política cafeeira ficaria como estava (Última Hora-RJ, 23/08/1958)<sup>2</sup>.

Em suma, mesmo ao longo do mandato do mais importante presidente civil nos quadros de uma democracia paradoxalmente restrita e de massas, ocorreu intensa tutela militar. A diferença é que perdurava, desde os idos de 1945, forte divisão no interior das Forças Armadas, o que as levava a distintas e contraditórias posições frente aos cenários interno e internacional. Em suma, durante o governo Goulart, partir de 1961, a ala nacionalista das Forças Armadas brasileiras chegou ao paroxismo e se esvaiu ao ponto de não opor qualquer resistência efetiva ao golpe de 1964.

O próprio avanço do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial dependente e as novas relações entre classes e frações de classes contribuíram para o

---

2 Importante estudo sobre a trajetória de Lott foi escrito por William (2005). A parte correspondente aos anos JK está nas p 283.

enfraquecimento das várias vertentes da esquerda militar no Brasil e, ao mesmo tempo, estreitas relações entre o conjunto da nova burguesia interna e a mais diretamente vinculada ao imperialismo<sup>3</sup>, processo que, no plano político, desembocou no golpe de Estado e na estreita aliança com o imperialismo, perdão, como escreveu o general Golbery do Couto e Silva “o mundo livre, cristão e democrático sob direção dos EUA”<sup>4</sup>. E assim se passou de uma complexa e contraditória tutela à ditadura militar.

## 5. Lutas de trabalhadores e transição transada

A crise da ditadura militar foi marcada por uma extraordinária presença das lutas operárias e populares que deixam até hoje registros nos nomes de partidos, movimentos e entidades de representação corporativa de trabalhadores e segmentos da classe média, produção cultural, sem falar nas atividades que, perdidas na memória, requerem pesquisa. Houve momentos em que diversos segmentos da classe média entravam em greve, o que contribuiu para que muitos dos que os integravam, ao encherem o carro de compras no supermercado, reservassem um pouco delas para doar ao fundo de greve.

Todavia, essas lutas que encantaram boa parte do

---

3 Uma análise até hoje valiosa das greves políticas de trabalhadores realizadas desde o final do governo JK ao de João Goulart foi feita por Erickson (1979).

4 Um valioso levantamento empírico das empresas e empresários que participaram da preparação do golpe de 1964 pode ser encontrado no livro de Dreyfuss (1981).

mundo não conseguiram dirigir o processo de transição da ditadura para a democracia. Um dos resultados da transição transada - expressão do saudoso Florestan Fernandes- é a Constituição Cidadã com este famoso artigo 142. Ela mal completou 35 dias e ocorreu forte intervenção do Exército na cidade de Volta Redonda para reprimir a greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (o chamado Massacre de Volta Redonda). Cinco anos depois, a empresa foi privatizada. Tropas do Exército também atuaram contra a greve dos Petroleiros em maio de 1995 (governo FHC), com impactos importantíssimos para as lutas dos trabalhadores neste país. E, expressando a virada das relações sociais, as operações de GLO, estritamente conforme o famoso artigo 147, foram transmitidas de governo a governo. Ou seja, a atual democracia (restrita) brasileira nasceu com o selo da tutela militar.

## 6. A tutela e seus limites

Durante o interregno Temer, no bojo da reafirmação da hegemonia da grande finança, *pari passu* com as derrotas das classes populares, liquidou-se o que restava da “herança varguista” e, em meio à crise do sistema partidário, a cena política foi inflada de agremiações reacionárias e conservadoras ligadas a setores da burguesia interna rural e urbana, assim como às frações mais diretamente vinculadas ao imperialismo. E um grupo de generais passou a intervir ostensiva e simploriamente na implementação de políticas de Estado, como a econômica, externa, cultural, de costumes e eleitoral.

Neste último caso, bloqueou a candidatura Lula a presidente da República e se envolveu diretamente na de Jair Bolsonaro e, em seguida no mandato deste. Estas políticas foram apresentadas como racionais, voltadas para a defesa da lei e da ordem e a regeneração nacional, o que implicaria profundo combate à corrupção. E, no geral, receberam apoio entusiástico do conjunto da classe dominante brasileira, amplos setores da classe média e todos os grandes meios de comunicação de massa.

Com o mesmo apoio, então bem mais emocionado e com maior penetração nas classes populares, ocorreu a vitória de Bolsonaro e se configurou uma relação entre militares e política que, salvo melhor juízo, não tem precedentes na história deste país.

Estabeleceu-se um governo fascista profundamente atentatório à democracia liberal, ainda mais atrelado ao financismo, voltado para a exportação de bens primários e refratário a políticas de desenvolvimento industrial e de apoio à pequena produção rural e urbana. A exacerbação deste modo de exercício da hegemonia do capital financeiro levou à defesa objetiva, sob o nome de responsabilidade fiscal, de uma política econômica de aspectos socialmente predatórios, atentados constantes à democracia liberal, política internacional desastrosa e política sanitária catastrófica, sempre com o envolvimento do referido grupo predominante no interior das Forças Armadas.

Ao longo de 2022, o que seria uma simples disputa eleitoral abriu espaço para, na ausência de qualquer inimigo real ou potencial, um surto de descoordenação nos (e entre os) diversos segmentos do ramo repressivo do Estado

(Forças Armadas, Polícias Militares, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal). E, no 8 de janeiro de 2023, o centro do palco foi ocupado por personagens movidos à violência cega e formulações simplistas quase sempre expressadas por meio de escasso repertório de xingamentos idiotizantes. Aguardemos as pesquisas sobre a inserção social dos que, no 8 de janeiro de 2023, vandalizaram a Praça dos Três Poderes.

Nos casos clássicos, a ascensão de fascismos passou pela impregnação (e posterior comando) do aparato repressivo de Estado. A ascensão do bolsonarismo, cujo líder já foi avaliado por dirigentes da ditadura militar como nada afeito à carreira castrense, mas é admirado pela base da tropa, sinaliza, em um contexto marcado pelo avanço da extrema-direita em várias partes do mundo, o risco de preocupante mutação da tutela militar no Brasil.

## **Referências bibliográficas.**

ALMEIDA, Lúcio F. (2006). **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: EDUFSC.

COUTO E SILVA, Golbery (1967). **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

DREYFUSS, René A. (1981) **1964: a conquista do Estado** (Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes.

ERICKSON, Kenneth P. (1979). **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p. 138-241.

WILLIAM, Vagner (2005) **O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott**. Rio de Janeiro: Record.

# 25 DE JANEIRO DE 1984, QUARENTA ANOS DAS DIRETAS JÁ

Valerio Arcary<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo desenvolve um argumento teórico, duas hipóteses de interpretação política e uma lição histórica. O argumento teórico é que a passagem de regimes ditatoriais para regimes democráticos pode assumir duas formas: transições concertadas ou revoluções políticas.

**Palavras-chave:** regimes ditatoriais e democráticos; transições; revoluções políticas

## ABSTRACT

This article develops a theoretical argument, two hypotheses of political interpretation, and a historical lesson. The theoretical argument is that the transition from dictatorial to democratic regimes can take two forms: concerted transitions or political revolutions.

**Keywords:** dictatorial and democratic regimes; transitions; political revolutions.

# 25 DE JANEIRO DE 1984, QUARENTA ANOS DAS DIRETAS JÁ

Este artigo desenvolve um argumento teórico, duas hipóteses de interpretação política e uma lição histórica. O argumento teórico é que, na época histórica contemporânea,

---

1 Historiador, professor titular aposentado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

as passagens de regimes ditatoriais para regimes democráticos podem assumir, essencialmente, duas formas ou padrões típicos: transições concertadas ou revoluções políticas. Não se encontrarão na história, contudo, processos “quimicamente puros”. Mobilizações com impulso revolucionário para derrubar regimes odiados não excluem, em alguma medida, negociações ou acordos.

A primeira hipótese é que o plano de uma abertura lenta e gradual de Geisel/Golbery/Figueiredo -um projeto de transição política controlada para um regime bonapartista- foi, parcialmente, implodido. O respeito das formas institucionais do processo de passagem da ditadura para a democracia pareceu uma transição negociada, mas elas ocultaram o conteúdo político-histórico do que tinha acontecido. O governo se manteve até a eleição de Tancredo e Sarney pelo Colégio Eleitoral, mas junto com Figueiredo era a ditadura que tinha sido vencida. As Diretas Já não foram em vão.

A segunda hipótese é que a direção do PMDB estava dividida em relação ao objetivo das Diretas Já, desde o início da campanha. Ulysses Guimarães de um lado, e Tancredo Neves do outro, disputavam entre si a candidatura à presidência. Ulysses queria ser candidato em eleições diretas e Tancredo acreditava que só poderia vencer em eleições indiretas. Mas a rivalidade pessoal expressava diferentes projetos. Ulysses apostava na campanha porque acreditava na possibilidade de dividir o PDS e aprovar as eleições diretas dentro do Congresso Nacional. Tancredo manobrava com a campanha para garantir um racha no partido da ditadura, e conquistar maioria dentro do Colégio Eleitoral.

A lição histórica é que, na luta de classes, mais

importante que apostar na divisão dos inimigos de classe, o decisivo é confiar na mobilização de massas dos trabalhadores, da juventude e das massas populares oprimidas. Explorar os conflitos entre distintas frações da classe dominante para abrir um caminho é inteligência tática. Mas nada é mais fundamental que preservar a independência de classe -a firmeza estratégica- para não deixar que o povo seja manipulado.

O governo Figueiredo não alcançou plenamente o objetivo que todas as ditaduras em crise desejam: uma passagem indolor que garantisse a inviolabilidade de interesses que defendiam, embora tenha conseguido impunidade para os crimes da ditadura. A queda do regime foi amortizada por uma negociação, e o projeto de transição foi deslocado. Figueiredo não foi derrubado, mas a ditadura acabou. Figueiredo não tinha uma estratégia de transição para um regime democrático-eleitoral com plenas liberdades cívicas e políticas. Como assinalou o insuspeito Elio Gaspari (2004. p.388), em geral, deslumbrado pelo papel de Geisel:

Geisel carregava inteiro o saco de maldades da ditadura. O que o distanciava de Carter, aproximando-o dos generais Videla e Pinochet não era apenas uma visão diversa da questão dos direitos humanos, mas uma compreensão antagônica da democracia.

A oposição liberal encarou desde o início, ou seja, logo depois da posse dos governadores em 15 março de 1983, a articulação da campanha pelas Diretas como uma campanha de pressão para negociações com Figueiredo. Os limites burgueses da direção do PMDB condicionavam a sua participação em uma luta através da mobilização popular.

Desde antes do comício na Praça da Sé, Tancredo já estava decidido a ser candidato na eleição indireta pelo Colégio Eleitoral (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004).

A própria direção do PMDB já se sentia derrotada antes de começar a luta nas ruas. Quase não houve presença de empresários na campanha pelas Diretas. Os que subiram nos palanques foram uma exceção. Da grande mídia, nenhum canal de TV e somente um jornal apoiou a campanha, a Folha de São Paulo. Por que, depois de vinte anos, tanta hesitação burguesa? Pelo temor da dinâmica da mobilização dos trabalhadores e da juventude. Porque não podiam saber, por antecipação, quais seriam os custos de uma desestabilização de Figueiredo.

No dia seguinte ao comício da Praça da Sé de 25 de janeiro de 1984, em editorial, a Folha de São Paulo comemorava a grandiosidade da manifestação, mas destacava que foi uma concentração ordeira, pacífica, civilizada. Ou seja, suspirava de alívio, porque foi controlada. O PMDB abandonou, na verdade, a luta pelas Diretas antes da derrota do 25 de abril, quando ficou claro que não seria possível derrotar Figueiredo no Congresso. A emenda Dante de Oliveira não teria os votos para aprovação “a frio”. Seria incontornável uma radicalização das mobilizações de massas. Algo impensável pelas lideranças da “Frente Ampla”.

Tancredo estava em negociações discretas, porém, não secretas, com os líderes do Estado-Maior das Forças Armadas, entre eles o general-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, com uma parte da cúpula da CNBB da Igreja Católica, e ninguém menos do que a Rede Globo (que silenciou, escandalosamente, sobre o primeiro comício de

massas na Praça da Sé). A Folha de São Paulo (25/04/1984, p.4) noticiou:

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila comentou: o governo só pode ver com bons olhos a atitude do governador Tancredo, o presidente Figueiredo tem reafirmado seu desejo de negociar.

A participação de Tancredo em negociações com a ditadura, aceitando o seu nome como candidato, antes da votação da emenda Dante no dia 25 de abril era pública: “Tancredo jogou a pá de cal na Emenda (..) ao se oferecer como mediador entre as oposições e o governo Federal tendo já um plano mais de governo do que de mediador” (Idem)

Na verdade, Tancredo iniciou negociações com a direção do PDS desde antes do comício da Praça da Sé de 25 de janeiro de 1984 (CASOY, 27 abr. 1984)<sup>2</sup>. Aliás, o que merece ser considerado excepcional no processo das Diretas Já não é que Tancredo tivesse conspirado com a ditadura, mas que Ulysses e Montoro tenham convocado a mobilização de massas contra Figueiredo.

A desconfiança da participação popular foi o padrão da conduta política da burguesia brasileira. Só a obstinação da alta oficialidade das Forças Armadas na defesa obtusa do regime, quando uma nova relação de forças interna e internacional o deixaram obsoleto, pode explicar a decisão *in extremis* de Ulysses e Montoro de resolver conflito apelando à

---

2 As negociações que Tancredo realizava com os interlocutores do governo, desde antes do começo das mobilizações de rua em janeiro, não eram um segredo. Depois da derrota da emenda das Diretas passaram a ser públicas e envolveram o próprio Figueiredo. Na manchete da Folha de São Paulo do dia 27 de abril de 1984, ninguém menos que o ministro da justiça, o mineiro Abi Ackel, admitia que Tancredo poderia ser até o candidato do consenso do governo e oposição (CASOY, 27 abr. 1984).

mobilização de massas.

O processo das Diretas foi grande o bastante para consolidar nas ruas a conquista das liberdades democráticas, e derrotar o regime. Foi uma mobilização que venceu a ditadura, porém, paradoxalmente, não culminou com a queda do governo Figueiredo. A pactuação de um consenso entre a direção do PMDB e as forças políticas que sustentavam a ditadura -PDS e, sobretudo, Forças Armadas- resultou em um compromisso político com uma solução institucional de conciliação. O apoio na classe dominante, quase unânime, por uma solução negociada deixou a fração de Ulysses Guimarães isolada.

Renunciando à continuidade da campanha para conquistar eleições diretas imediatas, uma campanha que exigia a radicalização das formas de luta para desafiar, tanto Figueiredo como o Congresso controlado pela ditadura, a oposição liberal liderada pelo PMDB fez o cálculo que seria demasiado perigoso continuar mobilizando milhões de pessoas nas ruas.

Mas o “grande acordo” não teria sido possível sem a mobilização de massas que subverteu o país e impôs uma nova relação política e social de forças, que explica a divisão do partido da ditadura liderado por Sarney e o apoio à candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Comparativamente, na Argentina triunfou uma revolução democrática em 1982 contra a Junta militar liderada por Galtieri, e no Chile vingou um processo de transição depois do afastamento de Pinochet. No Brasil prevaleceu uma dinâmica intermediária.

As Diretas Já, como ficaram conhecidas as jornadas de 1984, foram a maior mobilização política de massas da

história do Brasil do século XX. Foi na campanha pelas Diretas que o Datafolha iniciou o cálculo de pessoas presentes nas manifestações usando a medição do número de metros quadrados ocupados pelos presentes. Este método é um critério pouco polêmico. O Datafolha (26 jan.1984) estimou que 300.000 pessoas estiveram na Praça da Sé em São Paulo no dia 25 de janeiro de 1984. Durante os noventa dias de mobilizações estima-se que saíram às ruas em todo o país mais de 5 milhões de pessoas. Em 1984, a PEA (População Economicamente Ativa) era estimada em 40 milhões. A escala desta mobilização corresponderia agora em 2024 a algo próximo a 10 milhões nas ruas.

As Diretas tiveram desde o início a direção liberal-burguesa do PMDB, embora Lula fosse o orador mais entusiasticamente aplaudido em todos os atos, e a vanguarda mais mobilizada fosse petista. A ditadura foi surpreendida pela decisão de uma parcela da direção do principal partido de oposição, que venceu as eleições para governadores em 1982, de tentar impulsionar uma mobilização de rua pelas Diretas Já para a presidência, subvertendo o calendário da transição controlada pelo regime militar.

O impacto da crise econômica aberta com a crise da dívida externa foi decisivo. Em dois anos, entre 1982/84, o crescimento da inflação e do desemprego abriram uma crise social que incendiou o mal-estar entre os trabalhadores e provocou uma séria, ainda que minoritária, divisão burguesa, arrastando a classe média para o campo da oposição à ditadura. A “fadiga” do regime era avassaladora. Esta nova relação política de forças se traduziu em um isolamento político do governo que inviabilizou o projeto da transição pelo alto,

tal como tinha sido elaborado durante o mandato de Geisel/Golbery. Uma nova geração entrou em cena e, aos milhões, descobriu a força social de choque de sua mobilização.

Embora o governo Figueiredo tenha sido paralisado, não chegou a ser derrubado no dia 25 de abril de 1984. A crise do governo se transformou em crise de regime. A principal instituição da ditadura, as próprias Forças Armadas, descobriram-se desmoralizadas diante da vontade da nação expressa nas ruas. Figueiredo ficou suspenso no ar, ou seja, por um fio. Faltou o empurrão final.

Até o fim do mandato, Figueiredo deixou de poder governar. Sua queda foi evitada por uma operação política complexa que envolveu governadores da oposição como Tancredo e Brizola, o alto comando das Forças Armadas e até uma ala da Igreja Católica. Somente o jovem PT se posicionou contra, boicotou o Colégio Eleitoral e não votou na chapa Tancredo/Sarney. O governo não ruiu, mas a ditadura acabou.

Figueiredo manteve seu mandato, mas politicamente o regime militar foi derrotado. As liberdades democráticas conquistadas nas ruas foram garantidas e, finalmente, o regime militar acabou. A força política das Diretas Já revelou-se insuficiente para alcançar imediatamente o direito de eleger pelo sufrágio universal o presidente da República. A tática de convocação de um de greve geral para 25 de abril foi defendida pela CUT, liderada por Jari Meneguelli. Ulysses chegou a concordar com a ideia de uma paralisação cívica nacional, chamada por patrões e trabalhadores, mas Tancredo Neves vetou.

A democracia liberal brasileira nasceu de uma luta política de massas, a ditadura foi deslocada, mas o governo

Figueiredo não caiu. O fim da ditadura foi amortecido por um grande acordo que, apesar de ter sido respeitado, sequer pôde ser cumprido. Quis o acaso que o resultado das Diretas terminasse sendo esdrúxulo: Tancredo Neves foi eleito presidente, tendo José Sarney como vice, mas não tomou posse, porque veio a falecer vítima de uma doença que, misteriosamente, ninguém suspeitava existir.

Sarney, o presidente civil do partido que defendia a ditadura militar, foi o primeiro presidente não eleito do regime democrático-liberal, mas ficou refém da maioria emedebista eleita para a Constituinte em 1986. Tancredo passou uma rasteira em Ulysses, o destino passou uma rasteira em Tancredo e Ulysses passou uma rasteira em Sarney.

Tem coisas que só no Brasil.

## REFERÊNCIAS

CASOY, Boris. Planalto diz que não negocia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 1984. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/04/27/2>. Acesso: 23/01/2024.

DATAFOLHA: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/01/26/2>. Consulta em 23/01/2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004. p.388

LEONELLI, Domingos, e OLIVEIRA, Dante. **Diretas Já, 15 meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro, Record, 2004.



# ~ DOSSIÊ ~

As contradições do desenvolvimento no Maranhão

# O LUGAR DO MARANHÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Diogo Diniz Ribeiro Cabral<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa os projetos desenvolvimentistas implantados no Maranhão decorrentes da expansão do agronegócio da soja, atingindo comunidades tradicionais por meio de processos violentos que ameaçam o modo de vida dessas populações. A problemática se insere em uma realidade de intensos conflitos agrário e socioambiental face ao modelo econômico de extrativismo total, adotado no Maranhão com a ampliação da fronteira agrícola Matopiba.

**Palavras-chave:** Globalização; Agronegócio; Conflitos socioambientais.

## ABSTRACT

### THE PLACE OF MARANHÃO IN THE CONTEXT OF NEOLIBERAL GLOBALIZATION

This work analyzes the place of Maranhão in the globalized economy under the neoliberal aegis, the process of commercial opening, widespread deregulation and privatizations, which privileged segments dominated by mega companies linked to the international market, represented, in the state, by the implementation of large economic projects and an agro-export complex with soy as its main commodity, enclaves of industrial modernity with areas using cutting-edge technology and, contradictorily, structures surrounded by profound inequalities, misery, violence and highly impactful from a socio-environmental point of view.

**Keywords:** Globalization; Agribusiness; Socio-environmental conflicts.

---

1 Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-PPDSR pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professor do Curso de Pedagogia da Formação Faculdade Integrada. São Luís-Ma. e-mail: diogoelllas@hotmail.com

# 1. INTRODUÇÃO

O crescimento do agronegócio no Maranhão no século XXI está articulado aos ditames estabelecidos pelo neoliberalismo, a partir da década de 1990, expresso no Consenso de Washington, uma agenda política e econômica estabelecida por agências internacionais, dentre as quais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial (BM). Segundo James Petras (1999), visavam diminuir a porção social do trabalhador, aumentar o retorno do capital e transferir propriedades públicas para os monopólios privados, promovendo a apropriação estrangeira de recursos nacionais estratégicos.

Na atual fase de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), marcada por profundas transformações socioespaciais e econômicas no Maranhão, empresas globais realizam o controle efetivo da produção, financiamento, comercialização de *commodities* em extensas áreas, impulsionadas pelas facilidades governamentais em termos de financiamentos e incentivos fiscais (MESQUITA, 2011; MESQUITA *et al.*, 2020; MESQUITA; LIMA, 2022).

Duménil e Lévy (2003) compreendem que o neoliberalismo deu novas formas ao processo de mundialização do capital, e a fase atual é sua extensão gradual ao conjunto do planeta. O resultado dessa articulação pode ser expresso em abertura comercial, desregulamentação generalizada e privatizações, que privilegiaram segmentos dominados por megas empresas articuladas ao mercado internacional em detrimento daqueles voltados ao mercado regional/nacional, que geram renda, emprego e desempenham papel essencial

na segurança alimentar, em um cenário econômico externo favorável dos preços, derivado do crescimento da demanda por *commodities*, que passa a ser o principal determinante dessa expansão (MESQUITA; LIMA, 2022).

## 2. Grandes projetos: autoritarismo, expulsões e brutalidades

A integração do Maranhão à economia global, processo que ganhou maior intensidade ainda na Ditadura Militar, tem como marca a instalação de megaprojetos no “estilo do desenvolvimento de cima”, nos quais as informações à população são insuficientes, a exemplo do Programa Grande Carajás (KOHLHEPP, 2002). Esse processo emerge paradoxalmente como descompasso no tempo e no espaço em relação aos processos de desenvolvimento do capitalismo<sup>2</sup> (TAVARES, 2008).

Na década de 1980, sob a marca do autoritarismo militar, além da Estrada de Ferro Carajás (EFC), outros grandes projetos foram implantados no Maranhão, criando enclaves de modernidade industrial e planejando áreas com uso de tecnologia de ponta e, contraditoriamente, estruturas

---

2 Com base nas pesquisas de Arcangeli (1987) e Mesquita (2011), a formação socioeconômica do Maranhão pode ser dividida em sete fases: conquista e povoamento inicial (início do século XVII até o início da segunda metade do século XVIII); inserção na divisão internacional do trabalho (primeiros anos da segunda metade do século XVIII até a nona década do século XIX); involução econômica (últimos anos do século XIX até a década de 1940); inserção na divisão nacional do trabalho (1950-1985), implantação do Projeto Grande Carajás (1985-1989); início da exploração da soja (1990 ao início do século XXI) e consolidação de outros produtos do agronegócio, cana, eucalipto, produção de carvão, ampliação da soja e pecuária empresarial; e formação do Matopiba (início do século XXI aos dias atuais).

cercadas por profundas desigualdades, misérias altamente impactantes do ponto de vista socioambiental -um modelo precário para o futuro das comunidades amazônicas.

O Maranhão se reestruturou e voltou a se inserir na dinâmica do capitalismo internacional como corredor de exportação de minério de ferro. Esse período foi marcado por uma profunda crise econômica internacional, decorrente do esgotamento do antigo padrão de acumulação, vigente desde o pós-Segunda Grande Guerra, do efeito avassalador da crise do petróleo, e depois da escorchante taxa de juro (MESQUITA, 2011), em uma relação de subordinação para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 1990).

A penetração autoritária do capitalismo nacional e transnacional no Maranhão, ancorada na égide neoliberal, provocou profundos impactos agrários e socioambientais envolvendo pequenos produtores, posseiros e os grandes grupos industriais que se apropriaram de enormes extensões de terra para os seus projetos privados (BARBOSA, 2013). Com essa apropriação, alteraram-se biomas e modos de vida de populações locais, também conhecidas como populações tradicionais, através de reordenamento socioeconômico e espacial de áreas destinadas à implantação desses projetos (SANT'ANA JÚNIOR, 2009).

A violência subsiste como marca permanente na história do desenvolvimento do capitalismo no Maranhão<sup>3</sup>,

---

3 Durante a implantação dos grandes projetos econômicos no Maranhão, ao longo da década de 1980, assistiu-se ao incremento da violência letal no campo. Somente entre 1980 e 1985, conforme dados coletados da Fetaema, foram assassinados setenta trabalhadores rurais em decorrência de conflitos agrários. Além dos assassinatos, povoados inteiros foram destruídos para dar lugar a grandes complexos industriais

que se vincula à acumulação capitalista em larga escala, engendrada por interesses políticos e econômicos em escala local, nacional e internacional. A agenda política e econômica neoliberal implementada a partir dos anos 1990 teve graves consequências socioambientais no estado, resultando na ampliação do desmatamento de florestas, sobretudo do Cerrado, conflitos e violência bruta, com inúmeros casos de assassinatos de lideranças rurais<sup>4</sup>.

Svampa (2019) propõe uma periodização da expansão do mercado de *commodities* nos países da América Latina. Segundo a autora, a partir dos anos 2000, o conjunto de países dessa região vivenciou três distintas fases: positividade (2003-2008), multiplicação dos megaprojetos e dos conflitos (2008-2013) e exacerbação do neoextrativismo (desde 2013).

A terceira e atual fase é marcada pela queda dos preços das *commodities*, fim do ciclo progressista, ascensão da extrema-direita, continuidade dos megaprojetos extrativistas e expansão das fronteiras de produção de *commodities* ou neoextrativismo contemporâneo, a que Svampa (2019, p. 21-22) define como:

El neoextrativismo puede ser caracterizado como un modelo de desarrollo basado en la sobreexplotación de bienes naturales, cada vez más escasos, en gran parte no renovables, así como en la expansión de las fronteras de explotación hacia antes considerados como

---

e agropecuários. Durante a instalação da Alumar em São Luís, dezessete povoados foram destruídos.

4 De acordo com CABRAL, D. D. R. C. *et al* (2022), entre 2020 e 2022, quatorze pessoas foram assassinadas no Maranhão, em decorrência de conflitos agrários.

improductivos desde el punto de vista del capital. El mismo se caracteriza por la orientación a la exportación de bienes.

A agenda neoliberal implementada nas últimas três décadas desmantelou um conjunto de políticas sociais, dentre as quais: reforma agrária<sup>5</sup>, titulação quilombola<sup>6</sup> e demarcação de terras indígenas<sup>7</sup>. Sob o Consenso das *Commodities*<sup>8</sup> ao longo das últimas duas décadas, esse desmantelamento permitiu a apropriação de milhões de hectares de terra pelo agronegócio, especialmente no Cerrado brasileiro, e a hegemonia de um modelo de desenvolvimento fundamentado na monocultura, na produção de *commodities* em grandes extensões de terra,

---

5 Art. 184 da Constituição Federal (CF): “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei” (BRASIL, 1988, p. 1).

6 Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Ibidem).

7 Art. 231 da CF: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Ibidem).

8 Para Svampa (2019, p. 26), “*el Consenso de los Commodities puso en el centro la implementación masiva de proyectos extractivos orientados a la exportación, estableciendo un espacio de mayor flexibilidad en cuanto al rol del Estado, lo cual permite el despliegue y coexistencia entre gobiernos progresistas, que han cuestionado el consenso neoliberal en su versión ortodoxa, con aquellos otros gobiernos que continúan profundizando una matriz política conservadora en el marco del neoliberalismo*”.

nas práticas predatórias dos recursos naturais e na reprodução ampliada do capital no campo (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2022).

Nesse prisma, Gudynas (2012) esclarece que enquanto o velho extrativismo visava às “exportações” e ao “mercado mundial”, os governos progressistas substituíram aquele discurso por outro que está voltado para a “globalização” e a “competitividade”.

O fim do ciclo do neoextrativismo desenvolvimentista se iniciou com o golpe parlamentar que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, na ascensão de Michel Temer ao posto de Presidente da República, no mesmo ano, e na vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018, a partir de um movimento jurídico-político capitaneado por setores da extrema-direita em aliança com o agronegócio.

Nesse período, assistiu-se a um acelerado crescimento econômico no Maranhão, por vezes superior à média nacional, centrado na produção e exportações de *commodities*, com as quais o estado se (re)conectou à economia mundial. Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2022), em 2022 o Maranhão assistiu a nova alta na produção de soja<sup>9</sup>.

---

9 “A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Maranhão deverá chegar a 5,99 milhões de toneladas em 2022, crescimento de 4,7% em relação ao ano passado, promovendo o sexto recorde seguido da produção no estado, segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção (LSPA) de novembro, realizado pelo IBGE. (...) Em relação à produção da soja, o Maranhão deverá ter aumento de 8,3% em relação a 2021, alcançando 3,4 milhões de toneladas em 2022. Ressalta-se que apesar da semeadura ser tradicionalmente tardia quando comparada aos estados do Centro-Sul, a expansão da área plantada em 7,5% possibilitou a ampliação da produção” (IMESC, 2022, p. 29).

### 3. Agronegócio, conflitos e pilhagem

A expansão do agronegócio no Maranhão ocorreu sobre terras tradicionalmente ocupadas por distintos segmentos étnicos, com a intensificação de conflitos agrários e impactos ambientais nos territórios das *comunidades* ditas “tradicionais” (SODRÉ, 2017). Conforme Harvey (2004), o caso das alterações da territorialização mostra claramente que não há nada “natural” nas fronteiras políticas, mesmo que características naturais com frequência [sic] tenham tido algum tipo de papel em sua definição.

Esse movimento de amplo crescimento é acompanhado, contraditoriamente, da manutenção de parte significativa de população rural e urbana, em condições de completa indignidade e insegurança alimentar e nutricional. Para Barbosa e Almeida (2013), os indicadores sociais no Maranhão, estado que coaduna grandes projetos agrícolas, minerais e siderúrgicos, refletem a relação intrínseca existente entre o moderno e o arcaico.

A associação entre interesses públicos e privados, voltada para a ampliação do capitalismo no Maranhão, conecta diretamente o Estado e grandes empreendimentos instalados na região, sobretudo aqueles com grandes extensões de terra para o mercado de *commodities*.

No Maranhão, a aliança estado-capital-agronegócio pode ser expressa em normas<sup>10</sup> estaduais agrárias e ambientais, em

---

10 Leis, decretos, normas, resoluções e portarias.

propostas de regulamentação de Lei de Terra<sup>11</sup> e no orçamento público incompatível com as demandas por terra e território apresentadas por sindicatos, associações e camponeses junto ao Iterma<sup>12</sup>. Nessa direção, conforme Acselrad e Bezerra (2010), os empreendedores passaram a buscar, com muito maior liberdade de movimento, as localidades mais apropriadas à rentabilização de seus investimentos.

No plano estadual, um conjunto de novas normas foi inserido no ordenamento jurídico, para fins de expansão, legalização e legitimação do capital no campo. Para Harvey (2008, p. 81)

O Estado Neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de autorregeneração do ambiente. (...) em caso

---

11 Através do seu presidente, Jesuíno Mendes Júnior (Júnior Verde), o Iterma encaminhou ao governador Flávio Dino do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 27 de agosto de 2020, proposta de alteração da Lei de Terras-Lei nº 5.315/1991, e uma das principais propostas se refere à regularização fundiária de ocupantes de terras com área equivalente a até 2.500 ha contínuos, que as tornem produtivas com seu trabalho e de sua família, devendo o ocupante e seu cônjuge comprovar morada permanente ou habitual, cultura efetiva, exploração direta, contínua e racional da área pelo prazo mínimo de cinco anos, e ter a sua principal atividade concentrada em exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal, pesqueira ou de turismo rural e ecológico.

12 “Cerca de 44% das terras no Maranhão não têm destinação fundiária ou informações de destinação disponíveis. Cerca de 41% dessa área sem definição, ou 18% do estado, estava inscrita como imóvel privado no CAR (Cadastro Ambiental Rural) (...). No entanto, pela ausência de dados disponíveis sobre a situação fundiária desses imóveis, não é possível afirmar se são propriedades legalmente constituídas ou ocupações em terras públicas pendentes de avaliação pelos órgãos fundiários” (ALMEIDA; BRITO; GOMES, 2021, p. 9).

de conflito, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental.

A partir da década de 1990, as economias subdesenvolvidas, como o Brasil, passaram a experimentar os ditames neoliberais impostos pelo Consenso de Washington, tendo como objetivo o rompimento de estruturas, conquistas sociais e formas tradicionais de organização da produção, e sobretudo pela desconstituição do Estado do bem-estar social<sup>13</sup> e desenvolvimentista (MESQUITA *et al.*, 2020).

Por outro lado, medidas que se relacionam com corte orçamentário pelo Governo Estadual (e Federal) impossibilitam a execução de políticas públicas para fins de garantir o acesso à terra/território demandado por povos e comunidades tradicionais através de suas organizações políticas. Os valores constantes no orçamento estadual entre 2016-2023<sup>14</sup> são ínfimos para titulação quilombola e regularização fundiária

---

13 Contraditoriamente, a Carta Constitucional de 1988 estabeleceu um novo pacto social, reconhecendo uma série de novos direitos, como os dos quilombolas e indígenas aos seus territórios (art. 68 do ADCT e art. 231), meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225), reforma agrária (art. 186), além de uma série de garantias individuais e sociais (arts. 5º, 6º e 7º).

14 Neste estudo, foram analisadas as dotações orçamentárias do Iterma destinadas à regularização fundiária em áreas remanescentes de quilombos, assentamento de trabalhadores e arrecadação de terras, constantes nos Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOA), entre os anos de 2016 e 2023, durante os governos Flávio Dino (2015-2022) e Carlos Brandão (2022):

e se enquadram como medidas de caráter neoliberal<sup>15</sup>, que resultaram em entraves à concretização de direitos territoriais étnicos<sup>16</sup>. Nesse sentido, Shiraishi Neto (2021, p. 15) defende que:

No caso do Maranhão, o mandamento constitucional foi destinado ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), criado na década de 80 para executar a política fundiária de desenvolvimento do estado, mas os desdobramentos práticos de tratar um direito de natureza étnica como agrário não foram avaliados, mesmo diante de todos os entraves (estruturais, legais e procedimentais) que têm dificultado a efetividade desse direito fundamental. Os resultados práticos revelam, pelo visto, que as titulações das terras estão vinculadas às questões que envolvem operações de poder. Tais operações estão relacionadas a quem pode viver ou não uma vida digna, conforme os modos próprios de viver.

Foram muitas as ações estatais em prol da territorialização do agronegócio no Maranhão que envolveram

---

15 As políticas neoliberais condicionam as ações estatais e determinam cortes no investimento público social, privatizações, desregulações e liberalizações e dão seguimento a intensos processos de recessão nos países, acompanhados do crescimento das desigualdades, dos menores investimentos e de políticas de austeridade.

16 De acordo com Sodré (2017, p. 149), “Os conflitos por terra, assim como todo conflito agrário, evidenciam a incapacidade institucional do Estado, ao tempo que mostram também a capacidade dos mais pobres na busca dos seus direitos através da luta que aponta caminhos para a cidadania. Quando se rebelam contra os seus opositos, os camponeses demonstram suas vontades políticas, ainda que para isso, considere-se a possibilidade de sofrer violências e de perder a própria vida”.

obras de logística<sup>17</sup>, cooperação técnica<sup>18</sup>, projetos, parcerias, financiamento mediante bancos públicos e privados e aprovações de normas<sup>19</sup>, o que resultou em uma rígida economia de enclave, insustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental. Segundo o Projeto de Lei da Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 do Estado do Maranhão:

A economia maranhense baseia-se na produção de *commodities*, isto é, produtos que constituem

---

17 Destacam-se algumas obras executadas pelos Governos Estadual, Federal e por empresas privadas: a pavimentação do corredor do Anel da Soja, entre Balsas e o Povoado Ouro e entre o Povoado Ouro e a região de Batavo, para auxiliar no escoamento da produção no sul do Maranhão; a duplicação da EFC, pela Vale, que impactou centenas de comunidades tradicionais; a duplicação da BR-135, trecho Bacabeira-Miranda do Norte-Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que impactou dezenas de comunidades quilombolas; a construção do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), instalado no Porto do Itaqui; a construção do novo Terminal de Fertilizantes e Combustíveis; o início da construção do Terminal Portuário de São Luís, em parceria com a *China Communications Construction Company* (CCCC), que resultou no despejo da comunidade tradicional Cajueiro em São Luís/MA.

18 Em 2021, o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (Sagrima), e a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), agência alemã de cooperação internacional, firmaram um projeto de cooperação para a produção de 200 mil t de soja sustentável no estado, que será operacionalizado a partir de uma cooperação com a *Archer Daniels Midland Company* (ADM), uma das principais *traders* de *commodities* agrícolas do mundo, e a Produzindo Certo, empresa privada especializada na transformação de cadeias produtivas do agronegócio.

19 Destacam-se: a Lei Estadual nº 11.269/2020, que institui o ZEE do Bioma Amazônia; a Lei nº 11.734/2022, que institui o ZEE do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro do Estado do Maranhão; a Lei nº 11.640/2021, que dispõe sobre a regularização de passivos ambientais e o requerimento de licenças ambientais junto à Sema; a Lei nº 11.578/2021, que institui a REDD+, da Gestão dos Ativos Ambientais e do PSA do Estado do Maranhão, denominada Sistema Jurisdicional de REDD+ e PSA.

matérias-primas essenciais, produzidas em larga escala e facilmente estocáveis e conserváveis. (...) Nesta conjuntura, a concentração do Maranhão nos produtos de baixa complexidade fez com que o Produto Interno Bruto-PIB se mantivesse em patamares mais estáveis e ultrapassasse o parâmetro de muitos outros Estados, mas essa estratégia não possibilitou a distribuição dos recursos e das atividades econômicas ao longo de todo o território. Por isso, centrou-se em locais onde havia infraestrutura, mão de obra adequada e disponível e acesso à distribuição, promovendo a concentração de renda, que se acentuou com o advento do coronavírus. (MARANHÃO, 2021a, p. 114-115).

#### 4. Considerações gerais

O movimento de territorialização do capitalismo no Maranhão, forjado em um contexto de políticas neoliberais e da intensificação dos processos de concentração e centralização do capital em múltiplas escalas (FEITOSA; SILVA; MESQUITA, 2020), atualiza formas de conquista, controle territorial e acumulação por espoliação (HARVEY, 2005). Nesse cenário, o Estado exerce um papel preponderante na entrada de capitais nessa região e de sua integração ao comércio global de mercadorias, em uma marcha lenta, contraditória e carregada de violência e brutalidade.

Esses mecanismos, violentos e brutais, “marcam uma nova fase” (SASSEN, 2015), orientada pela desnacionalização do Estado, dos interesses nacionais e pela transnacionalização do capital, produzindo mudanças nas relações produtivas e sociais, com a intensificação das expropriações urbanas e rurais necessárias à concentração dos meios de produção

e à geração de mercadoria, força de trabalho, especulação fundiária e imobiliária em geral (ARCANGELI, 1987).

O atual movimento de internacionalização da produção no Maranhão tem como corolário o fortalecimento do agronegócio e, por conseguinte, a expansão da soja e de outros produtos agrícolas, como cana-de-açúcar, eucalipto e produção de carvão, o que implica uma série de problemas socioambientais (desmatamento, queimadas, poluição, contaminação por agrotóxico) e agrários (concentração de terras).

Esse novo contexto é marcado pelas condições favoráveis de mercado, com o crescimento da demanda global por *commodities*, as profundas transformações operadas na divisão internacional do trabalho, o aumento exponencial dos conflitos agrários e a destruição acelerada da Amazônia e do Cerrado.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-210.

ALMEIDA, J.; BRITO, B.; GOMES, P. **Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Maranhão**. Belém: Imazon, 2021.

ARAÚJO, D. F. C.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. O avanço do neoliberalismo e a reforma agrária brasileira. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 6, e10947, p. 1-33, 2022. Disponível

em: <https://doi.org/10.22481/rg.v6.e2022.10947>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ARCANGELI, A. **O mito da terra**: uma análise da colonização Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: Edufma, 1987.

BARBOSA, Z. M. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 113-128, 2013. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3651>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BARBOSA, Z. M.; ALMEIDA, D. L. A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina. **Anais eletrônicos** (...). Londrina: UEL, 2013. p. 38-46. Disponível em: [https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4\\_zulene\\_e\\_desni\\_GIV.pdf](https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_zulene_e_desni_GIV.pdf). Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 out. 2022.

CABRAL, D. D. R. C. *et al.* **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**: ano 2021. São Luís: Eduema, 2022.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Économie marxiste du capitalisme**. Paris: La Decouverte, 2003.

FEITOSA, I. F.; SILVA, J. R. S.; MESQUITA, B. A. Ação governamental e expansão das atividades do agronegócio da Amazônia Legal. In: MESQUITA, B. A.; ARAUJO, E. S.; MADEIRA, W. V. (org.). **Desenvolvimento e seus impasses no século XXI**. Curitiba: CRV, 2020. p. 175-192. *E-book*.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 303-318.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense**. São Luís: Imesc, 2022. Disponível em <https://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/3567de00ea3f09a3064d0b4d82d019e9.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MARANHÃO. **Lei nº 5.315, de 23 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre terras de domínio do Estado e dá outras providências. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1991. Disponível em: <https://iterma.ma.gov.br/uploads/iterma/docs/Lei-Estadual-n%C2%BA-5.315-Lei-de-Terras-do>

Estado-do-Maranh%C3%A3o\_.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Projeto de Lei Orçamentária Anual 2016**. São Luís: Seplan, 2016. Disponível em <https://www.seplan.ma.gov.br/loa>. Acesso em: 10 set. 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Projeto de Lei Orçamentária Anual 2017**. São Luís: Seplan, 2017. Disponível em <https://www.seplan.ma.gov.br/loa>. Acesso em: 10 set. 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018**. São Luís: Seplan, 2018a. Disponível em <https://www.seplan.ma.gov.br/loa>. Acesso em: 10 set. 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Projeto de Lei da Revisão do PPA 2020-2023**. São Luís: Seplan, 2021a. Disponível em <https://www.seplan.ma.gov.br/loa>. Acesso em: 10 set. 2022.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Trad. Marcelo Carcanholo. 10. ed. Rio de Janeiro: Era, 1990.

MESQUITA, B. A. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: Edufma, 2011.

MESQUITA, B. A. *et al.* Globalização e a dinâmica econômica e territorial na América Latina. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, p. 388-409, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167022>. Acesso em: 5 fev. 2022.

MESQUITA, B. A.; LIMA, L. A. P. A expansão de monocultivos

nos cerrados e (re)organização do espaço agrário no Tocantins e Maranhão. In: SILVA, R. G. C;

PETRAS, J. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: Edifurb, 1999.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Conflitos socioambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais eletrônicos** (...). São Luís: UFMA, 2009. p. 1-8. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8\\_agricultura/conflitos-socio-ambientais-no-maranhao-e-sua-relacao-com-grandes-projetos-de-desenvolvimento.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/conflitos-socio-ambientais-no-maranhao-e-sua-relacao-com-grandes-projetos-de-desenvolvimento.pdf). Acesso em: 18 jan. 2021.

SANTOS, F. B.; TAVARES, J. C. Questão agrária e violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 361-381, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321146417023>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SANTOS, M.; GLASS, V. **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SASSEN, S. **Expulsiones**: brutalidad y complejidad en la economía global. Buenos Aires: Katz Editores, 2015.

SHIRAISHI NETO, J. Entraves ao cumprimento do artigo 68 da ADCT pelo Iterma: cipoal legal, insegurança jurídica e o contexto regional. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 45, n. 1, p. e64544, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/64544>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SODRÉ, R. B. **O Maranhão agrário**: dinâmicas e conflitos

territoriais. 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/783>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextrativismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara: Calas, 2019.

TAVARES, J. C. **Universalidade e singularidades do espaço transitório**: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem-terra/MST no Maranhão (1990 – 2000). 2008. 362 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91031>. Acesso em: 10 dez. 2022.

# A CIDADE, O “DIREITO À CIDADE” E A GESTÃO PÚBLICA: reflexões sobre o *modus operandi* da vida urbana

Elgonzales Magalhães Almeida<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo é resultado de muitas leituras que permitiram reflexões teóricas sobre o acesso à cidade em um contexto de valorização do espaço geográfico. Entre outras abordagens, o artigo se dedicou a discutir os problemas urbanos e o planejamento de ações em benefício da coletividade social. Este trabalho possui caráter crítico-reflexivo ao discutir as categorias: cidade, direitos à cidade e política urbana. As ideias foram construídas com base em literatura específica, sustentando o pensamento teórico aqui apresentado e visa a discutir o *modus operandi* da vida urbana em termos das categorias enfatizadas. Oferece a oportunidade de pensar a estrutura e o funcionamento da vida urbana sob a perspectiva de como a administração pública lida com a questão social a partir do gerenciamento de políticas e programas sociais.

**Palavras-chave:** Cidade; direito à cidade; gestão pública.

## Abstract

### THE CITY, THE “RIGHT TO THE CITY” AND PUBLIC MANAGEMENT: the *modus operandi* of urban life

This article is the result of extensive reading that has allowed for theoretical reflections on access to the city in a context of geographic space appreciation. Among other approaches, the article focuses on discussing urban problems and planning actions for the benefit of social collectivity. This work has a critical-reflexive character in discussing the categories of city, right to the city, and urban policy. The ideas were constructed based on specific literature, supporting

---

1 Graduado em Geografia. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Aluno de doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão – Brasil.

the theoretical thinking presented here and aiming to discuss the *modus operandi* of urban life in terms of the emphasized categories. It offers the opportunity to think about the structure and functioning of urban life from the perspective of how public administration deals with social issues through the management of social policies and programs.

**Keywords:** City; right to the city; public management.

## 1. INTRODUÇÃO

“A política de desenvolvimento urbano (...) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 2008, p. 10). Nesse contexto, a questão do ordenamento urbano é determinada obedecendo à constituição legal maior, bem como as diretrizes deliberadas na forma da Lei nº 10.257/2001, mais conhecida como Estatuto da cidade que, entre outros delineamentos, estabelece as posições do direito à cidade, além de fazer referências à política urbana.

Portanto, antes de aprofundar a discussão do direito à cidade, é preciso pensar o próprio entendimento do que é *cidade*. Na concepção de Lefebvre (2009), a cidade é pensada como um espaço socialmente construído, onde os aspectos físicos e sociais estão interligados. Acredita-se que a cidade seja um produto da relação entre os seres humanos e o ambiente construído, e que todas as dimensões da vida urbana (política, econômica, cultural) são importantes para compreender a cidade em sua totalidade.

O filósofo marxista argumenta que a cidade é um espaço de conflito e contradição, marcado por lutas de poder e

desigualdades sociais. Enfatiza a importância da participação e da democratização do espaço urbano, defendendo o direito de todos participarem na produção da cidade. Além disso, ressalta a importância da experiência cotidiana e do espaço vivido na compreensão da cidade. E critica a forma como a cidade contemporânea é alienante e fragmentada, propondo a revalorização do espaço público e da vida comunitária como formas de resgatar sua dimensão social.

## **2. A cidade e o modo de ocupação do espaço**

A Lei nº 10.257/2001, que faz menção ao Estatuto da Cidade, é uma lei brasileira que estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano, promovendo a função social da cidade e da propriedade urbana. Entre outras finalidades, seu principal objetivo estaria em regulamentar o uso da terra e promover a justa distribuição dos benefícios e ônus advindos do processo de urbanização. Desse modo, fica evidenciado que: “Para todos os efeitos, esta Lei, (...), estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2008, p. 15).

Neste contexto, o termo cidade é definido como o núcleo urbano que possui um conjunto de edificações, vias públicas e áreas adjacentes e concentração de pessoas que mantêm relações sociais, econômicas e culturais. Em geral, é possível considerar que uma área seja uma cidade quando há uma população urbana significativa e uma infraestrutura básica que atenda às necessidades da população. É importante

ressaltar que a definição de *cidade* varia de acordo com o país e a legislação vigente em cada localidade. O Estatuto da Cidade no Brasil considera o conceito de cidade a partir de suas características relacionadas à organização do espaço urbano e à vida em comunidade.

Não distante do que é regulado no Estatuto da Cidade, existe uma abordagem bem mais profunda quando se discute os fatores que compõem a cidade. Milton Santos (1996) entendia a cidade como um espaço social e político, um lugar onde as pessoas vivem, interagem e constroem sua identidade. Assim, a cidade é compreendida como uma construção coletiva, resultado das relações sociais e das necessidades da população que a habita. Trata-se de um ambiente de contrastes e desigualdades, onde diferentes grupos sociais têm acesso a diferentes recursos e oportunidades. Além disso, seria um local de diversidade cultural, em que diferentes modos de vida se cruzam e se influenciam mutuamente. Defendeu a ideia de uma cidade mais justa e inclusiva, onde todos os cidadãos possam desfrutar de uma boa qualidade de vida.

Ainda na tentativa de conceituar o termo cidade, recorre-se aos estudos de Manuel Castells (1983) que define cidade como um espaço material e simbólico onde ocorre a concentração de população e que desempenha um papel fundamental na organização e desenvolvimento da sociedade. Nesse contexto, a cidade seria um local de interação social, em que ocorrem relações de poder, economia, cultura e tecnologia. Além disso, destaca que a cidade não deve ser compreendida apenas como um espaço físico ou geográfico, mas como um sistema complexo de relações e fluxos que englobam tanto aspectos materiais quanto imateriais.

Através dessas interações, a cidade se tornaria um local de criação e transformação social, onde ocorrem processos de inclusão e exclusão, conflitos e negociações. Nesse sentido, a cidade não pode ser vista de forma isolada, mas como parte de uma rede global de cidades interconectadas em constante transformação e adaptação às dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais contemporâneas. Assim, é possível pensar a cidade a partir do olhar de quem constrói a cidade, a relação do homem com o homem -de quem construiu e de quem nela habita.

Considerando toda a produção espacial que se realiza no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação de determinado lugar em dado momento, é que se cria a relação estreita entre o espaço ocupado e seu modo de produção. Desse modo, o ser humano necessita ocupar um determinado lugar no espaço para exercer suas atividades vitais, até mesmo para que ele possa existir. Contudo, a questão não está na ocupação de espaço puramente, mas em tornar esse espaço produtivo, utilizando-o como instrumento para a produção e reprodução do próprio lugar (LEFEBVRE, 2009).

No dizer de Carlos (2007, p. 45), “a cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações”. Desse modo, é possível perceber que a ocupação de um determinado local na cidade dependerá da necessidade de realizar determinadas tarefas, seja de produção, de consumo, de habitar ou de viver.

Compreende-se então que a necessidade de suprir as condições materiais básicas para a existência humana seria um fator primordial, pois está diretamente ligada à produção dos meios de subsistência. Isso significa que a forma como

os seres humanos produzem sua própria vida material está relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas, que incluem tecnologia, recursos naturais e a própria organização social. A produção da vida material não se limitaria apenas à reprodução física do homem, mas também envolve as relações sociais e o modo de vida em que ele está inserido.

Na percepção do produtor de mercadorias, a cidade desempenha um papel fundamental na produção, distribuição, circulação e troca, e nesse sentido é o *locus* da produção, pois é considerada o local onde ocorre a geração de mais-valia, ou seja, onde o lucro é gerado. Além disso, a cidade também é vista como um mercado, onde são encontrados os recursos necessários para a produção (matérias-primas, mercadorias e força de trabalho), bem como as atividades de apoio à produção, como escritórios, agências bancárias e depósitos. A cidade seria o local da habitação, além de ser o espaço para a oferta de serviços básicos para a reprodução da vida em sociedade (CARLOS, 2007). Segundo Ana Fani A. Carlos (2007), é possível compreender o uso do solo urbano como alvo de uma disputa diferenciada para cada segmento social, o que de modo previsível produziria conflitos como parte da vida urbana.

### **3. A apropriação do espaço urbano**

Sobre segregação espacial e o privilégio de determinados grupos sociais usufruírem terras, Maricato (2015) analisa como sendo um dos principais problemas das cidades brasileiras, resultado das desigualdades socioespaciais tão acentuadas desde a formação socioeconômica da sociedade brasileira. A

segregação espacial é resultado de diversos fatores, como a especulação imobiliária, a falta de políticas públicas efetivas de habitação popular e o modelo de desenvolvimento urbano que privilegia a valorização do mercado imobiliário em detrimento da função social da cidade.

Esses fatores contribuem em grande medida para a criação de áreas segregadas, onde as populações de baixa renda são relegadas a bairros periféricos, distantes dos serviços básicos e com precárias condições de moradia. A falta de planejamento urbano ignora as necessidades das classes populares, e a ausência de investimentos em infraestrutura nessas regiões perpetua a segregação e as desigualdades espaciais.

Em *O direito à cidade*, Lefebvre (2009) nos estimula a examinar as relações entre espaço urbano e sociedade, de modo a perceber que a cidade é um direito fundamental e deve ser garantido a todos. Enfatiza que a apropriação do espaço urbano por instituições e interesses privados leva à exclusão e marginalização de certos grupos sociais, como os pobres e minorias. Argumenta que o direito à cidade deve ser garantido através da democratização do espaço urbano, com a participação ativa dos cidadãos na tomada de decisões sobre o planejamento e uso do espaço.

Na mesma perspectiva, Maricato (2015) chama atenção para a necessidade de um planejamento urbano que seja inclusivo e socialmente justo, priorizando a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos. Na perspectiva de superar a realidade em que se opera o modo da vida urbana nas cidades, Harvey (2014), especificamente na obra *Cidades Rebeldes*, analisa as dinâmicas da urbanização capitalista. A

partir desse ponto entende que a cidade é um espaço essencial para a acumulação de capital e a reprodução do sistema capitalista por meio da gentrificação, especulação imobiliária que, no âmbito das políticas neoliberais, priorizam o lucro em detrimento das necessidades coletivas. Contudo, a cidade também constitui um terreno fértil para a resistência e a luta por uma vida melhor.

Além de examinar criticamente a histórica relação entre capitalismo e urbanização, destacando como a expansão urbana se baseia na apropriação do espaço e na segregação socioespacial, Harvey (2014) aponta para as múltiplas formas de resistência e organização que emergem nas cidades, a exemplo dos movimentos sociais urbanos (os sem-teto, luta por moradia, os movimentos ambientais e os movimentos antigentrificação). Estes desafiam a lógica do capital e buscam construir uma cidade justa e sustentável.

#### **4. Gestão pública e o modo da vida urbana**

O processo de urbanização capitalista é um fenômeno global em que as atividades econômicas são centralizadas nas cidades, impactando a organização e o crescimento urbano. No Brasil, essas políticas têm passado por diferentes fases desde os anos 1950. Na década de 1980, com o processo de redemocratização, houve uma maior participação da sociedade civil: foram implementados alguns programas de regularização fundiária e de melhoria nas condições das periferias. Na primeira década do século XXI, as políticas urbanas foram ampliadas com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a implementação do Estatuto da Cidade.

Essas iniciativas visam a garantir o direito à cidade, promover a participação popular na gestão e planejamento urbano, além de combater a segregação espacial e a desigualdade social nas cidades (SANTOS, 2008; MORAES, 2007; RIBEIRO, 2012).

No entanto, apesar dessas iniciativas, a gestão das cidades no Brasil ainda enfrenta muitos desafios. A falta de planejamento urbano adequado e a especulação imobiliária resultam em desigualdades na distribuição de serviços e infraestrutura. O crescimento “desordenado” das cidades, com a expansão de favelas e periferias, dificulta o acesso a direitos básicos, como moradia, transporte, saneamento básico e saúde. Além disso, a corrupção e a má gestão dos recursos públicos também são problemas enfrentados na gestão das cidades. O desvio de verbas destinadas à infraestrutura e a falta de transparência nas licitações e contratos contribuem para a ineficiência das políticas urbanas e para a má qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos (SANTOS, 2008).

Para superar esses desafios, de acordo com Maricato (2001), é necessário investir em políticas públicas que promovam a inclusão social, o desenvolvimento sustentável, a mobilidade urbana, a regularização fundiária e a preservação do patrimônio histórico e ambiental nas cidades. Além disso, é importante fortalecer a participação popular e a transparência na gestão, para que haja uma maior fiscalização e controle social sobre as políticas e investimentos realizados nas cidades. É importante sublinhar que a gestão pública é responsável por planejar, elaborar e executar políticas e programas sociais que visam atender às necessidades básicas da população, como saúde, educação, moradia, alimentação, entre outros. Isso inclui a alocação adequada de recursos e a busca de parcerias

e recursos complementares para viabilizar essas ações.

Cabe à gestão pública assegurar o direito à cidade, que consiste em garantir a todos os cidadãos o acesso a serviços e infraestrutura urbana de qualidade, como transporte público, saneamento básico, iluminação, segurança, entre outros. Isso implica numa disputa no interior do “Estado ampliado” que permita a participação da sociedade civil e de diversos atores na formulação, implementação e avaliação das políticas e programas sociais e urbanos.

Segundo Ferreira (2010), o atual modelo de “urbanismo às avessas” se configura como um caso dramático a ser superado. O autor constrói uma crítica baseada na forma como as cidades brasileiras são planejadas e desenvolvidas de maneira desigual e excludente. Isso resulta em uma cidade segregada, em que áreas mais ricas recebem investimentos e infraestrutura adequada, enquanto áreas mais pobres sofrem com a falta de serviços básicos, como transporte público, saneamento e espaços de lazer, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e espaciais, de sobremaneira a impactar negativamente a qualidade de vida e a sustentabilidade das cidades.

Posto isto, Maricato (1986) propõe a adoção de políticas públicas que promovam a democratização do acesso à cidade, como a implementação de programas de regularização fundiária, a criação de moradias populares em áreas centrais e a ampliação de serviços e infraestrutura nas periferias. Defende a participação popular no planejamento e gestão urbana como forma de garantir a efetivação dessas políticas.

Nesse mesmo sentido, Harvey (2014) vai desenvolver uma crítica esperançosa pois, além de destacar a necessidade

de uma mudança estrutural no sistema capitalista, mostra as potencialidades transformadoras das lutas urbanas, considerando uma perspectiva interdisciplinar sobre a cidade que combina características econômicas, políticas e sociais para trazer uma compreensão abrangente das dinâmicas urbanas e suas possibilidades de transformação. Desse modo, enfatiza a importância do “direito à cidade”, que vai além do acesso físico ao espaço urbano, incluindo o direito à participação política, ao uso comum dos recursos e à qualidade de vida.

## 5. Considerações Gerais

Em uma realidade em constante mutação, permeada pelos cenários econômicos, políticos, culturais e sociais, é válido debater o verdadeiro significado da cidade e ponderar a quem ela verdadeiramente pertence. Considerando o aspecto legal, o ordenamento urbano é regulamentado com base na legislação constitucional e nas diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, também conhecido como Lei nº 10.257/2001. Esse estatuto define o direito à cidade e aborda questões relacionadas à política urbana.

Recorreu-se ao pensamento de diversos autores e foi possível compreender que a cidade pode ser compreendida não apenas como uma organização pública, gerida por autoridades, mas também considerando diversos fatores que institui a cidade como resultado da interação entre os seres humanos e o ambiente construído ao seu redor. Também considerou as facetas da vida urbana, como política, economia, cultura, que são fundamentais para uma compreensão abrangente da cidade. A partir dos conceitos apresentados,

foi possível compreender que a ressignificação do espaço é fundamental para construir uma cidade mais justa e inclusiva.

Quanto ao direito à cidade, foi possível perceber que esse é um direito fundamental do cidadão, que deve ser garantido através da participação ativa na produção e uso do espaço urbano, buscando uma cidade mais inclusiva e voltada para o bem-estar de todos os habitantes. Embora o que se visualize seja o contrário. A mercantilização do espaço têm sido uma das principais barreiras para o acesso de todos à cidade. O que se percebe é que existe um movimento de apropriação do espaço urbano por instituições e interesses privados, que tende a gerar exclusão e marginalização de determinados grupos sociais, como os pobres e demais minorias, resultando em áreas de severas segregações no contexto urbano.

A privatização de espaços públicos no Brasil não é um fenômeno recente, mas foi ganhando forças a partir da adoção de um pensamento político neoliberal e intensificou uma série de problemas nas áreas urbanas. Entre eles estão a gentrificação, a privatização de espaços públicos, o despejo de comunidades marginalizadas e a falta de acesso igualitário a serviços básicos, como moradia, transporte e saúde. Além disso, a ideologia neoliberal tende a diminuir a participação democrática dos cidadãos nas decisões sobre as cidades, concentrando o poder nas mãos de corporações e elites econômicas.

A ausência de um planejamento urbano adequado da gestão pública, juntamente com a especulação imobiliária, colabora para as disparidades na alocação de serviços e infraestrutura nas áreas urbanas. Desse modo, a fim de superar essas dificuldades, caberia ao poder público dedicar

esforços para implementar políticas e programas sociais que estimulem a inclusão social, mobilidade urbana, regularização fundiária e preservação do patrimônio nas cidades. Além disso, é fundamental fortalecer a participação da população e a transparência na gestão urbana, de modo a permitir uma maior fiscalização e controle social sobre as ações e investimentos feitos nas cidades.

Finalmente, debater o direito à cidade e como as relações são estabelecidas no contexto do espaço urbano não é um equívoco, mas uma necessidade urgente. Isso se deve ao fato de que a apropriação do espaço urbano tem sido cada vez mais influenciada pelo poder de compra de uma minoria privilegiada - longe de ser um espaço justo e igualitário a todos que compõem a cidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8ª ed. São Paulo. Contexto, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas. In: OLIVEIRA, F. et al. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo. 2010.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2009.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? In: **Cadernos IPPUR/UFRJ** /Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – ano 1, n. 1, j an./abr. 1986.

\_\_\_\_\_, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Estudo das Cidades. **Caderno EBAPE.BR**, v.5, n.2, artigo 1, 2007.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. O processo de urbanização no Brasil. In: **Estudos Avançados**, vol. 26, nº 74, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008.

# A palavra e o poder na produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: o caso da “Vila” Progresso

Emanuele Bani<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a dimensão simbólica da produção do espaço urbano, tendo como exemplo empírico o bairro “Vila” Progresso na cidade de São Luís do Maranhão, Brasil. A atenção volta-se para a compreensão do uso de determinadas palavras como exercício de poder no processo de produção do espaço urbano. Para a realização desse artigo recorreu-se às fontes bibliográficas, além da pesquisa de campo realizada no período de Julho de 2015 a Março de 2016 com entrevistas não padronizadas com informantes-chave, aplicação de 50 questionários com perguntas semiestruturadas junto aos moradores e realização de registros fotográficos. Valeu-se ainda da análise do discurso em face da necessidade de descortinar o sentido das palavras e entendê-las em suas essências. Constatou-se que morar na “Vila” Progresso tornou-se mais excludente por causa da produção simbólica do nome “Vila”, sendo o termo frequentemente utilizado de forma pejorativa para estigmatizar os moradores do bairro e legitimar a segregação socioespacial presente na cidade de São Luís do Maranhão. Conclui-se que apesar de existir uma estratégia discursiva por parte dos moradores visando a construir uma imagem que favoreça a autoestima coletiva, o que predomina é o discurso da classe dominante que passa a ser naturalizado como algo inquestionável, ideologicamente comprometido com a perpetuação de desigualdades e assimetrias no contexto da cidade capitalista.

**Palavras chaves:** Palavra; Poder; Produção do espaço urbano.

## Abstract

This article aims to analyze the symbolic dimension of the production of urban space, taking as an empirical example the “Vila” Progresso neighborhood in the city of São Luís do Maranhão,

---

1 Professor da Rede Estadual do Maranhão. Doutor em Políticas Públicas-PPGPP/UFMA. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-PPDSR/UEMA. Mestre em Saúde e Ambiente-PPGSA/UFMA.

Brazil. Attention turns to understanding the use of certain words as an exercise of power in the process of producing urban space. To carry out this article, bibliographical sources were used, in addition to field researchs. It also used discourse analysis in view of the need to uncover the meaning of words and understand them in their essence. It was found that living in “Vila” Progresso became more exclusionary because of the symbolic production of the name “Vila”, the term being often used in a pejorative way to stigmatize the residents of the neighborhood and legitimize socio-spatial segregation in that city. Given the proposed analysis, the assertion that words can be used to exercise power and thus reproduce inequalities is justified. It is concluded that there is a need to include the study of the use of words in research aimed at analyzing the production of urban space.

**Keywords:** Word; Ruling; Production of urban space.

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir a dimensão simbólica da produção do espaço urbano, tendo em vista que a cidade produz-se materialmente numa série de formas e cores, cujo entendimento, todavia, perpassa a simples observação do real e obriga a pensar o concreto como resultado de um processo oculto, incluindo as práticas sociais como a linguagem.

O ponto a ser aqui destacado é a importância de enxergar a disputa ideológica em torno de determinadas palavras, que de fato não se apresentam como “meras palavras” e tampouco como ferramentas neutras, mas são usadas pelos agentes sociais para exercer o poder na produção do espaço urbano. Infelizmente, assim como lembra Souza (2014), muitos pesquisadores gastam pouquíssimo tempo refletindo sobre as palavras, como se o vocabulário não demandasse cautela.

O espaço urbano de São Luís tornou-se lugar de

segregação onde surgiram e se expandiram bairros periféricos, representados por áreas de ocupação e/ ou invasão, além de palafitas, como a realidade da “Vila” Progresso que, de fato, tornou-se alternativa obrigatória para seus habitantes, impedidos de adquirir suas próprias moradias nas melhores áreas da cidade mencionada, em função do acesso seletivo ao solo urbano.

A questão apresentada é sobre o papel dos agentes sociais produtores do espaço na (in)definição-permanência do nome “Vila” Progresso. Com efeito, decidiu-se pôr o nome “Vila” entre aspas a fim de evitar comparações com outras localidades situadas fora de São Luís, que se dinamizaram e foram elevadas às categorias administrativas de termo, vila e/ ou cidade, mas também para ressaltar o caráter ideológico/ discriminatório dessa denominação.

O embasamento teórico-metodológico fundamentou-se a partir das contribuições de Henri Lefebvre, Neil Smith, David Harvey e Ana Fani Alessandri Carlos e, sobre os estudos sobre a linguagem, baseou-se em Pêcheux (1995), Foucault (1999), Bakhtin (2006) e Souza (2014). Para avançar na reflexão sobre a produção simbólica do espaço urbano, buscou-se analisar as representações socioespaciais que, segundo Souza (2014, p. 160), “participam dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade social”.

O método de interpretação adotado foi o materialismo histórico-dialético, pois permite pensar as contradições do processo de produção do espaço urbano (CARLOS, 2015). Quanto às técnicas, utilizaram-se pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, realizado no período de Julho de 2015 a Março de 2016, com entrevistas não padronizadas com

informantes-chave, aplicação de 50 questionários com perguntas semiestruturadas aos moradores e realização de registros fotográficos, além da utilização da técnica de análise do discurso devido à necessidade de descortinar o sentido das palavras e entendê-las em suas essências.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo estrutura-se da seguinte forma: após essa introdução, faz-se breve reflexão teórica acerca da produção do espaço urbano e da relação entre a palavra e o poder; passa-se depois a analisar a produção da ‘Vila’ Progresso na cidade de São Luís do Maranhão e sua produção simbólica. Em seguida, apresentam-se as considerações finais.

## **1. A reflexão sobre a produção do espaço**

Dentre as diversas explicações, Lefebvre (2006) refere-se ao espaço não como uma natureza mais ou menos modificada, mas como um produto. No entanto, o espaço não é um produto insignificante, simplesmente um objeto, mas um sistema de relações. Nessa proposição, o espaço não pode ser mais concebido como passivo, mas como produtor de seu próprio produto. “Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais” (LEFEBVRE, 2006, p. 5).

A tendência dominante é de ver o espaço como receptáculo passivo, assinala Lefebvre (2006), no lugar de explicitar as relações sociais implicadas no espaço. Smith (1988, p. 111) reforça essa crítica ao afirmar que hoje o espaço é concebido mais como “um receptáculo no qual os objetos existem e os eventos ocorrem”. Comenta também que é esse conceito absoluto de espaço de Newton que prevalece

e informa o senso comum em relação ao espaço, tratando-o como um suporte físico e associando-o à primeira natureza, a partir da qual o espaço social se desenvolve e se diferencia.

O conceito de espaço como um produto surge, portanto, como uma crítica à concepção dualista do espaço e da sociedade e se preocupa em não negar a objetividade do espaço, mas ao mesmo tempo pretende explicá-la como produto da sociedade (SMITH, 1988). Esse autor pondera que não se trata de uma simples interação entre espaço e sociedade, em que os padrões geográficos refletem as relações sociais, pois a concepção de produção do espaço permite se aproximar da unidade entre os dois termos.

Segundo Carlos (1994), o espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana. Sob o capitalismo e de forma mais evidente, “o processo de reprodução espacial envolve (...) uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados” e como resultado “a cidade aparece como um produto apropriado diferencialmente por cada indivíduo”, em que “o homem vive onde ele pode morar, e onde pode morar será determinado pela renda que recebe e pelos sacrifícios que ele pode fazer” (CARLOS, 1994, p. 134).

No entendimento de Carlos (1994), a noção de produção traz questões importantes: seu sentido revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade. Assim, cada sociedade produz seu próprio espaço, um espaço determinado e específico, uma vez que ele é produzido em

função das exigências e necessidades daquela sociedade.

## 2. A palavra e o poder na produção do espaço urbano

Assevera Souza (2014) que o senso comum revela uma agudeza que bem poderia estar mais presente nos estudos do urbano, e se refere à crença popular que as palavras “têm um poder”. De fato, para o referido autor (SOUZA, 2014, p. 147):

age-se muito frequentemente como se o vocabulário não demandasse maiores cautelas. Com efeito, mesmo muitos pesquisadores convictamente anticonservadores e antipositivistas costumam gastar pouquíssimo tempo refletindo sobre algo tão corriqueiro como...palavras (“meras palavras”, como amiúde se ouve – e como se as palavras fossem inocente ou inofensivas).

O cume da arte, escreve Bourdieu (2010, p. 20),

está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo “coisas teórica” (grifo do autor) muito importante a respeito de objectos ditos “empíricos” (grifo do autor) muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios. Tem-se demasiada tendência para crer, em ciências sociais, que a importância social ou política do objecto é por si mesmo suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrado – é isto sem dúvida que explica que os sociólogos mais inclinados a avaliar a sua importância daqueles que, actualmente, se interessam pelo Estado ou pelo poder, se mostrem muitas vezes os menos atentos aos procedimentos metodológicos.

A importância do estudo da linguagem é ressaltada por Foucault (1999) quando escreve que:

A partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade

que só a ela pertencem. Tornou-se um objeto do conhecimento entre tantos outros: ao lado dos seres vivos, ao lado das riquezas e do valor, ao lado da história dos acontecimentos e dos homens. Comporta, talvez, conceitos próprios, mas as análises que incidem sobre ela são enraizadas no mesmo nível que todas as que concernem aos conhecimentos empíricos (FOUCAULT, 1999, p. 319).

A linguagem, continua Foucault (1999, p. 322), “constitui o lugar dos hábitos mudos do pensamento, do espírito obscuro dos povos”. Mas os homens não são os donos das palavras e “crendo que seus propósitos lhes obedecem, não sabem que são eles que se submetem às suas exigências”. Avisa Souza (2014, p. 163) “Que se constate e aceite: não se subestimem as palavras por serem “nada mais do que palavras”.

Ainda em relação à linguagem, Bakhtin (2006) assinala que as palavras são de natureza social, ou seja, elas não existem fora de um contexto social. Logo, elas são objetos de disputa ideológica. Da mesma forma, Pêcheux (1995, p. 160) assevera que as palavras, assim como as expressões ou as proposições, “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas”.

O importante, escreve Souza (2014, p. 163), é:

Que se volte a atenção para as palavras *em si*, e não somente para a decisão explícita que encerram. Que palavras são usadas, com quais propósitos, em que circunstâncias, por quem? Que efeito ideológico *subliminar* desempenhar? Como as palavras são “*armas*”, podem elas também... *desarmar*? *Vulnerabilizar*? *Amansar* ou *domesticar*? E como isso se dá ou pode se dar, em cada caso concreto?

No caso dos estudos da produção do espaço, a crítica de Souza (2014) é direcionada para a excessiva ênfase dada ao processo em detrimento do estudo das práticas sociais dos produtores do espaço, incluindo “suas expectativas, seus valores, seus temores. E, claro, suas palavras”. Há uma “disputa simbólica em torno de determinadas palavras”, continua Souza (2014, p. 149). Os nomes propostos pelos planejadores urbanos, como representantes do Estado, muitas vezes “atritam” com nomes usados por outros agentes sociais que produzem o espaço. *Favela*, assevera o referido autor (2014, p. 151):

é um desses termos que parecem já ter adquirido feições de vocábulo “naturalizado”, mas que costumam carregar um conteúdo pejorativo que não escapa à percepção daqueles que sofrem com valorações negativas por trazerem a marca de um *estigma sócio-espacial* (no caso, os “favelados”). Não é à toa que, algumas vezes, o termo “Favela” (grifo do autor) é, de algum modo, tácita ou explicitamente contestado.

Outro exemplo é de Silva (1990, apud DINIZ 1999, p. 27), quando ressalta o caráter político-ideológico do termo invasão ao afirmar que ele foi estabelecido, no caso da cidade de São Luís do Maranhão,

para desvirtuar o sentido do processo natural de ocupação urbana, restringindo-o aos setores pobres e desprotegidos, impondo uma conotação ideológica de contravenção a uma prática decorrente do próprio desenvolvimento do capitalismo no Estado.

O termo *vila* também não escapa dessa disputa ideológica. Em São Luís, as áreas de ocupação irregular são

hoje denominadas, na maioria das vezes, de “Vilas”, referindo-se às áreas ocupadas pela população de baixa renda e, de fato, acompanhando-as por carga de discriminação que por muitas delas tiveram o efeito de ampliar a exclusão social. Assim, a seguir enfatiza-se a discussão a partir da realidade empírica da “Vila” Progresso.

### **3. A produção da “vila” progresso na cidade de São Luís do Maranhão**

O espaço urbano de São Luís, que até a década de 1950 apresentava-se homogêneo e linear no sentido Centro-Anil, começou a mudar e ampliar suas contradições vinculadas ao processo de segregação socioespacial, comum a todas as cidades brasileiras que registraram incremento mais significativo a contar de 1970. Isso porque a partir da segunda metade da década de 1960 a cidade de São Luís expandiu-se de forma acelerada. Segundo os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total de São Luís registrou crescimento, entre 1940 e 2010, de 74.675 para 1.011.943 habitantes.

Convém ressaltar que o crescimento demográfico não foi acompanhado nem por maiores oportunidades de emprego para a população nem por ampliação dos serviços básicos; isto porque os imigrantes que não são absorvidos pelo mercado formal e tampouco conseguem arcar com despesas de aluguel ou aquisição de moradia, deparando-se com a condição de “subempregado ou não, [de maneira que] a população se integra ao processo produtivo e vai ocupando um lugar no espaço físico” (DINIZ, 1999, p. 69).

Em São Luís do Maranhão, relata Ferreira (1999, 2014) que a presença de áreas de ocupação irregular ou invasão<sup>2</sup> já se registrava desde 1930, na medida em que às populações de baixa renda não restava alternativa para morar. Mas é a partir da segunda metade da década de 1960 que a produção de áreas de ocupação vem se delineando de forma acelerada, em função da transformação profunda dessa cidade que, no breve período de trinta e cinco anos, ao dizer de Burnett (2007, p. 2), perdeu “primeiro paulatinamente e depois abruptamente, seu valor de uso pela mercantilização da vida”, transformando-se em uma cidade segregada, dividida entre aqueles que podem permitir-se viver nos melhores lugares e aqueles que, não tendo uma renda suficiente, abrigam-se em lugares insalubres ou de difícil acesso.

A necessidade de realização da produção do espaço, no sentido de suprir a demanda de consumo para a reprodução da vida dos homens, fez com que uma grande parcela de população da sede de São Luís se instalasse em áreas ainda não ocupadas em função da precária localização, como por exemplo, em encostas de colinas ou em áreas de mangue, como é o caso da “Vila” Progresso, que se situa numa área próxima aos conjuntos habitacionais Vinhais, Recanto do Vinhais e Cohafuma e à área de ocupação Vila Marinha, ao Leste do Centro Histórico dessa cidade, estando escondida pela vegetação de mangue e mata ciliar em se tratando de

---

2 Destaca-se aqui a ponderação de Silva (1995), segundo a qual o termo *invasão* seria mais adequado para caracterizar o processo de ocupação dessas áreas em São Luís, pois o mesmo não ocasiona muitas distorções da realidade socio-jurídica, enquanto que o termo *ocupação*, relacionado à tomada de posse de coisa sem dono não tem fundamento jurídico, pois juridicamente não há no Brasil imóvel sem dono.

dois grandes corredores urbanos, a Avenida Jeronimo de Albuquerque e a Via Expressa, sendo esta última de recente construção.

Cabe ser ressaltado que há uma relação de dependência entre a “Vila” Progresso e os conjuntos habitacionais próximos (Vinhais, Recanto do Vinhais, Cohafuma) quanto aos serviços e infraestruturas que dispõem, como escolas, supermercados, postos de saúde, etc., que são deficientes e/ ou ausentes no bairro pesquisado.

Assim como outras áreas da cidade de São Luís, a “Vila” Progresso não é exatamente um bairro, mas é melhor dizer que se trata de “uma localidade ou uma célula pouco dinâmica na vida de relações econômicas do espaço geográfico de São Luís do Maranhão” (PACHECO, 1999, p. 1 apud DINIZ, 1999). De fato, ela não atende às necessidades básicas de consumo como justiça, segurança, educação, lazer, alimentação e serviços, além de não possuir certa independência quanto ao poder de reivindicação de melhorias junto ao poder público que, segundo Pacheco (1999 apud DINIZ, 1999), são características que pertencem a um bairro.

Através das entrevistas realizadas com os moradores da “Vila” Progresso, foi possível identificar que a ocupação da área foi similar ao *modus operandi* que caracteriza, segundo Diniz (1999), a dinâmica das ocupações em São Luís, em que certo número de famílias se organiza e ocupa coletivamente, no mesmo dia, uma área para se instalar.

As informações coletadas permitem classificar a “Vila” Progresso como pertencente ao tipo de ocupação-invasão “espontânea”, nos termos adotados por Maricato (2011, p. 82) quando o define como “uma alternativa habitacional que faz

parte da estrutura de provisão de habitação no Brasil”.

O aspecto contraditório da implementação de infraestruturas e serviços urbanos, como o abastecimento legal de água e luz, em uma área ilegal como a da “Vila” Progresso evidencia como a produção das áreas de ocupação é estrutural e inevitável na produção da cidade capitalista. Isto implica que, se a produção das áreas de ocupação não fosse tolerada pelo Estado, devido à falta de alternativa para a população pobre, teríamos uma situação de “guerra civil” (MARICATO, 2000).

Com relação à paisagem da “Vila” Progresso, nota-se alternância de casas de alvenaria e um misto de autoconstruções de madeira e palafitas concentradas nas bordas do bairro, que refletem as condições econômicas diferenciadas de seus habitantes, além da dinamicidade do processo de segregação espacial. Ainda, observou-se preocupação com a estética das casas, deixando entender que a forma externa e a fachada das habitações são questões importantes para os moradores, cuja percepção é que uma imagem melhor de suas habitações consegue produzir uma melhor reputação e posição social.

Apesar desse esforço “estético”, o que foi possível perceber andando pelas ruas é que há sempre uma sensação de algo inacabado, em constante construção. Os tijolos, a areia e as pedras encontradas nas ruas sinalizam esta condição. O tempo das construções é lento, estabelecido de acordo com as possibilidades econômicas das famílias. Salvo raras exceções, as ruas se apresentam sem pavimentação e esburacadas, dificultando o deslocamento das pessoas. Ademais, sem saneamento básico, nas ruas escorrem esgotos a céu aberto e lixo é encontrado regularmente.

Do ponto de vista da infraestrutura, a área estudada é marcada pela quase ou total inexistência de serviços urbanos como o sistema de esgoto, asfalto (parcialmente), escolas, prontos-socorros, postos de saúde, área de lazer etc. Há pequenos comércios onde são comercializados itens básicos de consumo. Opções de lazer são praticamente inexistentes, ficando apenas os bares como diversão para os adultos e as ruas para as crianças.

A seguir, aborda-se a produção simbólica da “Vila” Progresso, a partir do estudo etimológico da palavra “Vila”.

#### **4. A produção da “Vila” Progresso como linguagem**

O desejo inicial das primeiras famílias era chamar o esse bairro de Jardim Progresso. Hoje este é conhecido como “Vila” Progresso, cujo termo é frequentemente utilizado de forma pejorativa, igual à favela, conforme mostrado anteriormente por Souza (2014). Quanto a isso, Diniz (1999, p.70) deixa clara essa associação definindo Vila como a “Favela Maranhense”.

Observando a etimologia da palavra vila, nota-se que ela tem origem na palavra latina *villa* que designava uma “casa di campagna” (casa de campo), uma quinta ou um sítio. No entanto, segundo o dicionário italiano “Treccani” a palavra *villa* (do latim *villa*) passou a se referir também, na idade média, a um pequeno povoado rural, tornando-se mais tarde *villaggio* (Vilarejo em português).

Sobre as denominações que remontam ao processo de colonização na América portuguesa, convém lembrar que as localidades não eram classificadas de forma aleatória uma vez que vilas

Eram núcleos urbanos fundados pela iniciativa de donatários, capitães e governadores, que tinham poder para criá-las ou resultaram de ordem régia que autorizou a elevação a essa categoria de algum arraial [...]. Quanto à criação de cidades, [...] foi sempre um direito exclusivo da Coroa, [por] essa razão núcleos urbanos eram chamados de cidades reais. Os Donatários não podiam fundá-las e os governadores e capitães-mores somente poderiam fundá-las com autorização régia (ZANOTTELI, 2014, p. 167).

Matos (2014, p. 111) analisou o topônimo Vila Passos, bairro da cidade de São Luís, exemplificando o significado distinto do termo:

Nesse caso [Vila Passos], o qualificativo de *vila* não terá a mesma significação daquela adotada para a Vila Bacanga (povoação inferior a cidade, mas superior a uma aldeia), já que vai se referir às casas de recreação nos arrabaldes das cidades, o mesmo que quintas, sítios (Sítio da Machadinha, Quinta do Machadinho).

Mais interessante ainda para este artigo é a etimologia da palavra *vilão*, que no seu significado original identificava o habitante da *vila*, um camponês. Pois bem, significando algo não nobre, assim como vinha sendo associado durante a idade média, o termo passou a ser usado para se referir à pessoa de baixo valor, de nível socioeconômico inferior. Não é por acaso que em São Luís as primeiras áreas que abrigavam os operários que trabalhavam na indústria têxtil, no final do século XIX e início do século XX, eram chamadas de vilas operárias. Eis o trecho em que Matos (2014, p.123) relata a desapropriação, por utilidade pública, das áreas habitadas pela população proletariada no Centro Histórico de São Luís,

em que é evidenciada a associação entre núcleos proletários e Vilas:

A Lei Municipal nº 381, de 11/10/1927, promulgada pelo Prefeito Jaime Tavares, no seu 2º artigo desapropriava, por utilidade pública, bem do estado sanitário e estética do progresso da Capital, todos os terrenos particulares constituídos em núcleos de população proletariada mais ou menos densas em sete bairros do Centro Histórico de São Luís. Os lugares considerados como *núcleos de população proletariada mais ou menos densas* eram as chamadas Vilas Operárias.

Através das falas dos moradores da “Vila” Progresso pôde-se constatar que, para eles, o termo “Vila”, utilizado para definir seu local de moradia, reforça a ideia de que na comunidade moram criminosos, pois o termo hoje é associado às áreas mais perigosas na cidade de São Luís. No entanto, ninguém sabe quando o termo “Vila” surgiu para definir o bairro. Os moradores mais antigos lembram que o nome proposto desde o início da ocupação foi o de Jardim Progresso.

Essa situação foi constatada através de 50 questionários aplicados aos moradores, pois quando foi arguido qual é o nome da comunidade usado para definir o próprio endereço, 84% responderam usar a denominação “Vila” Progresso e outros 14% usavam Jardim Progresso. E quando questionado quais são os nomes com os quais é conhecida a comunidade, os percentuais mudaram, uma vez que “Vila” Progresso equivaleu a 72% enquanto Jardim Progresso correspondeu a 28%.

Nos trabalhos de campo realizados, encontraram-se diversas formas de denominação dos domicílios. Pôde-se

averiguar que há uma tensão presente no mesmo nome das placas de identificação das casas. Não há uma verdadeira união entre os moradores da “Vila” Progresso. Alguns moradores até preferem colocar só o nome do conjunto habitacional próximo ao bairro (Recanto do Vinhais), tentando evitar a discriminação que o nome “Vila” traz consigo. Apenas em uma casa se encontrou a placa com o nome Jardim Progresso.

Em depoimento, uma moradora descreve seu pensamento sobre o termo “Vila”: “No meu pensamento Vila é quando mora uma comunidade com o povo tudo unido, mas hoje pela sociedade, Vila, pela sociedade de hoje, mora só bandidos, sociedade, aquela vilinha, então foi esse motivo que tem que chamar com o nome certo, Jardim Progresso”. Assim, depreende-se que o discurso usado pelos moradores não é o mesmo utilizado pela classe dominante, embora o significado pejorativo do termo *Vila* seja conhecido pela maioria da população.

No caso do discurso dos oprimidos, trata-se de um discurso autônomo que, conforme Souza (2014, p. 154), visa a defender e afirmar “a autodeterminação e a ausência de dominação como valores fundamentais”, e no caso da classe dominante, de um discurso heterônomo que, ao contrário, é produzido por indivíduos e instituições direta ou indiretamente comprometidos com a perpetuação de desigualdades e assimetrias estruturais, legítima, reforça ou fomenta a heteronomia, em qualquer uma de suas manifestações (classe, sexo, racismo, etc.).

Assim como no caso da palavra “comunidade”, comentado por Souza (2014), salta aos olhos a estratégia dos pobres para construir “uma imagem que favoreça a autoestima

coletiva, em vez de reforçar a estigmatização socioespacial ou a mera vitimização” (SOUZA, 2014, p. 155).

Sabe-se que a classe dominante consegue difundir sua visão do mundo sobre toda a sociedade e que esta passa a pensar e agir conforme as ideias dessa classe dominante. Para Marx, isso deriva da ideologia, “que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade” (LOWY, 1989, p. 12).

Em verdade, nos discursos mencionados é possível enxergar duas visões conflitantes do mundo: a que vê a “Vila” como uma oportunidade de vida comunitária; e a que, ao contrário, a enxerga como ameaça à manutenção da ordem estabelecida.

Cabe aqui destacar a contribuição do sociólogo Karl Mannheim, em seu livro *Ideologia e Utopia*, com a distinção entre a visão do mundo de caráter conservador (ideologia) e as ideias que aspiram uma realidade diferente, e que tem, portanto, uma função subversiva. Nesse caso, fala-se de Utopia (LOWY, 1989, p. 12).

O conceito pejorativo do termo “Vila” é utilizado pela classe dominante para hierarquizar o espaço urbano e consolidar seu domínio sobre a população mais pobre da cidade de São Luís do Maranhão. Isso também deriva de um processo que vem se materializando nas demais escalas (metropolitana, estadual, regional, nacional e mundial) vinculado à mesma lógica do capital, que é assentada no lucro e na propriedade privada e cuja desigualdade de acesso passa a ser naturalizada como algo dado, acabado e inquestionável.

## 5. Considerações Gerais

Este artigo analisou a dimensão simbólica da produção do espaço urbano, tendo o bairro “Vila” Progresso como exemplo empírico na cidade de São Luís do Maranhão. Em São Luís, o acesso seletivo ao solo urbano fez com que a população de baixa renda produzisse seu próprio espaço em áreas desprezadas e/ou especuladas pelo mercado imobiliário, como as áreas ambientalmente frágeis, principalmente nas margens dos rios Anil e Bacanga, perto de mangues e em encostas íngremes. “Vila” Progresso tornou-se, assim, alternativa obrigatória para seus habitantes, em função da impossibilidade de as pessoas terem acesso ao crédito ou outras formas de financiamento para adquirir sua própria casa ou apartamento no mercado imobiliário privado ou estatal.

À esta situação de marginalidade imposta pelo sistema capitalista soma-se aquela, fruto da produção simbólica do nome “Vila”, que aprofunda ainda mais a desigualdade socioespacial, negando o direito à cidade à população acometida a tal discriminação. Os resultados da pesquisa demonstram que a população da “Vila” Progresso vem sofrendo a marca de um estigma socioespacial por consequência do termo “Vila”, que costuma carregar um conteúdo pejorativo que tem o efeito de ampliar a segregação e as desigualdades presentes na cidade de São Luís do Maranhão.

Diante dos resultados da pesquisa, justifica-se a preocupação com o pouco tempo dedicado à reflexão sobre as palavras nos estudos do urbano. Conclui-se que há a necessidade de incluir esse tipo de pesquisa nos trabalhos sobre a produção do espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BORDIEU, J. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BURNETT, F. L. Da cidade unitária à metrópole fragmentada: crítica à constituição da São Luís moderna. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. **Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 173-197.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CURVELO-MATOS, H. R. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. 347f. Tese (Doutorado em linguística) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

DINIZ, J. S. **A dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís (MA): O caso da Vila Cascavel**. São Luís, Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 1999.

FERREIRA A. J. A. **O Estado e as políticas do urbano em São Luís**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**; tradução Salma Tannus Muchail. -8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LOWY, M. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARICATO, E. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2 ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1995.

SILVA, Q. D. da S.. **Dinâmica do processo de periferação em São Luís-MA**. São Luís, 1995. (Monografia de Graduação em Geografia), DEGEO-CCH/UFMA.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano. Agentes e processos escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 147-166.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Geofilosofia e geopolítica em Mil Platôs**. Vitória: EDUFES, 2014.

# Desenvolvimento global na rota de Cajueiro, São Luís-MA e Marudá, Alcântara-MA<sup>1</sup>

Marina Azevedo Feitosa\*

## Resumo

Esta pesquisa apresenta a questão do “desenvolvimento”, a partir das disputas territoriais entre a implantação e a expansão do CLA *versus* Marudá (Alcântara-MA), e a implantação do Porto São Luís *versus* Cajueiro (São Luís - MA). A disputa iniciou-se no momento em que agentes institucionalizados do capital e do Estado declararam interesses no território e desapropriam compulsoriamente comunidades locais já certificados pelo próprio Estado. As análises de casos serão feitas na perspectiva da *decolonialidade*, à luz da teoria de Mignolo (2020), privilegiando as narrativas dos agentes subalternizados às estruturas hegemônicas do capital e os seus efeitos sociais. Verificou-se que o processo de enfrentamento das comunidades tradicionais está ativo e, com mobilizações sociais, estes povos resistem em seu território, mesmo a partir da percepção contraditória e desigual do “desenvolvimento” que há gerações atinge essas comunidades. Chama atenção o seu modo de organização societal de aplicabilidade eficiente em seu tempo e espaço: o *bem viver*.

**Palavras-chave:** desenvolvimento; Marudá; Cajueiro; território.

## Abstract

**Global development on the route of Cajueiro, São Luís-MA and Marudá, Alcântara-MA**

---

1 Baseado na dissertação Resistências locais ao Desenvolvimento global: Cajueiro e Marudá na luta pelo direito às suas territorialidades (Feitosa, 2023).

\* Cientista Social, mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. E-mail: [marinazevedofeitosa@gmail.com](mailto:marinazevedofeitosa@gmail.com).

This research presents the issue of development, based on the territorial disputes between the implementation and expansion of the CLA versus Marudá (Alcântara-MA), and the implementation of the Port of São Luís versus Cajueiro (São Luís-MA). The dispute began at a time when institutionalized agents of capital and the state declared interests in the territory and compulsorily expropriated local communities already certified by the state itself. The case analyses will be made from the perspective of decoloniality, in the light of Mignolo's theory (2020), privileging the narratives of agents subalternized to the hegemonic structures of capital and their social effects. It was found that the process of confronting traditional communities is active and, with social mobilizations, these peoples resist in their territory, even from the contradictory and unequal perception of "development" that has affected these communities for generations. Its mode of societal organization of efficient applicability in its time and space is noteworthy: good living.

**Keywords:** development; Marudá; cajueiro; territory.

## Introdução

A realidade do território maranhense (um estado da Região Nordeste do Brasil), apresenta uma dinâmica muito controversa, marcada por disputas territoriais entre povos e comunidades tradicionais e megaempreendimentos (BRANDÃO, 2010). Essa disputa, quase sempre resulta em remanejamento das comunidades locais com perdas materiais e imateriais imensuráveis.

Certamente, as relações de conflitos são da lógica natural da vida humana, mas quando interesses econômicos estão em jogo, o conflito se torna ainda mais contundente e toma dimensões muito maiores, até mesmo de violação da cidadania ou de direito: o etnocídio. Os dados obtidos nesta

pesquisa apontam para uma tentativa de extermínio de uma cultura específica: os corpos de um povo específico, seus saberes ancestrais e tradicionais, seus modos de vida, sua organização social etc. (CLASTRES, 2004).

Deve-se considerar também a formação racial do Brasil, com grande parte populacional atual composta por povos originários “indígenas” e “remanescentes” de quilombos<sup>2</sup>. As comunidades quilombolas no Maranhão representam um significativo percentual da população maranhense pois, conforme cadastro junto à Fundação Cultural Palmares e a Secretaria de Estado de Igualdade Racial (SEIR) do Maranhão, são computadas cerca de 1500 comunidades como remanescentes de quilombos (Dados 2022) e estão dispostas nas partes norte e central do Estado.

Esses dados ainda podem ser maiores, pois algumas comunidades no Maranhão ainda estão em processo de discussão da sua identidade étnica, como é o caso de Cajueiro (São Luís-MA) a ser visto em contraste com Alcântara (MA), que é o município maranhense com maior certificação quilombola.

Assim, apresentam-se duas questões: quais as implicações ou efeitos sociais das propostas de desenvolvimento econômico do CLA na comunidade de Marudá (Alcântara-MA) e do Porto São Luís na comunidade de Cajueiro (São Luís-MA)? Como os agentes sociais reagem

---

2 Estas categorias estão entre aspas, pois são titulações dadas por sociedades dominantes e não por autodefinição. Quando se utiliza a categoria “remanescente”, por exemplo, há uma ideia de “reminiscência”, “resquício”, “resíduo” ou “vestígio” sendo, portanto, uma visão estática de cultura.

às territoriais, ao discurso hegemônico e às estratégias práticas do capital, em confronto com as ações unilaterais do Estado e suas consequências sociais?

Para responder essas questões, é necessário:

- a) Analisar os efeitos sociais para os povos e comunidades tradicionais que residem tanto em Cajueiro como em Marudá, após a tentativa e a implantação dos respectivos projetos de “desenvolvimento”;
- b) Considerar as reflexões teóricas críticas sobre o “desenvolvimento”; observar as políticas públicas histórica brasileiras sobre as tratativas estatais regionais de implantação de grandes projetos, que resultam no deslocamento compulsório de comunidades tradicionais;
- c) A partir de estudos etnográficos<sup>3</sup> na comunidade de Cajueiro, sobre o processo de implantação do Porto São Luís e em Marudá frente ao projeto de ampliação da Base Espacial de Alcântara (CLA), considerar as narrativas dos agentes diretamente afetados por esses projetos desenvolvimentistas.

Metodologicamente, considerou-se estudos iniciados na década de 1970 e aprimorados pelo debate pós-colonial na década de 1980, principalmente pela Teoria da Dependência de Quijano, pela Filosofia da Libertação de Dussel, e pela Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein.

Com estas teorias, foi possível pensar o fenômeno da colonialidade como uma estrutura de poder hegemônica de modernidade, diretamente relacionados. Nessa perspectiva, observa-se uma relação predatória do capital, espoliando e

---

3 Etnografia é um método antropológico que visa à descrição cultural de um determinado povo, como proposto por Malinowski (1922), a fim de entender a lógica que move essa comunidade.

sujeitando nações inteiras à inserção nessa lógica e extermínio (genocídio/etnocídio).

A metodologia de Mignolo (2020) propõe privilegiar as narrativas ou “histórias fronteiriças” que organizam os “sistemas de conhecimento” e as práticas de vida dos povos que historicamente ocuparam ou ocupam lugares subjugados pelo “paradigma eurocêntrico da modernidade”. Assim, permite-se que os agentes contem a versão da sua própria história, contra a reprodução das narrativas dominantes.

Foram realizadas leituras de livros, dissertações, teses, artigos publicados em meios acadêmicos e científico e análises documentais como Portarias e Leis da CF/88). As entrevistas com lideranças e representantes das comunidades de Marudá (Alcântara -MA) e em Cajueiro (São Luís - MA) foram semiestruturadas.

## **1. Colonialidade e territorialidades (des)continuadas**

Há mais de quarenta anos, as comunidades quilombolas de Alcântara sofrem a investida de um tipo de desenvolvimento econômico, sob iniciativa estatal de um regime militar autoritário e repressor de qualquer tipo de oposição. Nesse momento, correu a implantação de uma Base Espacial, moldada aos interesses de desenvolvimento econômico ainda da ideologia global chamada de “corrida espacial”<sup>4</sup>.

---

4 A corrida espacial (1955-1975) é o elemento diferencial característico do período da Guerra Fria (1947-1991). Ela marca a concreticidade de uma disputa pela hegemonia política e econômica, transcendeu as espacialidades físico-territoriais e foi para o espaço, ou seja, para fora do

Após quarenta anos, as comunidades quilombolas de Alcântara remanejadas para outro território (Agrovilas) ainda sentem os efeitos da investida estatal e buscam diariamente se reinventar, mesmo estando sob o controle do governo e em risco de etnocídio -como na Agrovila Marudá, a segunda maior receptora de comunidades quilombolas remanejadas de Alcântara.

A partir da Lei nº 8.854, de 10/02/1994, o governo federal criou a Agência Espacial Brasileira (AEB), de uso militar e com total autonomia. A Força Aérea Brasileira (FAB) subordinou os habitantes alcantarenses a vários processos de remanejamentos e a uma desorganização social, econômica, política e cultural que já haviam construído historicamente.

As comunidades retiradas foram assentadas em agrovilas construídas pela FAB em 1986. Trezentas e doze famílias foram retiradas (deslocadas compulsoriamente de seu território) e transferidas para sete agrovilas, localizadas a 14 km da sede de Alcântara, para a construção do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA).

As Agrovilas passaram os primeiros anos do remanejamento enfrentando situação de fome, pois foram praticamente impedidas de pescar e as terras das glebas eram inférteis. Produções de hortaliças em quintais ainda hoje é bem problemático, pois sofrem com o péssimo abastecimento de água. Após 37 anos dessa expropriação, as comunidades ainda enfrentaram a fome, caracterizando uma política de genocídio -como o caso de Alcântara foi definido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos: “Brasil contra

Quilombolas de Alcântara-MA”, ocorrido de 26 a 27/04/2023.

Algumas famílias de Alcântara, que nas décadas de 1980-90 não aceitaram ser realocadas coercitivamente para Agrovilas, tentaram a sorte em outras localidades, como em Cajueiro -uma zona rural e em “transição” para zona industrial na Capital do Maranhão.

Da “mesma” forma que em Alcântara, a comunidade de Cajueiro também foi atingida por novas iniciativas de implantação de “desenvolvimento”: a construção de um polo siderúrgico na década de 1980, conforme relatam moradores mais antigos.

A partir da década de 1980, foi implantado o Programa Grande Carajás, para “desenvolver economicamente” o país. Nesse processo, alguns empreendimentos começam a visar áreas/terras com vocações naturais para serem usadas e exploradas como uma reserva “infinita” de recursos minerais. Uma extensão dessa exploração foi a área banhada pelo mar, na Baía de São Marcos, no Maranhão.

A implantação do Porto do Itaqui em 1972 e suas extensões até o ano de 2017 reforçou os interesses na região, trazendo cada vez mais parceiros comerciais e concorrentes em dimensão global. Portanto, foi necessário que o Estado tomasse certas medidas administrativas de território, “para orientar o crescimento físico decorrente da implantação de grandes plantas industriais”. Foi elaborado e aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado em São Luís, em 1970, posteriormente duas vezes reformulado para atender as necessidades do setor industrial, com a Lei Municipal nº 3.252/1992 e a Lei Municipal nº 4.669/2006.

Concomitantemente, a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís (Lei Municipal nº 3.253/1992) foi modificada na Lei Municipal nº 4.548/2005, uma vez que instalações industriais só poderiam ser realizadas em áreas industriais. Para isso foi necessário fazer a modificação de zonas rurais para zonas industriais. Assim, criou-se o Distrito Industrial de São Luís (DISAL), pelo Decreto Estadual nº 3.589/1974, que delimitava a área industrial do Itaqui-Bacanga (onde se situa a comunidade do Cajueiro). Posteriormente, o Decreto Estadual nº 3.840/1977, determinou a área do Tibiri-Pedrinhas como industrial. Dessa forma, zonas antes rurais passam a ser industriais, submetendo o território à degradação ambiental, e a população local à vários tipos de inseguranças.

Moradores de Cajueiro relatam que desde 1980 vêm sofrendo ameaças quanto à instalação de um polo siderúrgico. Segundo o *Laudo Socioeconômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim* (IBAMA-MA, 2006), para a implantação de um Polo siderúrgico, seria necessário fazer a remoção de 650 famílias, das quais 400 eram do Cajueiro.

Com esse cenário, as comunidades tradicionais da região começaram a se mobilizar e pensar uma estratégia de intervenção ao deslocamento compulsório a que estavam ameaçadas. As comunidades do Taim, Porto Grande, Limoeiro, Rio dos Cachorros e Cajueiro decidiram como estratégia de preservação de suas existências sociais e ambientais, a criação de uma RESEX, para frear o avanço de instalações de mega empreendimentos, devido aos inevitáveis efeitos sociais e ambientais causados pelos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil. O Laudo Socioeconômico e

Biológico de Criação da Resex de Tauá-Mirim se concretizou entre 2006 a 2007, mas desde 2003 as comunidades locais já haviam protocolado o pedido da criação da unidade de conservação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA (SANT'ANA JÚNIOR, *et al*, 2009).

Cinco pequenos núcleos compõem a Comunidade Cajueiro: Parnauçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro. apesar de algumas diferenças, geralmente esses núcleos reportam a sua localização como uma só: Cajueiro. Inicialmente a formação territorial de Cajueiro começou pelo Terreiro do Egito, que ainda hoje é referência aos praticantes do Tambor de Mina (religião de matriz africana muito marcante no Maranhão). Em Parnauçu, ocorrem as maiores investidas privadas para a desapropriação compulsória, tendo como único morador resistente o seu Joca.

Em Andirobal, a sua singularidade é ainda maior, pois recebeu certificação quilombola em 2022, pela Fundação Palmares. A comunidade se encontra em conflito sobre a instalação do Porto São Luís, pois uns almejam a indenização e outros desejam permanecer. A certificação no projeto do Porto não inclui a territorialidade do Andirobal, mas a deixa isolada totalmente do contato aos outros núcleos e ao restante da cidade. Ou seja, também configura uma política de etnocídio.

Uma das opções de “sobrevivência quilombola” seria abandonar a terra e partir para outra localidade ou ficar e perecer. Mas, “sem dono”, provavelmente a empresa tentaria se usurpar também as terras do Andirobal. Assim, a industrialização do litoral de São Luís iria crescer, tanto quanto o desmatamento ambiental e seus efeitos gerais.

## 2. A lógica dominante dos conflitos

Esta pesquisa busca apresentar os conflitos de megaempreendimentos contra comunidades locais, mas também observar que existe uma lógica dominante: a do poder. Uma lógica que se expressa por iniciativa do Estado (CLA) e outra por iniciativa privada articulada com o Estado (Porto São Luís, em Cajueiro). Em ambos os casos, as perspectivas do desenvolvimento atravessam desrespeitando as comunidades locais, assumindo uma proposta etnocêntrica e genocida.

Portanto, é necessário afirmar que essas práticas de suposto desenvolvimento acarretam um grande problema social, atingindo diretamente comunidades locais, como nos casos em Marudá (Alcântara-MA) e Cajueiro (São Luís-MA).

Ambas as comunidades passam por processos sistemáticos de negação de direitos fundamentais, usurpação/expropriação de bens e serviços, apagamento identitário, cultural e social. Contraditoriamente, quando essas comunidades ficam à mercê da providência estatal, precisam garantir a sua fonte de renda familiar a partir do programa estatal do Bolsa Família, tornando-se dependentes desse Estado.

A fragmentação das comunidades a partir dos seus territórios e o esfacelamento das relações cotidianas, do uso tradicional e coletivo da terra, das atividades de renda autônomas, são impostos pelas necessidades do “desenvolvimento” capitalista. A regra do colonialismo é clara: fragmentar para controlar.

A desterritorialização também gera o processo de perda do caráter de coletividades, não por dinâmica própria,

mas pela interferência externa dos grandes projetos de desenvolvimento. As comunidades tiveram que passar a conviver com a ideia de propriedade privada e a não mais pensar no uso coletivo da terra.

Tramas jurídicas são montadas para desqualificar a natureza e as múltiplas identidades humanas de um território em conflito, como o uso de processos demorados que inviabilizam o conhecimento geral ou que desqualifique o lado dos povos tradicionais.

A classificação identitária e a escolha de remanejamento para um território infértil (comparado ao antigo território) também é uma estratégia do Estado de controle social, ou seja, de dominação. Então, percebe-se que Estado não está ausente, mas presente na sua face mais perversa, manipulando migrações para aspectos de controle social.

As tramas jurídicas de privatizações de recursos como terra (território) e água (mar e rios) são políticas de racismo ambiental, pois empobrecem as comunidades tradicionais e as encurralam para situações de vulnerabilidade. Isso se torna contraditório quando se atribui ao Estado a responsabilidade por dados melhores de crescimento econômico e sociais do país.

Marx (1983) analisou as contradições e fragilidades do sistema capitalista, incluindo as possibilidades de tomadas de consciência das classes sociais e propostas de outro modo de produção da vida e organização social. Por isso, o capitalismo dedica-se a estratégias de alienação social, principalmente sobre as “oportunidades” de desenvolvimento econômico e social com projetos claramente predatórios.

Contrariando essa lógica capitalista de dominação,

Acosta (2016) propõe o “Bem Viver”, que não separa o ser humano da natureza como coisas distintas, mas como pertencentes um ao outro, e tudo sendo natureza.

Mais que uma filosofia, o “Bem Viver” é uma proposta concreta, que não se confunde com a ideia do “viver melhor” das sociedades capitalistas ocidentais. Viver com qualidade, oportunidades, sem desigualdade, exploração ou disputa entre as classes sociais, em suma, sem um sistema de dominação centralizado e perverso, sem acumulação de capitais à base de explorações e expropriações, sem um consumo desenfreado e fútil dos recursos naturais como símbolos de “desenvolvimento”.

### 3. Considerações gerais

A partir das informações apresentadas, é necessário afirmar que os falsos projetos de “desenvolvimento” econômico apenas promovem o deslocamento compulsório de comunidades tradicionais, como as Comunidades Quilombolas de Marudá e Cajueiro. Estas comunidades tiveram que se sujeitar a condições de vida muito hostis, rompendo todas as suas relações sociais, historicamente já organizadas.

Considerando que se trata de uma política econômica mantida pelos Estados burgueses para atender as demandas da classe dominante, entende-se toda a lógica contraditória do capitalismo, uma vez que sua proposta de “desenvolvimento” só produz mais pobreza e miséria, principalmente para as comunidades tradicionais, em todo o país.

Percebe-se que “o colonialismo está aí vivente, cada

vez mais sofisticado”. As comunidades quilombolas não são colonizadas, pois não estão incluídas na sociedade brasileira. Portanto, o eu movimento deve ser o de “contra colonizar” -contrariar o colonialismo. Um conceito aliado ao de “decolonialidade”, voltados à perspectiva do Bem-Viver (BISPO SANTOS, 2015; 2023).

Como as práticas predatórias do capitalismo são incompatíveis com as dinâmicas coletivas, as comunidades quilombolas e as comunidades tradicionais seguem resistindo na defesa de seus direitos à terra e à vida.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Buen Vivir**: Uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: STIFTUNG, H. Um Campeão Visto de Perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Série Democracia, 2012.

\_\_\_\_\_. **O bem viver**: uma oportunidade de imaginar outro mundo. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In Cerrado, Gerais, 120 Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. (Montes Claros, 2010 - Relatório de Pesquisa).

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola** - Comunidades Certificadas-Maranhão. Brasil, 2022.

Disponível em: <<<https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ma-22082022.pdf>>> . Acesso em: 04/12/2022.

**IBAMA. Laudo socioeconômico e biológico para a criação da Reserva Extrativista do Taim.** São Luís: 2006; 2007.

SANT'ANA JÚNIOR; H. *et. al.* Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.

MARX, K. **A Assim Chamada Acumulação Primitiva** (cap. 24). In.: O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do Capital. Tomo 2, 1983.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/Projetos Globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. 1 ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

\_\_\_\_\_. **Os esplendores e as misérias da “ciência”:colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versatilidade epistêmica.** In.: Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: Um Discurso sobre as Ciências revisitado / Boaventura de Sousa Santos (org.). 2a edição. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: UBU, 2023.

\_\_\_\_\_. **Colonização, quilombos:** modos e significações. Brasília: INCTI (org.), 2015

# **EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS EM ITAPECURU MIRIM: desenvolvimento sustentável e emancipação social**

**Bruna Caroline dos Santos Gomes<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

Este artigo analisa a relação entre o empreendedorismo social e o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do babaçu, a partir do caso específico da região de Itapecuru-Mirim. Condensa os resultados de minha pesquisa de dissertação de mestrado sobre a atuação de empreendimentos solidários para a produção de derivados do babaçu no âmbito do desenvolvimento sustentável da região de Itapecuru Mirim, considerando a atuação de empreendimentos solidários das mulheres que ressignificaram essa atividade secular produzindo subprodutos de maior valor agregado. O estudo nessas comunidades demonstrou que tais empreendimentos ultrapassaram barreiras econômicas e sociais negligenciadas pelo próprio estado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável; Coco babaçu; Empreendimentos solidários.

## **ABSTRACT**

### **SOLIDARITY ENTERPRISES IN ITAPECURU MIRIM: sustainable development and social emancipation**

This article analyzes the relationship between social entrepreneurship and the sustainable development of the babassu production chain, based on the specific case of the Itapecuru-Mirim region. It condenses the results of my master's thesis research on the performance of solidarity enterprises for the production of babassu derivatives within the scope of the sustainable development of the Itapecuru Mirim region, considering the performance of women's solidarity ventures that have ressignified this secular activity by

---

1 Filiação: Professora Ma. Universidade Estadual do Maranhão. e-mail: bruna\_c.gomes@hotmail.com

producing by-products of greater added value. The study in these communities showed that such enterprises overcame economic and social barriers neglected by the state itself.

**Keywords:** Sustainable development; babassu coconut; social enterprises.

## 1. Introdução

A extração e comercialização do coco babaçu é uma atividade de grande relevância econômica e social, sendo o Maranhão responsável pela produção de 93% da safra do país (IBGE, 2017). A utilidade da espécie é incontestável, com aplicações que vão do artesanato e culinária à indústria de medicamentos e biocombustíveis. Entretanto, historicamente não houve um aproveitamento racional dessa riqueza de infinitas possibilidades, nem um processo produtivo capaz de incluir de forma satisfatória as famílias extrativistas. Durante boa parte do século XX, os setores comercial e industrial foram aliados na busca por acumulação, que era concedida com o aval do Estado por meio de concessões, crédito e incentivos fiscais para a atração de empresas candidatas a exploração do babaçu.

Em resposta às relações desiguais no campo, no início dos 1990, grupos sociais se organizam para promover o acesso a direitos expropriados de trabalhadores(as) da agricultura familiar. Neste processo, estão incluídas comunidades quilombolas, associações de assentamento, cooperativas de produção e comercialização, sindicatos rurais, clubes de mães entre outros, tendo o Movimento Interestadual das

Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), como um de seus principais expoentes.

Um modelo que emerge com os mesmos propósitos encontra-se na região de Itapecuru Mirim, município situado a aproximadamente 121 quilômetros da capital. A localidade serviu de campo empírico para uma pesquisa de dissertação de mestrado realizada entre os anos de 2020 e 2022.

O trabalho desenvolvido tinha como objetivos a identificação dos empreendimentos, sua caracterização e contribuição para o desenvolvimento sustentável da região. Foram também analisados os ganhos econômicos e a emancipação social dos participantes. Neste artigo pretende-se apresentar os principais resultados obtidos em campo e uma reflexão sobre a iniciativa popular como alternativa de enfrentamento ao modelo produtivo que vigorou por quase todo o século XX no Maranhão.

## **2. Desenvolvimento pra quem? A exploração do babaçu no Maranhão**

A exploração e comercialização de uma das principais riquezas naturais do estado ocorreu de forma desigual. Historicamente, o coco babaçu foi utilizado como ferramenta na garantia dos interesses de uma elite comercial que, assentada no privilégio da grande propriedade, alijou do processo produtivo as mulheres quebradeiras de coco. O setor industrial também contribuiu para que se consolidasse uma lógica de exploração, na qual a população pobre tinha no babaçu apenas uma moeda de troca e matéria de subsistência, sem se valer do potencial integral deste fruto.

O início da atividade extrativista babaçueira no Maranhão acontece em consequência da reorganização da sociedade pós-abolição. A população rural formada por ex-escravos, caboclos e seus descendentes voltou-se para a agricultura de subsistência e extrativismo, onde o babaçu foi utilizado primariamente na produção de azeite e óleo na culinária, mas também pelo aproveitamento do caule e folha na produção de moradias tipicamente maranhenses.

Amaral Filho (1990) conta que a exportação de amêndoas teve início em 1911, com destino à Alemanha, ainda em pequena escala. Com a percepção do valor comercial do fruto, estabeleceu-se no estado o mecanismo do arrendamento de terras: o grande proprietário passava a cercar a propriedade e, como contrapartida para permissão ao acesso, geralmente exigia uma parte da produção de amêndoas, adquirida com preço inferior ao praticado no mercado. Este mesmo proprietário normalmente era também comerciante e implantava entrepostos para a troca da produção por itens básicos de consumo.

Sob esta dinâmica desigual, o babaçu entra na pauta de exportações do estado, sendo exportado *in natura* para os Estados Unidos e Europa, locais de extração do óleo. As Casas de Exportação eram responsáveis por colocar o produto em contato com o restante do mundo. Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por forte processo de industrialização, em um período marcado por profundas mudanças políticas e sociais. O discurso do “desenvolvimento” fazia parte do ideário nacional.

O Maranhão seguiu o intento da industrialização com a implantação de políticas públicas para atração de empresas

capitalistas capazes de gerar divisas para o estado. Essas ações estavam integradas aos projetos de colonização que visavam à ocupação racional do interior maranhense, já que havia a ideia de que a pobreza do estado decorria dos “espaços vazios” e da baixa densidade populacional.

Tais medidas colonizadoras consistiam em ações complementares de controle do deslocamento das famílias oriundas da Baixada Maranhense, do Vale do Itapecuru e do Mearim no acesso aos recursos básicos, mas em conjunção com a implantação de grandes projetos agropecuários e de mineração, cujas iniciativas estavam fundadas na apropriação de terras públicas (WAGNER; MOURÃO, 2014).

Por um lado, as políticas estatais atraíam empresas beneficiadoras do babaçu para o estado, mas por outro, direcionavam vantagens para outras atividades que inibiam a pequena produção fundamentada no trabalho familiar, também responsável pelo fornecimento de amêndoas aos atravessadores que faziam chegar este insumo à indústria.

Com um caráter rudimentar e pouco moderno, o abastecimento do fruto não acompanhou o ritmo do crescimento industrial, resultando em capacidade produtiva ociosa. Outras atividades economicamente mais atraentes se instalaram no Maranhão, como a mecanização das monoculturas da soja, do milho e do arroz, com destaque também para a pecuária de corte.

Apesar de toda a problemática envolvendo este fruto de ampla presença na região Meio-Norte do Brasil, e de maior densidade no Maranhão, essa forma de exploração não foi a única. No final dos anos 80, movimentos populares também discutiram e implementaram meios de inclusão produtiva

direcionadas às camadas alijadas do sistema capitalista.

### **3. A busca por emancipação social: elas também podem produzir!**

Esta pesquisa sempre buscou contato com atores envolvidos na produção e comercialização de derivados do babaçu no município de Itapecuru-Mirim. Não houve forte preocupação na definição de ferramentas de coleta ou aplicação de um modelo único de questionário, buscando-se um diálogo flexível com cada respondente. Ressalta-se o caráter qualitativo da pesquisa e a impossibilidade da realização de pesquisa etnográfica ou observação participante, já que o estudo ocorreu no período da pandemia da covid-19.

Fez-se também um estudo das percepções pessoais. Mais comumente denominada “história de vida”, essa técnica visa a entender como é vista a história na perspectiva do “cidadão comum”. Segundo Bogdan e Biklen (1994), os depoimentos sociológicos ou psicológicos, na primeira pessoa, obtidos através de entrevistas estão destinados a entender aspectos básicos do comportamento humano e das instituições existentes.

Sob esta perspectiva, foram entrevistadas produtoras (associadas/cooperadas), presidentes de associações e cooperativas. Também foram estabelecidos diálogos com atores da esfera pública e privada de ampla atuação no município: o secretário municipal de agricultura de Itapecuru, técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), pesquisadores da Embrapa e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

A pesquisa de campo foi realizada em Itapecuru Mirim e entorno, compreendendo o povoado Pedrinhas (Anajatuba), a Vila 17 de Abril (integrante do assentamento Cristina Alves), o povoado de Olho D' Água das Guaribas e o centro de Itapecuru (União do Clube de Mães de Itapecuru Mirim), onde foram aplicados questionários semiestruturados junto a lideranças locais (Pedrinhas e Olho D' Água das Guaribas) e em pequenos grupos focais (sede do município e comunidade 17 de Abril).

Percebe-se que o trabalho com o babaçu na localidade teve como impulso a implantação de dois grupos pioneiros no início dos anos 1990 -o Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria no povoado Pedrinhas e a produção de Olho D' Água das Guaribas, ambas enquadradas na modalidade jurídica associação.

De acordo com Viviane Barbosa (2019), a década de 1990 apresentou uma crescente onda de organizações femininas em todo o Brasil, e as transformações no mundo do trabalho vieram acompanhadas de uma ampla heterogeneidade, complexidade e fragmentação de ser e viver a classe trabalhadora (BARBOSA, 2019, p. 263). Imprimindo as peculiaridades locais em sua forma política-organizativa, as mulheres de Itapecuru deixaram de enxergar o babaçu como uma extensão da atividade doméstica e passaram a adotá-lo como subsídio para construção de espaços de diálogo e busca de direitos.

Enquanto Pedrinhas concentrava esforços na manipulação de derivados do mesocarpo, as mulheres de Olho D' Água focaram na extração do óleo da amêndoa. Para que houvesse circulação de produtos, o sistema funcionava

mediante parceria, onde uma comunidade fornecia a outra o insumo pendente na produção de diversos subprodutos.

A atividade desenvolvida pelas mulheres de Itapecuru demonstra um viés mais social que econômico, como nota-se nas falas coletadas em campo:

*Hoje nós quebramos coco sim, mas não é mais como antigamente. Hoje a gente quebra coco pra fazer os produtos da agroindústria... pra fazer o sorvete, a gente tira o mesocarpio pra fazer o bolo. Hoje nós não quebramos o coco mais assim, pra vender de quilo em quilo. Nós catamos o coco, mas é pra fazer os nossos produtos” (produtora de Pedrinhas, agosto de 2020).*

*(...) “quando começamos o movimento, as mulheres tinham medo de sair de casa, de falar e de se reconhecer como mulher. O primeiro passo foi trabalhar a formação da mulher pra ela entender que ela tinha direitos, que ela tinha valor. Para mim foi a maior conquista. Hoje você vê as mulheres assim, independentes... vamos citar o exemplo: a gente bota a produção e quando chega o dinheiro essa mulher paga as contas, compra a roupa que ela gosta, compra o fogão que ela quer, ela se determina por conta dessa independência que ela conquistou. Mas isso levou muito tempo, o machismo era tão grande que o marido não deixava a mulher sair de casa, ele dizia que ela ia pra rua procurar homem, perguntava se ia ter reunião todo dia. Mas a mulher foi se reconhecendo, ela foi aderindo aos projetos, às associações e clubes. Teve mulher que formou o filho trabalhando com a gente, que construiu sua casa, que comprou uma moto (Liderança local de Pedrinhas).*

Conforme aponta o primeiro depoimento, a atividade que antes era artesanal se ressignificou com o tempo, sendo implantada uma agroindústria na localidade em 2014, fruto de doação da mineradora VALE. Na articulação para instalação da agroindústria, outros parceiros foram envolvidos, como

a CONAB, a Embrapa Cacaos e o SEBRAE. A CONAB se comprometeu em absorver os produtos desenvolvidos na agroindústria através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Embrapa assumiu a responsabilidade de pesquisar e transferir conhecimentos para as mulheres participantes do empreendimento para que elas pudessem desenvolver produtos a partir do babaçu. E o SEBRAE assumiu a responsabilidade de fazer as capacitações com as mulheres para produção e comercialização dos produtos.

**Fotografia 1 –  
Agroindústria de derivados do babaçu  
em Itapecuru Mirim**



Fonte: Compilação própria (2020)

De forma semelhante, o povoado de Olho D' Água das Guaribas foi contemplado com uma agroindústria, nesse caso, concedida pelo Governo do Estado. A entrevistada na ocasião da pesquisa destacou que no ano de 2017 adquiriram equipamentos para produção do óleo e biscoitos, produtos que são destinados aos mercados institucionais, sobretudo o PNAE. Os produtos também atendem ao PAA e outras demandas da Conab.

Na ocasião da entrevista, foi possível apurar o uso de equipamentos industriais integrados ao processo produtivo, como batedeira, forno, mesa e outros equipamentos necessários para a produção de bolos, pães e biscoitos, conforme demonstram as fotografias a seguir:

### **Fotografia 2 - Equipamentos de Olho D' Água das Guaribas**



Fonte: Compilação da autora (2020)

No diálogo realizado com a Secretaria de Agricultura do município, foi apurado que não existem informações sobre o quantitativo de associações, clubes de mães e cooperativas no município. Mesmo a liderança local mais antiga em atuação no território não soube mensurar essa quantidade. Todos os respondentes indicam que esse processo é extremamente dinâmico, clubes surgem como associações e nos casos em que não conseguem formalizar intenção comercial, aliam-se às cooperativas já existentes para escoar a produção e ter acesso aos mercados institucionais. O secretário de agricultura familiar do município estima que existam 258 localidades, 74 quilombos e 100 comunidades tradicionais que tem no babaçu uma fonte de renda, direta ou indiretamente.

Um dos pontos que chama a atenção no grupo de mulheres de Itapecuru é a capacidade de adaptação frente às adversidades externas, desde a busca por capacitação e formação de parcerias junto à órgãos de apoio como Sebrae e Senai, até o empenho na descoberta de novos produtos.

A autogestão estava em todos os empreendimentos. Com conhecimentos adquiridos na rotina e nos cursos disponibilizados, essas mulheres inovam constantemente. É o que indica a pesquisadora da Embrapa, que contribuiu com o estudo. A Embrapa tem trabalhado junto às produtoras de Itapecuru desde o ano de 2017, mediante fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento (Fapema).

As mulheres da comunidade de Pedrinhas indicaram produtos que poderiam ser aperfeiçoados em parceria com os pesquisadores da Embrapa, a exemplo do biscoito e sorvete. Em seguida, chefes de cozinha de renome nacional, contratados provisoriamente pela Embrapa, ministraram oficinas na agroindústria do povoado. Além destes, foram convidados professores da área da Engenharia de Alimentos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Alguns dos alimentos produzidos nas oficinas já são comercializados e outros foram classificados como “potenciais”, carecendo de pesquisa em laboratório para sua produção. Passou a ser objeto de estudo o leite batido da amêndoa do coco. Entretanto, dada a sua alta perecibilidade, ainda se estuda um método de conservação em parceria com pesquisadores do Ceará. Outros produtos pouco conhecidos são o leite condensado, o capuchino e o queijo derivados do babaçu, alimentos de elevado valor nutricional e que também são estudados pelos pesquisadores da Embrapa.

A entrevistada também frisou que foi durante o período de pandemia que as mulheres buscaram apoio para produção de uma logomarca com registro no Instituto de Propriedade Industrial, o INPI, algo que foi concretizado mediante parceria entre as mulheres do povoado de Pedrinhas, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Programa Inova Maranhão), a Embrapa, a incubadora de empresas Conecta Brasil 360 e a Buildlab, startup responsável pela criação da identidade visual do empreendimento, conforme se evidencia a seguir:

**Figura 1 - Marca idealizada**



Fonte: [babassu.buildlab.com.br](http://babassu.buildlab.com.br) (2021).

Outra comunidade de destaque na região é a Vila 17 de Abril, integrante do Projeto de Assentamento de Terra Cristina Alves. A associação da Vila 17 de Abril foi criada em 2012. Em seguida, para incrementar as atividades comerciais, o PA criou também uma cooperativa, localizada na comunidade vizinha (Cabanagem). A primeira atividade desenvolvida na

localidade compreendia o artesanato a partir da reciclagem de pneus, papel e plástico; as mulheres da região são reconhecidas pela confecção de redes a partir do reaproveitamento de embalagens de feijão e arroz. A Vila também conta com uma horta orgânica.

Com o aumento da renda e da produção, os produtos foram destinados ao PROCAF-Programa de Compras da Agricultura Familiar, cuja primeira demanda atendida foi o fornecimento de 200 kg de mesocarpo do babaçu. Para ter acesso à horta ou às máquinas do coletivo de mulheres, não existe obrigatoriedade de pagamento da mensalidade, porém muitas mulheres se utilizam dos benefícios da vinculação para ter acesso ao salário maternidade e aposentadoria.

O natural é que mais mulheres se interessem pelo projeto, afinal, “as mulheres ficam mais fortes, não vão mais para a roça fazer um trabalho sofrido”. Relatam que a rotina de trabalho é flexível, as associadas só trabalham se quiserem e recebem por produção. Percebe-se que o trabalho desenvolvido pelas produtoras de Itapecuru também proporciona saúde e qualidade de vida no trabalho:

*Eu não troco minha vida do interior pela vida da cidade e não trocaria meu trabalho nem por um emprego na prefeitura, aqui é melhor financeiramente, a carga de trabalho é menor, não tem chefe, no dia que eu quiser trabalhar eu trabalho, se eu quiser posso trabalhar até de madrugada (Liderança comunitária, Vila 17 de Abril, 2020).*

No testemunho acima nota-se a multifuncionalidade da produção, não no sentido imediato de geração de renda, mas na amplitude dos laços sociais ali constituídos, ainda

que sempre haja desertados, associados pouco engajados. É normal que nem todos se identifiquem com a atividade, mas, pelos depoimentos coletados, os que permanecem se mostram satisfeitos em sua realização pessoal.

Também foram apurados pontos de melhoria no modelo, como a forte dependência do Estado via compras governamentais. Na visão das mulheres entrevistadas ainda “existem os governos que ajudam e os que atrapalham”, sendo que a sobrevivência deste tipo de empreendimento também depende de certo nível de autonomia. Se por um lado as parcerias institucionais podem ser vantajosas, por outro, podem condicionar o *modus operandi* dos negócios e, por este motivo, tornam-se importantes as capacitações para aperfeiçoamento dos produtos e acesso a mercados no intuito de torná-las mais independentes na busca por novos parceiros.

Destaca-se ainda a incipiência da gestão financeira, pois muitas das perguntas realizadas em campo ficaram sem resposta. Questões relacionadas à lucratividade, rentabilidade, solvência do negócio, capital de giro empregado etc. ainda são temas de difícil compreensão. Muitas das vezes, o planejamento financeiro fica a cargo do contador ou consultor externo aos empreendimentos; algo levantado pelo técnico da SAF na entrevista concedida. Há de se considerar que esta é uma dificuldade enfrentada também por micro e pequenas empresas de tipo capitalista.

Outros problemas pontuais dizem respeito à ausência de uma comunicação visual adequada à maioria dos negócios, que não contam com logomarca, sacolas personalizadas, cartões de visita entre outros itens levantados como importantes para a divulgação. Também estão ausentes

os rótulos com o valor nutricional dos produtos e o selo da vigilância sanitária na maior parte dos empreendimentos. Como visto, as mulheres do povoado Pedrinhas estão melhor assessoradas neste sentido, pois criaram a marca “Delícias do Babassu” e recebem aceleração de uma incubadora do estado de São Paulo para profissionalizar a gestão de sua marca.

#### **4. Considerações gerais**

No início dos anos 90, as produtoras de Itapecuru Mirim se reuniam para encontrar soluções para a dinâmica social de que faziam parte. Estas questões poderiam ser simples, como a responsabilidade por crianças pequenas para que pudessem trabalhar, até problemas complexos, como a luta de gênero, onde o machismo imperava no seio familiar.

Como uma das principais potencialidades do modelo produtivo da região, destacam-se as parcerias firmadas com órgãos de apoio e poder público. O que consequentemente irá “fortalecer institucionalmente o município e suas sub-regiões; favorecendo o surgimento de serviços públicos eficientes, que são realizados, em sua maioria, pela população do próprio território (MANCE, 2004)”.

Por meio destas parcerias as mulheres pleiteiam e adquirem equipamentos, estrutura física, capacitação e consultorias. Em todas as comunidades visitadas foram apontados os apoios de órgãos como Embrapa, Sebrae, Agerp, SAF, prefeitura municipal entre outros.

Por contarem com apoio de diversas instituições, adquiriram condições de produzir em locais com alvará de funcionamento e estrutura adequada para produção

de alimentos que asseguram a segurança alimentar dos consumidores (apresentadas nas fotografias 1 e 2 e na figura 1). Os equipamentos industriais instalados garantem produção em escala, redução de custos e de erros na produção.

A diversidade de produtos também é um ponto favorável, pois ter um portfólio contribui para amortecer períodos de crise, como ocorreu no período de pandemia. Ficou evidente também que as mulheres buscam inovar cada vez mais, produzindo alimentos de maior valor agregado, a exemplo do leite condensado e capuchino de babaçu.

O espírito de união e cooperação também é outro ponto significativo. Um ambiente pautado na cooperação promove a aprendizagem, o compartilhamento do conhecimento e a diversidade, tornando-o mais agradável e reduz a rotatividade de pessoas, algo que também aparecerá na redução de custos.

Outro ponto positivo é o empoderamento das mulheres. As entrevistas apontam as conquistas pessoais como fundamentais para a permanência na atividade. Moradia de alvenaria, pagamento das contas em dia, aquisição de bens materiais e o custeio da educação de seus filhos foram frequentemente mencionados.

Com a finalidade de “promover a empresa solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p. 16), os empreendimentos sociais de Itapecuru Mirim podem ser considerados altamente exitosos. As mulheres de Itapecuru Mirim reforçam os laços de parentesco e amizade através do trabalho, sendo empreendedoras também fora dos espaços comunitários, o que contribui para o empoderamento e reforça a

luta de gênero e pela terra. Esta cultura está disseminada na região e promete continuar!

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo** / Alfredo Wagner Berno de Almeida, Laís Mourão. Manaus: UEA Edições, 2017.

AMARAL FILHO, Jair. **A economia política do coco babaçu; um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Luís, SIOGE, 1990.

BARBOSA, Viviane O. **Mulheres do babaçu: maternalismo e movimentos sociais no Maranhão** / Viviane de Oliveira Barbosa – Curitiba: CRV, 2019. – São Luís: EDUFMA, 2019.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la unidad económica campesina**. (1ª ed. 1925). Por ediciones Nueva Visión SAIC, 1974, Buenos Aires, República Argentina.

MANCE, E. A. **Fome Zero e Economia Solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil** / Euclides André Mance. - Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular, 2004.

MESQUITA, Benjamim A. **A crise da economia política do babaçu no Maranhão (1920-80)**. Disponível em: <periodicoseletronicos.ufma.br>. Acesso em 07 abr. 2023.

SIDRA Banco de Tabelas e Estatísticas do IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 05 jan. 2020.

# **“PELOURINHO TECNOLÓGICO”: a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no contexto do Novo Imperialismo.**

**Artêmio Macedo Costa<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O projeto de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) inseriu-se no processo da reestruturação produtiva do capital global e, portanto, de interesses externos ao Programa Espacial Brasileiro (PEB), especialmente dos EUA resultando no aprofundamento dos conflitos territoriais locais. Sobre o embate entre a soberania nacional e o imperialismo na órbita do capitalismo neoliberal, analisa-se a resistência das comunidades quilombolas e a atuação do Estado brasileiro e seus instrumentos institucionais.

**Palavras-chave:** Novo Imperialismo; Luta de Classes e Identidades; Desenvolvimento territorial.

## **ABSTRACT**

### **“TECHNOLOGICAL PILLORY”: the expansion of the Alcântara Launch Center (CLA) in the context of the New Imperialism.**

The expansion project of the Alcântara Launch Center (CLA) was part of the process of productive restructuring of global capital and, therefore, of interests external to the Brazilian Space Program (PEB), especially from the USA, resulting in the deepening of local territorial conflicts. On the clash between national sovereignty and imperialism in the orbit of neoliberal capitalism, the resistance of quilombola communities and the performance of the Brazilian State and its institutional instruments are analyzed.

**Keywords:** New Imperialism; Class Struggle and Identity; Territorial development.

---

1 Graduado em História Licenciatura na UEMA; Mestre no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR/UEMA); Pesquisador do Grupo de Estudos de Desenvolvimento, Política e Trabalho (GEDEPET/PPDSR/UEMA); São Luís – Maranhão – Brasil. E-mail: [artemiohistoriadoranarquista@gmail.com](mailto:artemiohistoriadoranarquista@gmail.com)

## 1. Introdução

Este artigo analisa a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) com a inserção da agenda institucional multiescalar do Programa Espacial Brasileiro (PEB) no contexto do capitalismo neoliberal, em detrimento da desestruturação territorial das comunidades quilombolas. Em uma perspectiva histórica, ainda sob o regime ditatorial, na década de 1980 o Maranhão se inseria no modelo enclavista de desenvolvimento com a implantação de grandes empreendimentos econômico. A instalação do CLA é parte desse processo e se alinhou à ideia de um projeto geopolítico de modernização, que passava pela necessária formatação dos espaços nacionais mais favoráveis aos interesses do imperialismo internacional. As comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara foram atingidas pelas medidas que autorizaram a implantação desse empreendimento em 1980, amparadas no Decreto n.º 7.820 do governador “biônico” João Castelo em 1980. Alegando interesse público, autorizou a desapropriação inicial de uma área de 52.000 hectares de diversos povoados e centenas de famílias tradicionais. O empreendimento foi instalado sem o devido estudo dos impactos socioambientais e direitos territoriais.

Em 1991, outro decreto presidencial ampliou a área para 62.000 hectares, correspondentes a quase metade do município. As ações implementadas com a criação da Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) em 2004, t como objetivo a implantação do projeto de lançamento comercial de veículos espacial, Cyclone 4, através da formalização do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) e tratado de cooperação de longo

prazo entre o Estado brasileiro e a Ucrânia (Pereira Junior, 2009).

Novamente legando interesse público em 1986, o governo federal decretou o deslocamento compulsório de centenas de famílias para agrovilas, unidades rurais de assentamento controlado por militares. Essas medidas marcaram o início dos conflitos territoriais entre as comunidades quilombolas de Alcântara e o CLA. Antes, em 1988, a Constituição de 1988, por meio do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), havia regulamentado pelo Decreto 4.887 (2003) e pela convenção internacional 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o direito de os povos quilombolas habitarem seus territórios tradicionais, pois o Estado brasileiro é signatário do tratado dos direitos humanos e dos cidadãos da ONU, incluindo a questão da territorialidade e soberania nacional.

Com a Constituição de 1988, as comunidades conquistaram importantes instrumentos institucionais através de sua ressemantização dos remanescentes de quilombos com direito a reivindicação de suas territorialidades, ainda que esses dispositivos constitucionais não tenham garantido a definição da titularidade dos territórios (até então definida pela estrutura fundiária como camponeses) para alota territorial de “uso comum”. Com base no paradigma do progresso, o Estado brasileiro apresentou a política de expansão do CLA, como necessária para a superação do atraso tecnológico para atingir um status de competitividade no mercado internacional. Contrariamente a este discurso, o problema fundiário das comunidades quilombolas tornou-se o grande entrave, inclusive da decadência econômica dos povoados. Assim, devido à clara incompatibilidade

de interesses, fez uma progressiva alusão social de seus efeitos no campo da jurisprudência, nos limites históricos da superestrutura jurídica e política.

A ação fisiológica do PEB não alterou as estruturas institucionais de indefinição da territorialidade quilombola. O CLA definiu a transição do Programa a transição do Programa Espacial Brasileiro (endógeno/autônomo) de interesse público, vinculado ao paradigma da segurança pública para o modelo de abertura comercial. O atual modelo neoliberal de transferência de tecnologia (com o Estado garantindo toda a infraestrutura necessária) bem ao contrário da logica desenvolvimentista baseado no modelo de substituição de importações, obedece a lógica das reestruturações capitalistas para atender o mercado internacional de tecnologia espacial, sempre por meio de Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST's).

## **2. O CLA e os novos embates entre soberania nacional e imperialismo**

Para analisar o Programa Espacial Brasileiro (PEB), particularmente o CLA e as disputas territoriais entre o empreendimento e as comunidades quilombolas de Alcântara, é necessário destacar que o Estado brasileiro está subordinado aos interesses do mercado espacial de grandes corporações transnacionais, hegemônicas no setor econômico e estratégico-militar. Os EUA buscam o monopólio global da “corrida espacial” desde a Guerra Fria. Os conflitos provocados pela política de expansão do CLA sobre os territórios das comunidades quilombolas de Alcântara se

inserir na dinâmica desse “novo imperialismo”, um processo de “acumulação por desapossamento” (Harvey, 2005).

Alcântara é um território constituído por “descendentes de escravos africanos e de indígenas que trabalhavam em grandes fazendas do século XVIII e XIX, pertencentes a grandes proprietários e a ordens religiosas como a dos Jesuítas e Carmelitas” (Souza Filho, 2013), e se formou a partir de terras abandonadas no processo de desagregação econômica no fim do período colonial. A resistência desta população ao isolamento secular criou uma complexa rede econômica de respeito ambiental e de “uso comum” autossustentável, contrapondo-se ao projeto desenvolvimentista da Segurança e Soberania Nacional, balizado pelo discurso do atraso tecnológico em relação a outras nações desenvolvidas.

No processo de resistências pelo reconhecimento de seus territórios, essas comunidades enfrentam a “invisibilidade jurídica”. Mesmo depois da Constituição Federal brasileira de 1988, que trouxe como parâmetros o artigo 68 do ADCT e a convenção internacional 169 da OIT “sobre povos indígenas e tribais”, poucos foram os avanços do ponto de vista dos direitos. Desde que se tornaram visíveis devido à desapropriação de seus territórios na primeira fase de implantação do CLA, a questão jurídica não garantiu o título de posse das agrovilas para onde foram remanejados.

No entanto, é necessário compreender as comunidades quilombolas de Alcântara a partir de suas práxis, da luta por suas territorialidades em confronto com este “novo imperialismo”. Ou seja, da “descolonização” (Mignolo, 2008) de um processo que se contrapõe à “cooperação espacial” internacional, que o Estado brasileiro tenta instituir com os

pretensos Acordos de Salvaguardas Tecnológicas (AST's). Tal reflexão considera que o modelo imperialista conduz o processo de “acumulação por desapossamento” (Harvey, 2005), pelo qual os EUA buscam o controle territorial com a retomada da expansão do CLA.

### **3. O poder midiático, interpelações ideológicas e o discurso do “consenso”**

Nesse vale tudo por parte do império estadunidense é importante sublinhar as interpelações ideológicas do discurso midiático que, já na fase de implantação e posterior expansão do CLA, foram personificadas por atores sociais que acionaram o discurso ideológico do progresso tecnológico e encontraram a resistência dos sujeitos sociais locais. Para Moraes (2010), esse processo pode ser caracterizado como as “batalhas pela hegemonia cultural na sociedade civil” dentro da perspectiva gramsciana de “Estado ampliado”. A respeito das ideologias, Steinberger (2005) também desenvolveu o conceito de “geopolítica da cultura” para analisar estruturas ideológicas do poder.

A propaganda institucional de *marketing* espacial do estado brasileiro foi feita pelos programas: GEI-Alcântara (2005) contou com a produção de uma Cartilha elaborada pelo renomado cartunista Ziraldo, “O Menino Astronauta” (2006); além de uma série de programa da TV Câmara de quatro episódios veiculada na internet intitulado “Programa Espacial Brasileiro” (2012); Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) através de um “Plano de Marketing” que visavam à divulgação de atividades espaciais

para o sucesso do PEB; também a criação de um Almanaque da Turma da Mônica sobre a Base Industrial de Defesa (BID) produzido pelo desenhista Maurício de Souza que, mesmo sendo desenvolvido um ano antes da formalização do CDPEB, atendeu ao propósito estratégico espacial.

Do mesmo modo, a propaganda da mídia empresarial no plano privado manteve o interesse de justificar a expansão do CLA no PEB como um grande potencial para o mercado espacial global de absorção, acionando a ideologia do progresso com o *fetichismo* do “determinismo tecnológico” (Mészáros, 2009). Em especial: uma série, “Reflexos do Programa Espacial Brasileiro”, de três reportagens pelo Jornal do Maranhão (JMTV) da TV Mirante, filiada à Globo, trazendo na “semiótica do discurso” (Fontanille, 2008) o simulacro maniqueísta entre “tradição x tecnologia”. Outra campanha privada que ganhou grande relevância de análise foi a propaganda do Banco Itaú “Ler para uma criança” com uma campanha televisiva de um curta-metragem com o título “Astronauta” (2017), recebendo inclusive no ano seguinte de sua promoção o “Prêmio Profissionais do Ano”.

A forma de romper com a ideológica desta “classe dominante”, segundo Coutinho (2011) é a busca pela superação da relação que constitui o modelo homogeneizador da ideologia dominante ligado ao conceito de “massa humana”. Nesse sentido, as comunidades quilombolas se organizam de forma contra-hegemônica a esta relação de representação simbólica midiática. Constroem processos de uma linguagem midiática de resistência. Isso se expressa “como arena da luta de classes”, em que o Estado brasileiro se articula ideologicamente pelo “consenso” e “pela direção político-ideológica”, seus

principais “aparelhos de hegemonia” (Moraes, 2010, p. 58-60).

Naluta pela superação da “invisibilidade expropriadora” (Leite, 1990) no interior do processo de expansão do CLA, as comunidades apresentam seu conceito de “representação como realidade”, considerando que a história está sempre condicionada pelas forças dominantes no seu processo de falseamento num “esforço *imenso* para reconstruir a história do conflito”. Para tanto, lançam mão de material midiático como produção de filmes-documentários lançados em espaços públicos populares, fóruns sociais e acadêmicos, materiais gráficos e artísticos de artes visuais (folders, cartilhas, charges, grafites etc.).

Observa-se, portanto, que a propaganda Institucional/empresarial e a propaganda de resistência das comunidades quilombolas de Alcântara são contrapostas: a primeira voltado para a lógica de mercado; enquanto a segunda liga-se ao processo de resistência e luta pela sua visibilidade étnico social inclusiva na própria relação excludente das estruturas institucionais do Estado brasileiro.

#### **4. Desenvolvimento Territorial e a resistência das comunidades quilombolas**

Na complexa tarefa de construir uma política de desenvolvimento territorial regional, o Estado brasileiro deveria assumir uma postura de superação do conflito territorial, promovendo a titulação territorial definitiva das comunidades quilombolas de Alcântara. Isso implicaria um retorno ao Programa Espacial Brasileiro autônomo, superando as distorções de dependência pela política de expansão do

CLA, determinada pela relação dialética centro-periferia da reestruturação produtiva do capital global. Mas, atualmente, permanece baseado no consórcio dinâmico do mercado espacial, imposto através dos AST's.

Um exemplo é a pauta agroexportadora de *commodities* no setor de produção primária vinculada à terra (insumos agrícolas e minerais). No desenvolvimento deste novo modelo de “*commodity* tecnológico” (aluguel de plataformas de lançamentos de foguetes) a lógica é a mesma. Ou seja, o incessante interesse de expansão nos territórios quilombolas para fundamentar as políticas de “cooperação espacial” (PNAE, 2012) funcionam como pretensa moeda de troca para conseguir “transferência de tecnologia”. Mais uma vez, cabe sublinhar que o programa de expansão do CLA dentro na lógica neoliberal do PEB através dos AST's contraria a necessidade urgente de titulação territorial das comunidades quilombolas de Alcântara.

Por outro lado, é constatável empiricamente a dialética entre os “agentes mediadores” das comunidades quilombolas de Alcântara -Movimento pelos Atingidos da Base de Alcântara (MABE), Associação Territorial Quilombola de Alcântara (ATEQUILA), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara (MOMTRA) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR). A prática da ação direta<sup>2</sup> na luta contra a expansão do CLA permite dar uma

---

2 Que, pela definição de Bakunin, seria “uma análise que lança mão de um conjunto de oposições dialéticas que, ao mesmo tempo englobam e materializam suas categorias, indo do abstrato ao concreto e do lógico ao histórico, da unidade à multiplicidade, começando pela dialética autoridade-liberdade e se materializando em oposições como natureza/sociedade e reação/revolução”. Sobre a “natureza” dos conflitos sociais

nova perspectiva da metodologia dialética de “luta de classes” e a ampliação de “identidade étnica” como categorias articuladas a partir do princípio de resistência pelo direito territorial:

A constituição de movimentos de base “étnico-racial” deve necessariamente ter um conteúdo classista. Ou seja, a afirmação da identidade étnica não pode perder de vista que a pressão étnico-racial é indissociável da dominação da classe burguesa (FERREIRA, et. al, 2018, p. 106).

O marco da Constituição de 1988 trouxe as comunidades quilombolas de Alcântara para o centro da cena política, dando visibilidade aos seus direitos identitários. Entretanto, esse processo ainda não se materializou devido à prioridade da titulação territorial apenas com Instrumentos Institucionais Jurídicos-Políticos. É necessário ultrapassar essa via institucional e articular a mobilização com bases mais efetivas, visando à titulação definitiva dos territórios.

As comunidades quilombolas de Alcântara seguem resistindo às tentativas de condicioná-las ao modelo neoliberal, que transferem os seus meios de convivências seculares para o modelo institucional definido pela lógica do mercado, especialmente quanto ao modelo fundiário parcelar privado da propriedade. A luta contra a expansão do CLA através dos Instrumentos Institucionais Jurídicos-Políticos envolve “agentes mediadores”, mas há também ações diretas<sup>3</sup>

---

de Alcântara: “O conceito de natureza como mundo material engloba a totalidade das causas, seres orgânicos e inorgânicos que exercem incessantemente uma ação-reação e formam a totalidade concreta, que surge como imperativo racional do método” (Ferreira; Toniatti, 2014, p. 41-42; 56).

3 As “ações diretas” definidas situam-se nos recortes históricos vividos

como formas autênticas de mobilizações e de resistências pelo direito de permanecerem em seus territórios.

## 5. Considerações gerais

O atual momento da luta territorial ainda está incerto. Toda análise sobre a iminente política de expansão do CLA apresenta a necessidade de uma abordagem mais voltada ao processo dos “estudos decoloniais, subalternos e pós-colonialismos” para se localizar os protagonismos dos “novos” sujeitos históricos (Brocardo; Tecchio, 2017) que buscam a consolidação de suas identidades marcada pela quebra de paradigma da propriedade (“uso comum” x modelo fundiário parcelar individual). Segundo Quijano (2005) existe uma profunda marca do enfoque eurocentrista do progresso técnico que defende a perspectiva da competitividade racionalizada do sistema capitalista, principalmente no âmbito da “colonialidade do poder” (Quijano, 2005) forjado pelo domínio dos EUA.

Considerando os processos reais, as lutas de classes/ identidade étnica desenvolvem-se no interior da disputa hegemônica da autoridade fundada nos princípios da

---

pelas comunidades quilombolas, nas lutas pelas suas identidades territoriais. Em um primeiro momento vivido em “1.º de abril de 1986 com a intenção de não permitir que autoridades públicas realizassem a inauguração das ‘agrovilas’, os trabalhadores rurais fecharam a MA 106 na altura da Agrovila Espera.”, sendo este primeiro momento denominado de “ações de mobilização” como “Barricada”. (Pereira, 2016, p. 142). Em um segundo momento muito importante que se assemelha à “Barricada” de 1986, houveram as paralisações de enfrentamento direto às máquinas, com que a empresa Binacional “Alcântara Cyclone Space” estava expandindo o CLA ilegalmente em terras quilombolas, em 2008.

democracia representativa-burguesa, que definem a “Soberania Nacional” como o “consenso” de cidadãos “livre e iguais” no sentido abstrato, amparado pela Constituição de 1988. No entanto, há uma “Soberania do Estado” (Dallabrida, 2017) de fato, perfilado dialeticamente em uma retórica do “consenso” às convulsões sociais produzidas pela expansão do CLA: um projeto espacial nacional em nome de um pretense “progresso tecnológico”. Na crítica à democracia-burguesa, a partir da dialética serial do anarquista Pierre-Joseph Proudhon, Rugai (2011) analisa a existência entre esta e os conceitos de progresso e de revolução:

A primeira crítica proudhoniana à democracia tem uma relação estreita com os conceitos de *progresso* e de *revolução* e um sentido muito preciso. Para Proudhon, da monarquia à democracia há evidente progresso, mas não revolução, porque ambos os regimes se baseiam na soberania: de “um”, no caso da monarquia; da “maioria nacional”, no caso da democracia. Para ele, a questão não está no número, o problema residiria na própria ideia de soberania como o “poder de fazer leis”, um absurdo oriundo do despotismo.

Para Proudhon, o progresso está associado à descoberta de critérios racionais na aplicação da justiça: assim, a própria ideia sobre o que é justo evoluiu sem cessar, alcançando cada vez maior precisão. Todavia, ele pergunta, “terá chegado à última fase?”; responde que não, ainda restaria um último obstáculo a vencer: **“a instituição do domínio da propriedade”**, cuja abolição seria a condição necessária **“para terminar a reforma do governo e consumir a revolução”**; por isso a propriedade privada deveria ser atacada. Nessa passagem fica evidente a ideia de continuidade num processo que culminaria na revolução; ao mesmo tempo, fala em “reforma do governo”,

ou seja, até aqui ele não sugere nada parecido com a abolição do governo ou Estado (Rugai, 2011, p. 104-106). (grifo meu)

O modelo de resistência e de luta nos territórios étnicos do “uso comum” (propriedade coletiva) contrapõe-se à desestruturação ocorrida com a instalação das “agrovilas”, modelos de propriedades fundiárias parcelares individuais privadas. Cabe às comunidades quilombolas de Alcantara lançar mão da totalidade das determinações que geraram o conflito territorial, tornando visíveis suas lutas cotidianas, que são a estrutura desse verdadeiro “pelourinho tecnológico”. Isto porque a expansão do Centro Espacial de Alcântara (CEA) como Polo Mundial de “*commodities* tecnológicos” permanece apresentando o iminente risco de novas desestruturações territoriais para as comunidades quilombolas.

## 6. REFERÊNCIAS

BROCARD, Daniele; TECCHIO, Caroline. **Olhares para a história: pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade.** In: Diálogos do tempo presente: historiografia e história. [recurso eletrônico] / Rafael Saraiva Lapuente; Rafael Ganster; Tiago Arcanjo Orben (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci. Escritos escolhidos: 1916-1935.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento – Aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões,**

**territórios ou países.** Curitiba: CVR, 2017.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. [et al.]. **Anarquismo Anticolonial.** Ed. Adandé. **Livro digital.** Niterói: Alternativa, 2018. <https://editorialadande.wordpress.com/2018/12/19/anarquismo-anticolonial/>

FERREIRA, A. C.; TONIATTI, T. B. **De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin.** Niterói: Alternativa, 2014. <https://livrandante.com.br/livros/andrey-cordeiro-ferreira-tadeu-bernardes-de-souza-toniatti-orgs-de-baixo-para-cima-e-da-periferia-para-o-centro/>

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso.** São Paulo: Contexto, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 2.<sup>a</sup> Edição. Edições Loyola. São Paulo, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Terras e territórios de negros no brasil.** Textos e Debates. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. UFSC, ano I, n.º 2, 1990

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.** São Paulo. Boitempo, 2009.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epstêmica: a opção descolonial e o significado de identidade.** Cadernos de Letras da UFF. Dossiê: Literatura, Língua e identidade, n.º 34, p. 287-324, 2008

MORAES, Dênis de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci.** Dossiê Comunicação e Política. REVISTA DEBATES. Porto Alegre, v.4, n. 1, p. 54-77, jan-jun., 2010.

PEREIRA, Aniceto Araújo et alii. **Lutas em memória: a luta pela 'terra' reforçada pela luta em defesa dos 'territórios' quilombolas** / Aniceto Araújo Pereira, Dorinete Serejo Morais, Marcos Antônio Pinho Diniz, Samuel Araújo Morais; Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Maria Portela Nunes org; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara: Territórios e Conflitos** -Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

PNAE. **Programa Nacional de Atividades Espaciais-2012-2021**. Acessado pelo link - <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/PNAE-Portugues.pdf> (19/03/2017, às 15h27), 2012.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, 2005. [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)

RUGAI, Ricardo Ramos. **O socialismo como crítica da Economia Política: as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847)**. Tese. São Paulo, 2011. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11012012-142123/pt-br.php>

SOUZA FILHO, Benedito. **Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara**. São Luís-MA: EDUFMA, 2013.

STEINBERGER, Margareth Born. **Discursos geopolíticos da mídia**. Jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

# Movimentos de ocupação e crescimento urbano em São Luís (MA): o caso da Vila Isabel Cafeteira.

Milena Barros de Miranda Sales<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo analisa a formação do bairro Vila Isabel Cafeteira, originado através de um processo de ocupação espontânea, estando em parte situado em “áreas de risco”. O objetivo foi perceber as relações entre os aspectos socioeconômicos (renda familiar, escolaridade, trajetória ocupacional etc.) dos moradores, com as suas motivações em ocupar esta localidade, considerando características candentes da urbanização brasileira consolidadas nas últimas décadas, como a desigualdade de acesso ao espaço e à moradia, denotando o processo de segregação social como intrínseco ao crescimento das cidades. Busca-se explicar como a produção do espaço urbano de São Luís, a partir do bairro reproduz estes aspectos mais amplos. A pesquisa fundamentou-se em dois tipos de dados: os primários, obtidos através da realização de entrevistas com os moradores do bairro e pela observação direta da realidade pesquisada; e os secundários, adquiridos por meio de informações sobre a expansão urbana brasileira e da cidade de São Luís produzidas pelo IBGE.

**Palavras-chave:** Produção do espaço urbano; Crescimento urbano; Movimentos de ocupação. São Luís.

## Abstract

**Movements of occupation and urban growth in São Luís (MA): the case of Vila Isabel Cafeteira.**

---

1 Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR-UEMA). Integrante do Grupo de Estudo Desenvolvimento Política e Trabalho (GEDEPET).

This article analyzes the formation of the Vila Isabel Cafeteira neighborhood, which originated through a process of spontaneous occupation and is partially located in “risk areas.” The objective was to understand the relationships between socio-economic aspects (family income, education, occupational trajectory, etc.) of the residents and their motivations for occupying this location, considering prominent characteristics of Brazilian urbanization consolidated in recent decades, such as inequality in access to space and housing, denoting the process of social segregation as intrinsic to the growth of cities. It seeks to explain how the production of urban space in São Luís, starting from the neighborhood, reproduces these broader aspects. The research was based on two types of data: primary data obtained through interviews with neighborhood residents and direct observation of the researched reality, and secondary data acquired through information on Brazilian urban expansion and the city of São Luís produced by the IBGE.

**Keywords:** Urban space production; Urban growth; Occupation movements. São Luís.

## 1. Introdução

No Brasil, a expansão do espaço urbano está atravessada pela lógica capitalista e a forma como este tipo de economia impulsiona o processo de acumulação no contexto de um capitalismo dependente. As reflexões aqui apresentadas integram perspectivas sobre o urbano, a partir de estudos que estabelecem um nexo entre a lógica de acumulação capitalista e a dinâmica de crescimento das cidades (HARVEY, 2005).

A cidade de São Luís reflete esse movimento de intensificação do processo de urbanização na sociedade brasileira, marcada por um forte e persistente processo

de segregação social que se vincula ao que Maricato (2013) denomina “exclusão urbanística”, definido sobretudo pelo binômio formal/legal, amparado e fortificado pelo mercado imobiliário e seus vultos especulativos; pelo qual se estabeleceu todo um aparato legislativo (leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo etc.), que oculta a “cidade real”, constituída fora da dinâmica mercadológica de valorização do solo e das políticas estatais de planejamento.

A segregação socioespacial é um importante desdobramento deste processo, pois não somente os setores mais vulneráveis socialmente começam a construir os seus locais de moradia, mas trata-se de um fenômeno que atinge desde as elites urbanas (SOUZA, 2012), até as camadas média e baixa, o que torna o problema da segregação socioespacial difícil de ser solucionado. Como desdobramento da segregação socioespacial,

surgem problemas, principalmente referentes a questão da moradia: aluguéis altos, imóveis ilegais, periferização e déficit habitacional. Os bairros que possuem acesso fácil às atividades comerciais e sociais, como escolas, hospitais e supermercados, se valorizam cada vez mais, impedindo que muitos adquiram um imóvel nesta região. A isso se soma a especulação imobiliária que matem imensos vazios na cidade à espera de valorização. Há pouco investimento público no setor imobiliário para habitações populares, onde, muitas vezes a classe média acaba por ocupar habitações que eram destinadas a população de baixa de renda, graças a burocracia do cadastramento e a dificuldade dessas famílias em pagar a quantia mensal exigida para adquirir um imóvel, mesmo que popular (SILVA, 2007, p. 5).

Do ponto de vista das classes populares, a segregação

é marcada pela apropriação espontânea de espaços para habitação, configurando posteriormente as chamadas “aglomerações subnormais”. Em alguns casos são também “áreas de risco” (margens de rios, encostas de morros) isto é, localidades vulneráveis a riscos de enchentes e desmoronamentos.

A habitação nestas localidades caracteriza um espaço urbano onde disparidades socioeconômicas engendram desequilíbrios territoriais, devido à capacidade diferenciada de apropriação e circulação no espaço, o acesso precário ou inexistente de serviços coletivos urbanos (saneamento ambiental, transporte coletivo, saúde, educação, lazer, etc.). Trata-se de um fenômeno que resulta do desenvolvimento desordenado das cidades brasileiras, consubstanciadas nas ocupações de risco que têm como uma das suas consequências as alterações ambientais.

Em São Luís, a segregação espacial se intensificou nas últimas décadas. Surgiram diversos loteamentos em áreas consideradas impróprias, sendo que algumas foram implantadas em áreas de risco, condicionando situações de perigo. Nestas localidades, como o bairro estudado, com moradias instaladas na base de morros, os principais risco são os deslizamentos ou desabamentos de terra em moradias próximas às encostas de morros, ou enchentes naquelas que margeiam córregos/rios. A situação de risco não raras vezes é veiculada em portais de notícias do Maranhão, que relatam a atuação sobretudo de órgãos como a Defesa Civil.

A Vila Isabel Cafeteira formou-se nas adjacências de outro bairro com origem bastante distinta: a COHAB. Surgiu pela ocupação espontânea de diferentes famílias nas margens

do Rio Anil, mas foi idealizado como um bairro planejado de moradias populares pela extinta Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB) e financiado pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tornando-se o primeiro conjunto habitacional destinado aos moradores de renda mais baixa em São Luís.

Segundo Harvey (2005), a urbanização em uma sociedade capitalista está condicionada pelas condições e circunstâncias de acumulação do capital. A distribuição espacial do capital está vinculada ao processo de circulação e trocas econômicas, que resultam em diferentes processos sociais, como as trocas mercantis, atividades produtivas e deslocamento para o trabalho entre outros. A relação dos espaços com o movimento mais amplo de circulação do capital, de acordo com a lógica do desenvolvimento desigual e combinado, os definem como integrados e valorizados na divisão territorial do trabalho, ou pouco integrados ou excluídos do processo (SMITH, 1985). Neste último caso, podem se transformar em espaços de moradia para trabalhadores de menor escolaridade, com vínculos empregatícios mais instáveis e distantes dos espaços de maior circulação de capital.

Por um lado, a distribuição espacial do capital está vinculada ao processo de circulação e trocas econômicas e, por outro, pela relação que o espaço possui com o movimento mais amplo de acumulação do capital a partir da lógica de um desenvolvimento desigual e combinado (SMITH, 1985), podendo mesmo atrair ou repelir moradores, conforme suas condições econômicas de apropriação e circulação no espaço urbano.

## 2. Os movimentos de ocupação e a formação do espaço urbano em São Luís.

Em São Luís, os conflitos urbanos sobre a moradia ganharam contornos articulados ao processo de expansão urbana do crescimento demográfico e ao déficit habitacional nas cidades, inseridas num contexto de expansão do capitalismo dependente brasileiro (BOTEGA, 2008). As lutas políticas estiveram muito marcadas por mobilizações em defesa do direito básico à moradia e mais especificamente da propriedade no solo urbano. Esses movimentos por moradia deram origem aos principais aglomerados urbanos da capital maranhense. No final da década de 1970, as ocorrências das lutas sociais se intensificaram, num contexto de déficit habitacional (com uma estimativa de 15.000 unidades).

Lutas significativas, retratadas de forma ampla pela mídia impressa, nomeava esses movimentos de “invasão” de propriedades no espaço urbano. A mídia ludovicense apresentava as invasões sempre de forma pejorativa, reconhecendo os direitos dos proprietários, que geralmente utilizavam os meios violentos da polícia militar e mesmo polícias privadas. O instrumento jurídico, utilizado pelo Estado a favor dos proprietários, é sempre o da reintegração de posse. Entretanto, diante da violência estatal encontra-se a resistência dos movimentos por moradia.

Este tipo de contradição esteve na origem de vários bairros de São Luís, como o Coroadinho, São Bernado, Anjo da Guarda, Areinha, Sá Viana, dentre outros. Na formação de todos estes bairros, os conflitos eram frequentemente noticiados em manchetes do tipo: “Violência em remoção de

famílias na Areinha”, “Violência e despejo no São Bernardo”, “SURPLAN volta a derrubar casas no Anjo da Guarda” (PEREIRA, 2010). Entre o final da década de 1970 e durante os anos de 1980, esses tipos de conflitos pela terra faziam parte da dinâmica do crescimento urbano de São Luís.

A evidência desses conflitos começou a receber acompanhamento com a inserção de agentes externos. Especialistas da área do direito e do serviço social, por exemplo, passaram a fornecer suporte técnico. Um processo em que foram sendo reconfigurados alguns termos e representações para se referir à luta por moradia. Assim, termos como “ocupação espontânea”, “assentamento espontâneo” e “direito à moradia” passaram a ser colocados em discussões e documentos de reuniões de associações de moradores. O termo “ocupação espontânea” passa a ser importante, referindo-se a um processo de ocupação do espaço que não foi planejada pelo poder público ou mercado, dando mais fundamentação técnica a questão (PEREIRA, 2010).

As “invasões” estiveram envolvidas em disputas com diferentes agentes do mundo social, sobre a forma de definição mais legítima sobre a questão: seja, em uma ponta, pelo viés da ilegalidade e criminalidade (proprietários, parte da mídia); ou, em outra ponta, pelo aspecto de luta de uma população carente por um direito fundamental (parte da mídia, ocupantes, advogados, assistentes sociais, membros da igreja etc., apoiadores da causa).

Importante considerar as mudanças ocorridas no espaço urbano da área Itaqui-Bacanga, no início da década de 1970, com a construção da barragem do Bacanga (1970), construção do Porto do Itaqui (1971) e instalação das atividades de logística

da exploração mineral organizada pela Amazônia Mineração S/A (AMZA), que trouxeram as disputas por espaço para o centro da cena política. A AMZA pressionava os moradores da área a deixarem as suas residências, oferecendo indenizações que demoravam para serem debitadas (PEREIRA, 2010). Ao mesmo tempo, a expansão física do campus da Universidade Federal do Maranhão provocou confrontos com os moradores do então sítio Sá Viana.

A resistência desses moradores contou com o auxílio de vários espaços de mobilização importantes, como o apoio político das Associações de Moradores que atuavam em vários bairros, e dos recursos jurídicos e educacionais das Comunidades Eclesiais de Base -CEBs (FERREIRA, 2014; PEREIRA, 2010).

Em 1963 foi realizado o I Congresso Comunitário de Bairros, dando origem à Federação das Uniões de Moradores dos Bairros do Estado do Maranhão (FUBESMA). O objetivo da FUBESMA era organizar politicamente as associações dos bairros de São Luís com o tema da defesa da moradia. Na década de 1980, foi criado o Movimento em Defesa da Moradia (MDM), outra entidade política aglutinadora para a causa. O MDM atuava em pautas importantes para a efetividade das ocupações e das lutas pela moradia das populações envolvidas. Dentre estas pautas, destacavam-se: a suspensão de liminares de reintegração de posse, desapropriação de imóveis, suspensão da repressão militar às ações dos ocupantes, regularização das ocupações etc. (FERREIRA, 2014). Estas articulações possibilitaram uma maior relevância das ações dos moradores ocupantes como agentes de produção do espaço urbano.

O quadro abaixo, apresenta as “vilas”, como eram denominadas as ocupações irregulares localizadas nos arredores dos conjuntos habitacionais planejados pelo Estado. Na cidade de São Luís ocorreram vários casos do tipo a partir do final da década de 1960:

**Quadro 1:**  
**Ocupações planejadas e espontâneas em São Luís.**

| Planejadas      | Espontâneas                      |
|-----------------|----------------------------------|
| COHAMA          | Vila Menino Jesus de Praga       |
| COHAMA/COHAJOLI | Vila Vicente Fialho              |
| COHAPA          | Vila Bom Jesus                   |
| Planalto/COHAPA | João de Deus                     |
| COHAFUMA        | Vila Independência               |
| COHAB-ANIL III  | Vila Isabel Cafeteira            |
| Cidade Operária | Jardim Tropical, Cidade Olímpica |

**Fonte:** Adaptado de Ferreira (2014).

As associações de moradores são espaços visados (ontem e hoje) por políticos locais, que enxergam nestas organizações oportunidades para alianças políticas, formação de base e interesses eleitorais (PEREIRA, 2010), com forte apelo ao clientelismo.

### 3. Formação e aspectos atuais do bairro Vila Isabel Cafeteira.

De acordo com Cordeiro e Costa (1999 *apud* PINHEIRO, 2002), o bairro não é determinado apenas pelos seus aspectos

econômicos e funcionais, mas pelos elementos da vida vicinal e comunitária. Portanto, a vida do bairro é marcada pela articulação de unidades sociais por onde se formam redes de interação informais de vizinhança, freguesias, paroquiais, políticas, em torno de espaços como ruas, associações, estabelecimentos comerciais entre outras.

O núcleo formativo da Vila Isabel Cafeteira iniciou-se pela sua relação de proximidade, de um lado, com o bairro planejado da COHAB-Anil III (ou apenas “COHAB”), criado em 1970 e, de outro, com o tradicional e antigo bairro industrial do Anil. Como aponta Ferreira (2014), é comum observar a formação de vilas, como a estudada, às adjacências de bairros planejados para que, na ausência de meios de consumos coletivos, os moradores das ocupações possam usufruir. A Vila Isabel Cafeteira surgiu posteriormente à construção da COHAB -Anil III, com a sua entrada principal nos fundos deste bairro:

O padrão simétrico das quadras e ruas do bairro da COHAB -Anil III, que seguem um modelo de planejamento mais cartesiano, contrasta com a ausência de padronização das ruas da Vila Isabel Cafeteira. Formadas ao longo do tempo sem previsão e contabilidade de domicílios, habitações e moradores, as ruas seguem uma orientação mais tortuosa, emaranhando-se umas às outras. Os dois bairros representam duas fontes de produção do espaço urbano, muito marcantes na cidade de São Luís: as ações do planejamento estatal, materializadas nos loteamentos retangulares da COHAB -Anil, e as ruas com sentidos incertos e aleatórios da Vila Isabel Cafeteira, resultantes dos movimentos de ocupação espontânea realizada pelos moradores.

Moradores mais antigos relatam que a ocupação inicial da área, que hoje compreende a localidade, começou sobre um terreno de propriedade privada. Afirmam também que os primeiros movimentos de ocupação foram organizados por um grupo de famílias, ligados pelas situações de conflito e luta pela terra/moradia, por terem sofrido investidas dos proprietários, que tentaram expulsá-los:

O bairro fez 35 anos e tenho parentes que estão aqui desde a fundação do bairro. Eles relatam que foi muita luta e teve muita resistência, inclusive com o apoio do ex-governador [Epitácio] Cafeteira, que conseguiram permanecer aqui (Entrevista morador João, 05/12/2022).

De acordo com alguns moradores entrevistados, em 2022 o bairro completou trinta e cinco anos de existência, indicando que a sua formação ocorreu a partir de meados da década de 1980. O bairro teve seus primeiros núcleos de povoamento formados por famílias oriundas do interior do Maranhão, que construíram suas habitações com barro e palha (CURVELO-MATOS, 2014). Conforme mencionado, nesta etapa inicial houve situações de conflitos pela ocupação e acesso à terra. Foi em busca de apoio para a permanência na localidade que os moradores recorreram ao então governador Epitácio Cafeteira<sup>2</sup>:

Com medo de serem desabrigados porque o terreno não era deles, [os moradores] nomearam

---

2 Epitácio Cafeteira Afonso Pereira, foi um ex-deputado federal, senador e governador do Maranhão. Personagem tradicional da política maranhense a partir da segunda metade do século XX, Epitácio Cafeteira foi governador do Maranhão entre os anos de 1987-1990, período em que a Vila Isabel Cafeteira se consolida enquanto bairro.

um advogado, Fernando Mendonça, e foram em passeata falar com o então governador do Estado, Epitácio Cafeteira Afonso Pereira, para que este lhes desse garantia de que permaneceriam no local. Como conseguiram o que almejaram, colocaram o nome da esposa do governador, Isabel Cafeteira, em forma de agradecimento (CURVELO-MATOS, 2014, p. 303).

De acordo com a pesquisa realizada por Curvelo-Matos (2014) sobre as origens e evolução histórica dos nomes de vários bairros de São Luís, o estudo dos topônimos (designações de localidades geográficas) pode revelar aspectos sociais, políticos e religiosos que o nome carrega. O nome do bairro Vila Isabel é uma referência à luta pela propriedade fundiária enfrentada pelas primeiras famílias a ocuparem o terreno e à tutela política que receberam do governador do Maranhão (Epitácio Cafeteira) no final da década de 1980.

Conforme ressalta Curvelo-Matos (2014), embora o bairro tenha o nome de Vila Isabel Cafeteira, alguns moradores preferem nomeá-lo como “Isabel Cafeteira COHAB -Anil”, para diferenciá-lo de outra localidade com o mesmo nome, mas que não é considerada como bairro pela Prefeitura de São Luís.

Nos últimos anos, a Vila Isabel Cafeteira apresenta situações de risco ambiental de algumas habitações do bairro. Conforme o mapeamento e levantamento da Defesa Civil<sup>3</sup>, órgão de escala estadual e municipal que atua na prevenção e mitigação de riscos de desastres, o que torna algumas das

---

3 Como é possível constatar em matérias publicadas nos últimos anos em portais locais (Cf. <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/01/22/mapeadas-60-areas-de-risco-em-sao-luis> Acesso em 30/10/2022).

localidades do bairro como área de risco é o fato de algumas das casas terem sido construídas em encostas e muito próximas ao Rio Itapiracó. Esta situação define os tipos de riscos a que esta população está exposta. O principal dele é causado por intempéries: deslizamento de encostas e colinas e a inundação, sobretudo em períodos chuvosos mais intensos. Outros relatos apontam para um risco artificialmente produzido pela atividade de retirar areia de algumas áreas para fins comerciais, tornando o risco de deslizamento maior:

Ainda tem alguns terrenos vazios, alguns se aproveitam pra retirar a terra de algumas áreas que podem até cair, mas mesmo assim tiram ou para vender ou para reforma na própria casa. Essa retirada indevida agrava a situação de deslizamento (Entrevista, morador José, 16/09/2022).

A ocupação e a formação de bairros em áreas frágeis ambientalmente, consideradas de risco, inserem-se no movimento mais amplo de segregação socioespacial, elemento característico da expansão urbana brasileira. As populações de baixa renda ocupam as terras periféricas, mais baratas e/ou desprezadas pelo capital imobiliário e pelo Estado (MARICATO, 2013b). Estas mesmas localidades geralmente não possuem infraestrutura urbana adequada, requisitando um processo de urbanização (instalação de saneamento básico, estrutura viária, iluminação, transporte e serviços coletivo etc.) pelo poder público, que costuma agir tardiamente nestas áreas. As exigências de recursos financeiros e tecnológicos tornam-se, então, maiores para esta população. Tal segregação espacial não é apenas expressão das desigualdades sociais, mas agente

de reprodução desta desigualdade (NOGUEIRA, 2002).

Deste modo, as ocupações de áreas de riscos geralmente são os únicos locais de moradia destinados aos setores menos favorecidos de nossa sociedade, onde,

As consequências do processo inadequado de crescimento são a falta de condições sanitárias mínimas; ausência de serviços indispensáveis à vida das pessoas nas cidades; ocupação de áreas inadequadas; destruição de recursos de valor ecológico; poluição do meio ambiente; habitações em condições precárias de vida (VILLASCHI, 2003, p. 166).

Sobre a ocupação e chegada de residentes no bairro ao longo dos anos, foi relatado por moradores antigos que a escolha do local para habitação ocorreu tanto pela: I) falta de condições para o pagamento de aluguel ou compra de uma residência através do mercado imobiliário; II) falta de recursos financeiros para entrar nos programas governamentais de habitação popular da época. A maioria dos moradores mais antigos vieram das cidades do interior do estado, atraídos pela demanda de mão de obra. Este foi o caso de dois moradores residentes há algumas décadas na localidade:

Eu nasci no interior, em Guimarães, rodei esse Brasil, fui pra o Ceará e também pra Brasília. Voltei pra cá pra trabalhar. Conheci minha esposa e ela morava na COHAB, decidimos vim para cá. O irmão dela também construiu casa aqui (Entrevista, morador Walber, 14/11/2022).

Eu vim pra cá com meus pais do interior de Turiaçu. O irmão do meu pai veio primeiro e falou que tinha muita oportunidade pra trabalhar e fazer a vida. Ficamos por aqui e eu lembro das dificuldades pra construir a casa. Não só pela

pouca condição, mas também porque o acesso aqui era bem ruim. Muita lama, escorregadio. Demorava pra cada morador levantar sua casa. Tinha dificuldade pra trazer os materiais pra construir (Entrevista, morador João, 05/12/2022).

No período inicial de formação do bairro, foi relatado que havia muita lama utilizavam folhas de palmeiras para improvisar uma pavimentação para o transporte dos materiais de construção, em carrinhos de mão. Os moradores enfrentaram muitas dificuldades, principalmente pelas condições de trafegabilidade e pela falta de poder econômico para construir suas casas de forma segura. Foi relatado que inicialmente a construção começava pelo improvisado e que os próprios moradores construíram as casas, utilizando recursos como barro, taipa e palha.

Alguns bairros, cujas origens estão nos movimentos de ocupação espontânea, receberam grande visibilidade da mídia local e foram alvo de medidas mais repressivas do Estado. Este foi o caso de localidades, como o Vera Cruz (formação em 1980), João de Deus (em 1981) e Vila Itamar (em 1983). Estes espaços eram parte do interesse especulativo do capital imobiliário nestes períodos (LUZ, 2004). De forma diferente, na realidade estudada, o processo de ocupação ocorreu de forma lenta e sem muita visibilidade -embora não sem conflitos.

#### **4. Considerações Gerais**

Desde a década de 1930 a cidade de São Luís registrava áreas de ocupação espontânea, mas esse meio de produção do espaço se espalhou somente a partir do final da década

de 1960. Dos anos 40 até os anos 70 do século XX, a cidade de São Luís recebeu um grande contingente populacional migrante do campo, redesenhando urbanisticamente a cidade. O processo de intensa ocupação de espaços para moradia tornou-se mais forte a partir da década de 1970 e 1980 e se alastrou até a década de 1990.

Em São Luís, a urbanização acelerada e desordenada, relacionadas ao crescimento populacional observado entre as décadas de 1970-1990, trouxe diversas consequências, como foi caso do surgimento de ocupações irregulares. Nesse contexto, surgem diversos movimentos populares na luta por moradias, sendo esses “sem-teto” importantes nas mobilizações populares (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Esses agentes passaram a ocupar áreas vazias e fora do interesse do capital.

A demanda por habitação, como aspecto da realização do valor de uso do espaço urbano, lançou a população de menor renda à ocupação de áreas em consideradas precárias ou de baixo valor econômico, devido ao processo de valorização do solo na cidade.

O resultado desse tipo de processo reflete-se na ocupação de áreas próximas a encostas, solos íngremes e áreas de deslizamento de terras, como é o caso do bairro da Vila Isabel Cafeteira, que no seu período de formação estava fora dos interesses de reprodução do capital.

## REFERÊNCIAS

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís-MA. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará). Fortaleza: UFC, 2014.

FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

LUZ, J. S. da. **Lutas por moradias e expansão do espaço urbano na cidade de São Luís.** Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. São Luís, UFMA, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

NOGUEIRA, Fernando Rocha. **Gerenciamento de riscos ambientais associados a escorregamentos:** contribuição às políticas públicas municipais para áreas de ocupação subnormal. 2002. 268 fls. Dissertação (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Campus de Rio Claro – SP. 2002. Disponível em: <<http://brasil.campusvirtualsp.org>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Engajamento militante e “luta pela moradia” em São Luís entre as décadas de 1970 e 1980.** 2010. 199 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

PINHEIRO, Jair. Comunidade versus classes na luta pelo espaço urbano. **Lutas sociais**, v. 8, 2002.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo B. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991**. 2º ed. São Luís: Ed. Do Autor/FUNC, 2001.

SMITH, Neil. "Por uma Teoria do Desenvolvimento Desigual" (I: A Dialética da Diferenciação e da Igualização Geográficas). In: **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VILLASCHI, J. **Novas modalidades de urbanização e sua inserção regional: o condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, Nova Lima-MG**. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003.

# A gentrificação e a segregação em meio à especulação imobiliária: uma análise no bairro Ponta d'Areia, São Luís, Maranhão

Thiers Fabricio Santos Tiers<sup>1</sup>

## RESUMO

O Espaço-mercadoria e o seu antagonismo fazem com que o Estado, o urbano, a segregação socioespacial e a gentrificação, como categorias centrais nos processos de desigualdades em variados âmbitos nas escalas globais e locais, sejam articulados em redes em meio à especulação imobiliária. Contudo, a análise no bairro da Ponta d'Areia localizado no município de São Luís, Maranhão, se torna relevante partindo dos pressupostos do desenvolvimento geográfico desigual e dos agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano e na região metropolitana. A pesquisa foi pautada no materialismo histórico. Neste sentido, serão analisados alguns aspectos que tornaram a localidade no bairro Ponta d'Areia símbolo de *status* e consumo, levando-se em conta os processos que se deram e ainda ocorrem na área. Conclui-se que, enquanto no bairro Ponta d'Areia existe uma parte supervalorizada, com um alto padrão de moradia, consumo e lazer, também existe uma parte que não possui acesso à infraestrutura e às benesses que complementariam a sua moradia, convivência e inserção, o que serve de exemplo da desigualdade socioespacial urbana derivada da lógica do capital.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Mercadoria; Ponta d'Areia.

---

1 Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA), especialista em Política e Gestão Pública de Esporte e Lazer (UFMA), graduado em Geografia (UFMA), atualmente professor de Geografia no município de Itapecuru Mirim, Maranhão, Brasil.

## ABSTRACT

### **Gentrification and segregation in the midst of real estate speculation: an analysis in the Ponta d'Areia neighborhood, São Luís, Maranhão**

The commodity space and its antagonism make the State, urban areas, socio-spatial segregation, and gentrification, central categories in the processes of inequalities in various areas on global and local scales, causing them to be articulated in networks amidst real estate speculation. However, the analysis in the Ponta d'Areia neighborhood located in the municipality of São Luís, Maranhão, becomes relevant based on the assumptions of uneven geographic development and the social agents that act in the production of urban and metropolitan space. The research was based on historical materialism. In this sense, some aspects that made the location in the Ponta d'Areia neighborhood a symbol of status and consumption will be analyzed, taking into account the processes that took place and still occur in the area. It is concluded that while in Ponta d'Areia there is an overvalued part, with a high standard of housing, consumption and leisure, there is also a part that does not have access to the infrastructure and the benefits that would complement their housing, coexistence and insertion, which serves as an example of urban sociospatial inequality derived from the logic of capital.

**Keyword:** Development; Commodity; Ponta d'Areia.

## Introdução

Historicamente, o espaço sempre foi alvo de intensas disputas, caracterizadas principalmente pela segregação socioespacial e a gentrificação. Prestipino (1977, p. 181 *apud* SANTOS 2008, p. 29), afirma que “o espaço assume, hoje, uma importância fundamental já que a Natureza se transforma, em

seu todo, numa forma produtiva”.

O espaço capitalista que habitamos é uma “mercadoria”, como o Homem também tem sido tratado. Então, deve ser tratado pelo modo abrangente do materialismo histórico. As relações materiais que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações. Tendo como principais expoentes Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), o materialismo histórico compreende os fatos ocorridos por meio da contradição, totalidade e mediação (PAULO NETTO, 2011, p. 56). Por isso, é de total relevância tratar as contradições da questão socioespacial e territorial.

O bairro Ponta d’Areia está localizado no quadrante Norte de São Luís e começou a tomar contornos “urbanísticos” em meados da década de 1970. Até então, era destinado para acomodar pescadores, mas com o passar dos anos foi sendo apropriado, gentrificado e segregado, tornando-se um espaço de privilegiados e acompanhando o crescimento urbano e de modernização da cidade de São Luís.

É inevitável questionar o que está ocorrendo no bairro Ponta d’Areia que, se anteriormente era um local apenas de casas humildes, foi cedendo lugar a grandes empreendimentos imobiliários, bares, hotéis e restaurantes etc. O processo de gentrificação e segregação deu origem a um dos lotes de terra (metros quadrados) mais caros de São Luís: a Península da Ponta d’Areia. As inovações contínuas do espaço contribuíram para o “desenvolvimento” do bairro Ponta d’Areia e adjacências.

Realiza-se uma análise socioespacial do bairro, a partir do método do materialismo histórico e dialético: a) levantamento e análise bibliográfica de Neil Smith (1988 e 1996), David Harvey (2004, 2005 e 2013), Antônio José de Araújo Ferreira (2014 e 2017) e Andrea Silva Ribeiro (2013); b) identificação e análise dos agentes sociais; c) realização de 4 etapas de campo, com observações diretas, coletas de dados, investigação e entrevistas com os agentes sociais (moradores) envolvidos na área, registro fotográfico entre os

meses de Agosto a Novembro de 2018; d) tabulação, análise e interpretação dos dados e informações obtidas.

No processo de análise foram confrontadas opiniões, observados diferentes aspectos do problema, oposições e contradições. É importante destacar que esta pesquisa apresenta o sujeito e objeto em transformação, com ênfase aos agentes produtores do espaço, implicando uma nova reinterpretação da realidade social. Na análise e interpretação dos dados coletados, utilizou-se uma abordagem qualitativa com os depoimentos dos agentes sociais do bairro Ponta d'Areia e uma análise comparativa dos dados recolhidos.

## **1. O bairro da Ponta d'Areia o embrião da especulação imobiliária**

Atualmente, o bairro Ponta d'Areia é um dos mais valorizados da cidade de São Luís devido aos inúmeros atrativos para a classe média e alta da burguesia local. Esse bairro se desenvolveu paralelamente ao crescimento da cidade a partir de 1970. A modernização da cidade veio acompanhada da especulação e acumulação de capital, categorias, intensamente, trabalhadas na teoria do desenvolvimento geográfico desigual e também na própria produção do espaço urbano.

Localizado no Setor Norte do Município de São Luís, o bairro da Ponta d'Areia pertence à Mesorregião do Norte Maranhense e à Microrregião do Aglomerado Urbano de São Luís, e o acesso à área pode ser realizado através das Avenidas Marechal Castelo Branco, Colares Moreira, Litorânea e Holandeses (VIEIRA, 2013). Devido à sua beleza paisagística, mas também à carência de opções de lazer na cidade, o bairro se tornou uma das principais áreas de lazer de São Luís.

A partir das décadas de 1960 e 1970, o bairro sofreu intensa reconfiguração e começou a ser valorizado, já visando à produção e a reprodução do capital, e se tornando um bairro praieiro residencial e turístico. Vários fatores contribuíram para que o bairro Ponta d'Areia fosse impulsionado para

a produção espacial urbana. Segundo Burnett (2008 *apud* MORAES, 2013, p. 73), a construção da Ponte do São Francisco e o Plano Diretor de 1977 (em conformidade com o anterior de 1958) deram continuidade à expansão urbana, determinante para a apropriação do Setor Norte de São Luís, a partir da indução da ocupação do São Francisco e da Ponta d'Areia. Além do impulso estatal, todas as obras tiveram a participação de agentes financiadores, que fomentaram a produção do espaço local.

A partir da década de 1980, o bairro da Ponta d'Areia se tornou alvo de grandes empresas imobiliárias e, em meados da década de 1990, o bairro Ponta d'Areia já possuía contornos urbanísticos, mas ainda sem o grande número de casas, comércios do bairro São Francisco e Renascença. Isso provavelmente em função de uma área significativa de cobertura vegetal e pequenas áreas de mangue no perímetro urbano do bairro.

Desde década de 1980, a cidade de São Luís tem sido alvo da verticalização e, ao apresentar uma grande taxa de edifícios em áreas como a Ponta d'Areia, cria novas morfologias e formas de comportamento urbano, principalmente com os condomínios residenciais fechados que mudaram totalmente a paisagem nestes espaços e no seu entorno. Estes bairros se tornam símbolos de modernização e consumismo da classe alta e média.

A Ponta d'Areia, o mais cobiçado bairro da cidade de São Luís na década 2000, tornou-se a rota da acumulação do capital imobiliário. Logo, os espaços vazios de anos passados, como as áreas verdes, mangues e casas humildes deram lugar a casas de veraneio, condomínios de alto padrão aquisitivo, prédios comerciais, hotéis, clubes, restaurantes e serviços atrativos os cidadãos e visitantes. A localização de superfícies e valores desiguais definem as funções no mercado especulativo.

## 2. Espaço mercadoria: o mercado imobiliário, a gentrificação e a segregação socioespacial

O urbano é especialmente caracterizado pelo do uso do solo como mercadoria. Para Karl Marx, a mercadoria seria um elemento essencial para riqueza e para produção capitalista:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013, p. 57).

Devido à proliferação de novos empreendimentos, dois fenômenos se intensificam: a segregação socioespacial e a gentrificação. Estes fenômenos não são casos específicos ou locais, mas ocorrem em vários pontos das regiões metropolitanas no Brasil. Anteriormente ignorado por ser espaço habitado por pescadores e marisqueiros, o bairro Ponta d'Areia tornou-se valorizado pelas elites ludovicenses, em um intenso processo de gentrificação desde a década de 1970, modificando o espaço urbano de São Luís em prol do capital.

A gentrificação pode ser entendida como:

um processo que envolve a mudança na população na qual os novos usuários são de maior poder aquisitivo e status que os moradores anteriores, associados com mudanças no ambiente construído através do reinvestimento de capital fixo. (...) Em relação a mudanças populacionais, novos tipos de lares com status social mais elevado (particularmente em termos de renda e qualificação formal) em comparação com os habitantes anteriores (...) Uma mudança nos discursos culturais sobre o bairro afetado é provável ocorrer, o que neste tempo levaria à aquisição de uma reputação de “chique”,

moderno ou lócus de atividades culturais em geral (Zukin, 1991). Essa mudança de valores é provável que resulte em uma nova infraestrutura de restaurantes, lojas e delicatesses (LESS et. al 2008, p. 159 - 160, 170 *apud* MOSCIARIO, 2013, p. 6).

Paralelamente ao crescimento da população de São Luís, as classes menos abastadas são afastadas dos lugares mais valorizados das periferias, áreas de ocupação e invasões, palafitas, etc. Assim, financiado pelo capital privado do Estado, o crescimento do bairro Ponta d'Areia expulsou grande parte dos seus antigos moradores, dando lugar à classe mais abastada do município.

De acordo com Villaça (2001), a gentrificação é uma anomalia urbana inerente ao espaço social e é uma característica das grandes cidades latino-americanas e áreas centrais. A supervalorização desses espaços urbanos enfatiza o caráter de dependência do capital global e local, pois o planejamento estratégico assume o caráter de competição na disputa urbana por capital e investimentos, como é o caso do bairro Ponta d'Areia, em que a mercantilização da terra foi essencial para esse seu tipo de crescimento<sup>2</sup>.

Os preços para o uso do solo urbano são estipulados pelo mercado local, mas o Estado reforça essa lógica do mercado financeiro de imóveis. Trata-se de um processo em que os preços da terra são diferenciados de acordo com a localidade e, portanto, a gentrificação gera uma relação de poder já na definição dos que possuem o alto e o baixo poder aquisitivo: “o que possui maior poder de compra decide onde

---

2 “O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra venda do espaço. E isso à escala mundial (...). A estratégia vai mais longe que a simples venda, pedaço do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia; ela visa a uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão” (LEFEBVRE, 1999, p. 142).

vai morar e próximo a quem vai morar” (MEDEIROS, 2018, p. 171).

O bairro Ponta d’Areia, agora reconfigurado pela dinâmica do capital imobiliário e novos moradores com o maior poder aquisitivo, tornou-se um espaço de fortes desigualdades, mas também de luta de classes, definindo a crescente gentrificação e segregação socioespacial.

A distribuição de equipamentos urbanos de modo desigual é um outro fator essencial e para a segregação espacial na cidade<sup>3</sup> ratificando a desigualdade social: “para as camadas de menor poder aquisitivo sobram, apenas, os espaços residuais -o resto que não é consumido por quem possui maior poder de compra. A escolha de onde morar, para aqueles, passa a ser uma decisão reprimida” (SMOLKA, 1979 *apud* MEDEIROS, 2018, p. 171).

Outro fator promovido pela especulação imobiliária na cidade de São Luís em geral é a renda dos imóveis em função dos alugueis. Como destaca Campos Jr. (2006), “as iniciativas empresariais procuram experimentar novas oportunidades para valorização de seu capital, através do aluguel”. Fatores são combinados para manter as desigualdades socio-econômicas-espaciais, no processo de gentrificação e segregação social da cidade.

Os poucos moradores que ainda resistem na Ponta d’Areia, os donos dos pequenos bares da orla marítima, os clubes de reggae, não se enquadram mais nos novos padrões de vida. Aos poucos, vendem seus terrenos e suas casas aos agentes imobiliários, ampliando a produção e reprodução do

---

3 “A distribuição espacial da população, no quadro caótico do processo de urbanização, reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando no nível do espaço a segregação imperante do âmbito das relações econômicas. O agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida da população da cidade de São Luís não atinge a cidade em geral. Sobre tudo, a partir das últimas quatro décadas surgem e se expandem os bairros periféricos, que, conjuntamente às tradicionais palafitas, concentram a pobreza da cidade e de seus habitantes (DINIZ, 2017, pp. 185-186).

capital.

### 3. Considerações gerais

As consequências da produção do espaço urbano em prol do capital estão alicerçadas no sistema de produção capitalista, com seu emaranhado de contradições. Valores éticos ou culturais são sumariamente eliminados para a construção de um novo *status* social

Nos espaços centrais ou na orla marítima, o valor da terra define a estratégia do processo de reprodução econômico e político e, conseqüentemente, produtores do espaço urbano. Os agentes produtores desse espaço urbano precisam destruir para construir e vice-versa, na chamada destruição criativa das novas necessidades do capital.

O desenvolvimento geográfico desigual é inerente ao capitalismo, pois ajusta as escalas espaciais de acordo com a dinâmica do mercado. Na cidade de São Luís, a atuação do mercado financeiro-imobiliário e as ações do Estado transformaram o bairro Ponta d'Areia na mais nova morada das classes altas. Verticalização, segregação socioespacial, gentrificação, especulação, intensificam-se incontrolavelmente, reproduzindo, aprofundando e gerando novas contradições, inerentes ao modo de produção capitalista dos espaços urbanos.

### REFERÊNCIAS

CAMPOS JR. O Estudo da construção como perspectiva para compreender a reestruturação das cidades: considerações sobre a construção imobiliária em Vitória (ES). In: SILVEIRA, R. L. L.; PEREIRA, P. C. X.; UEDA, V. (Orgs.) **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo:

Ática, 1995.

COSTA, C. São Luís: Café e Lápis, 2017, pp. 171 – 187.

DINIZ, Juarez Soares. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. In: **Temas da Geografia do Maranhão** (Org.) RODRIGUES, S.; SANTOS, L;

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

\_\_\_\_\_. **A reestruturação urbana maranhense: dinâmica e perspectivas.** São Luís: EDUFMA, 2017.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** 26ª Ed. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MEDEIROS, Sara Raquel F. Queiroz. **Segregação e Gentrificação: conjuntos habitacionais em Natal.** Natal - RS: EDUFRN, 2018.

MORAES, Josenilde Cidreira Dorneles de. **A Lógica da Produção do Espaço Urbano do Condomínio Farol da Ilha na Reprodução do Capital em São Luís (MA).** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, UEMA, 2013.

MOSCIARO, Mayra. **Mudança na área central do Rio de Janeiro: Gentrification.** Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, RJ, 2013.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RIBEIRO, Andrea Silva. **Dinâmica do Mercado Imobiliário**

**na Conformação Espacial da “Península” da Ponta d’Areia (1990-2010).** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. São Luís: UEMA, 2013.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano de São Luis: Sobre verticalização e desigualdades socioespaciais (2000 – 2010).** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico. São Luís-MA: UFMA, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª Ed. 4ª Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

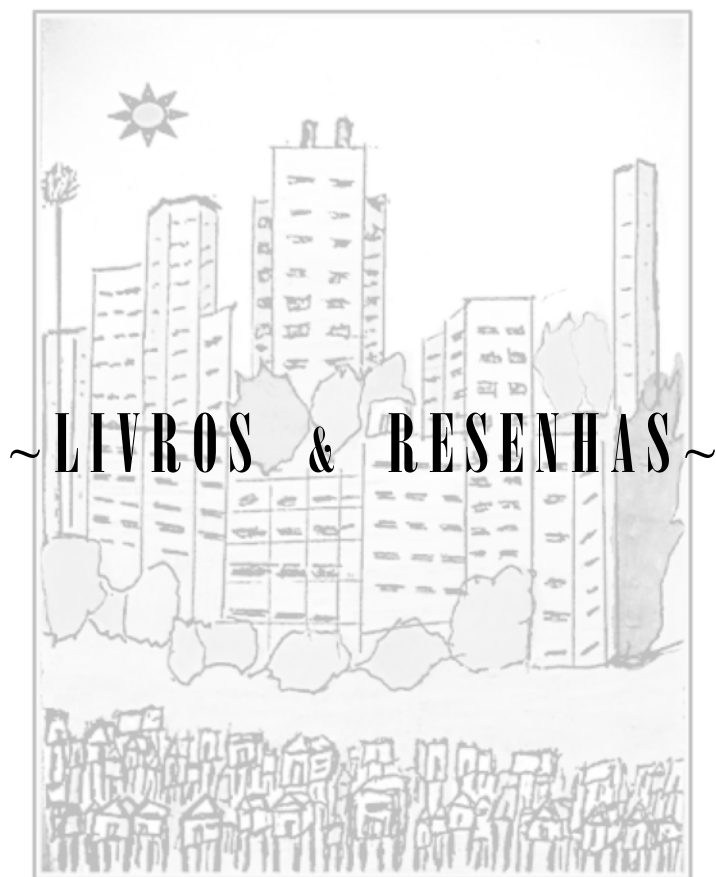
SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço.** Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. **The New Urban Frontier: gentrification and revanchist city.** New York: Routledge, 1996.

TIERS, Thiers Fabrício Santos. **Desenvolvimento geográfico desigual e o território da diferença: uma análise socioespacial do bairro Ponta d’Areia, São Luís, Maranhão.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, UEMA, 2019.

VIEIRA, Josenilde Cidreira Dorneles de. **O Condomínio Farol da Ilha como nova expressão do espaço urbano em São Luís (MA).** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. São Luís: UEMA, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 2001.



**HIRSCHMAN, Albert O. As Paixões e Os Interesses - Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. Tradução: Lúcia Campeio. Editora Paz e Terra, 1979.**

## **Argumentos capitalistas**

**Gabrielle de Oliveira<sup>1</sup>**

O economista alemão Albert Hirschman apresenta a relação entre economia e política, mostrando como o capitalismo tornou-se uma ideologia dominante, ao transcender as fronteiras da economia e ir ao encontro das Ciências Sociais, na obra “As Paixões e Os Interesses-Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo”. A obra divide-se em três partes: 1. como os interesses foram invocados para neutralizar as paixões; 2. como a expansão econômica deveria melhorar a ordem política; 3. reflexões sobre um episódio da história intelectual.

O autor analisa as ideias e pensamentos de Santo Agostinho no início da era cristã, quando o cenário das ideias medievais de repressão e poder absoluto do rei denunciavam o desejo pelo dinheiro e posses como um dos pecados principais humanos. Nessa época de busca por uma ideologia dominante, as correntes de pensamento convergiram para um caráter burguês. O autor costura visões de pensadores como Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Richelieu, chegando até às visões modernas de Adam Smith.

Desenvolve a noção de busca pela riqueza, construindo um panorama histórico a partir do herói medieval no século

---

1 Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-PPDSR/UEMA.

XVI até a ascensão do capitalismo, associado essa mudança à conformação científica do ambiente intelectual. No Renascimento, a convicção de que as paixões humanas não poderiam mais ser reprimidas pela filosofia moral e dogmas religiosos, transformou os “vícios privados” em “benefícios públicos”. Portanto, as paixões turbulentas deveriam passar por uma fase de domesticação.

Cientificamente, o autor relaciona os impulsos naturais (próprios da natureza humana) com a natureza do Estado. Assim, desloca-se a natureza do príncipe para o “indivíduo”, e a natureza do Estado para a “natureza humana”. Para Hirschman, o termo “interesse” possuía inicialmente um significado que envolvia a totalidade das aspirações humanas. A partir do final do século XVI, foi atrelado aos aspectos das preocupações, aspirações e benefícios, vistos com fascinação e analisados para a compreensão das ações humanas.

Na segunda parte, é exposta uma relação entre a expansão econômica e a ordem política, analisando a defesa dos interesses para aperfeiçoar as instituições políticas e garantir a ordem social. O autor relata a valorização do comércio, aborda as visões de Adam Smith sobre o impulso da vantagem econômica e como as paixões e os interesses passaram a ser vistos como sinônimos, já que o bem-estar material coletivo será favorecido sempre que os interesses individuais forem seguidos.

O autor finaliza apresentando as argumentações intelectuais a favor do capitalismo como inibidores e alienantes da “personalidade humana completa” e repressor de determinados impulsos humanos. Critica particularmente as ideias de Keynes: “enriquecimento como um passatempo e

um escape inocente para as energias dos homens”.

Hirschman trata, portanto, o capitalismo como uma organização social autorregulável, possuidora de uma racionalidade capaz de resolver conflitos, gerar bem-estar e aprimorar a ordem política, ainda que “as paixões e os interesses” sejam os principais formadores de uma sociedade alienada, individualista, injusta e “desencantada”.

**MARX, Karl. A Assim Chamada Acumulação primitiva. O Capital. Livro I. Cap. 24 (pg. 514-541). São Paulo: Boitempo.**

## **A gênese das relações capitalistas de produção**

**Roberto Gonçalves Brito de Jesus<sup>1</sup>**

Após chamar atenção para o fato de o processo de produção capitalista ser circular, fechado em si, Marx pontua uma necessidade lógica de se supor algo externo ao próprio modo de acumulação capitalista, algo antecedente a esse modo de produção, mais precisamente o seu ponto de partida.

Esse ponto de partida seria, para a economia política clássica, fruto do labor de uma elite inteligente e parcimoniosa, versão que para Marx não passa de uma mistificação idílica. O fato é que as condições objetivas necessárias para criar as relações capitalistas de produção foram impostas pela violência, não por fruto do excepcionalismo de uma classe, mas um movimento de subjugação de uma classe sobre outra.

Portanto, o capitalismo é um modo de produção historicamente determinado, cuja distinção está em sujeitar a força de trabalho à produção de mercadorias, pois o mais-valor, necessário para produzir e ampliar o capital, só pode existir se o trabalhador alienar os frutos do seu trabalho. Essa alienação está condicionada pela concentração da propriedade privada dos meios sociais de produção e subsistência nas mãos de poucos, forçando os despojados dos meios materiais de produção da sua subsistência a ofertar sua capacidade

---

1 Economista e Mestrando em Desenvolvimento Socioespacial e Regional na Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

de trabalho como uma mercadoria. O valor de uso dessa mercadoria acaba por compor o processo produtivo como fator de produção privado, porque o adquirente da mercadoria capacidade de trabalho reclama para si os frutos do trabalho daqueles que dispõem apenas da capacidade de vender o seu trabalho.

Deste modo, a relação capitalista exige a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho. Consequentemente, “a assim chamada acumulação primitiva não é mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (pg. 515).

Marx acrescenta que a estrutura da sociedade capitalista se ergueu a partir da base econômica da sociedade feudal. Destacar esse aspecto é importante porque lança luz sobre os movimentos históricos que levaram o produtor direto, envolto por relações de servidão, a se converter em um livre vendedor de força de trabalho.

Além de não estarem mais vinculados à relação serviu da estrutura social feudal e, portanto, não mais submetidos às regulamentações restritivas ao trabalho impostas pelas corporações de artesãos (os únicos fatores levados em consideração pelos historiadores burgueses, segundo Marx), os trabalhadores tiveram “roubados todos os seus meios de subsistência de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam” (pg. 515). Na base desse processo está a expropriação de terras do camponês por vias violentas, estabelecida por meio da instrumentalização do Estado pela então ascendente classe

burguesa. Assim.

Com a liberação de parte da população rural, liberam-se também seus meios alimentares anteriores. Estes se transformam, agora, em elemento material do capital variável. O camponês deixado ao léu tem de adquirir de seu novo senhor, o capitalista industrial, e sob a forma de salário, o valor desses meios alimentares. O que ocorre com os meios de subsistência também ocorre com as matérias-primas agrícolas locais da indústria. Elas se convertem em elemento do capital constante (pg. 530).

Para exemplificar essa questão, Marx apresenta o processo de proletarianização dos camponeses da Vestfália, onde uma parte que fiava linho foi violentamente expropriada e expulsa da terra, enquanto a parte restante transformada em jornaleiros de grandes arrendatários. Ao mesmo tempo, ergueram-se grandes fiações e tecelagens de linho, onde os “liberados” passaram a trabalhar por salários, compondo uma parte do capital constante dos patrões manufactureiros. Antes, eles eram repartidos entre inúmeros pequenos produtores familiares que cultivavam a matéria-prima e a fiavam em pequenas porções; depois, se concentram em função de um capitalista, colocados para fiar e tecer para ele. Anteriormente, o trabalho extra gasto na fiação do linho resultava em receita complementar para inúmeras famílias camponesas, mas devido à expropriação passa a fundar o lucro de poucos capitalistas, promovendo simultaneamente a criação e ampliação do mercado interno:

Desse modo, a expropriação dos camponeses que antes cultivavam suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção

acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita (MARX, 2011, pg. 532).

Na sequência do texto, o objetivo é elucidar a origem da classe capitalista. O tópico sobre a “Gênese do Capitalista industrial” enfatiza os processos que diferenciaram a constituição do capitalista industrial perante o capitalista arrendatário, originado da progressiva apropriação privada da terra, ou seja, por intermédio da negação da posse comunal camponesa. Marx salienta também a dissolução dos séquitos feudais, a expropriação e a parcial expulsão da população rural, como condição objetiva para o capital monetário, formado pela usura e pelo comércio, e convertido em capital industrial.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, são alguns fatos históricos citados no capítulo, qualificados ironicamente pelo autor de “processos idílicos” fundamentais da acumulação primitiva, e também promotores da indústria moderna.

Na última parte do capítulo, Marx discute a “Tendência histórica da acumulação capitalista”, trazendo a forma assumida pela propriedade nas relações capitalista de produção como cerne desta questão:

No que resulta a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? Na medida em que não é transformação direta de escravos

e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho (MARX, 2011, pg. 539).

Para concluir essa questão, ressalta que mesmo a propriedade privada do trabalhador independente e isolado, cede lugar à propriedade privada capitalista, baseada na exploração do trabalho alheio. Assim, o autor demonstra a essência do capital: uma unidade diferenciada de exploração, poder e domínio de uma classe sobre outra, de relações sociais, não relações de coisas.

O título do capítulo “A assim chamada acumulação primitiva” anuncia a desconstrução do idealismo característico da economia clássica e busca na concreticidade dos fatos históricos a face material da acumulação primitiva. Neste sentido, o texto proporciona a compreensão da não eternidade do capitalismo, da sua desnaturalização, porque demonstra que é um modo de produção historicamente determinado pela luta de classes, cuja concentração dos meios de produção para a acumulação de capital, viabilizada pela exploração do trabalhador é fundamental para o entendimento das relações sociais da sociedade burguesa.

### ***Sobre este E-Book***

Formato 21,5 x 14,5 cm

Foi composto nas tipografias:

Palatino para texto e Onix para estruturas de títulos.



**Eduema**